



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

YTHANA DE OLIVEIRA SANTOS

**O CONCEBIDO, O PERCEBIDO E O VIVIDO: A (RE) PRODUÇÃO DO
ESPAÇO NO RESIDENCIAL VIDA NOVA ITABERABA-BA**

São Cristóvão/SE
2025

YTHANA DE OLIVEIRA SANTOS

**O CONCEBIDO, O PERCEBIDO E O VIVIDO: A (RE) PRODUÇÃO DO
ESPAÇO NO RESIDENCIAL VIDA NOVA ITABERABA-BA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe PPGeo/UFS, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia., sob orientação da profa. Dra. Ana Rocha dos Santos.

Área de concentração: Produção e Organização do Espaço

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento

São Cristóvão/SE
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Ythana de Oliveira

S237c O concebido, o percebido e o vivido : a (re) produção do espaço no Residencial Vida Nova Itaberaba-BA / Ythana de Oliveira Santos ; orientadora Ana Rocha dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2025.

143 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Geografia. 2. Espaço urbano – Itaberaba (BA). 3. Política habitacional. 4. Conjuntos habitacionais – Itaberaba (BA). 5. Territorialidade humana. 6. Lugar – Itaberaba (BA). I. Programa Minha Casa Minha Vida (Brasil). II. Santos, Ana Rocha dos, orient. III. Título.

CDU 911.3:711.582(813.8)

YTHANA DE OLIVEIRA SANTOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe PPGeo/UFS, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção e Organização do Espaço

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento

Orientação: Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos.

Aprovada em: 09/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Ana Rocha dos Santos
Presidente da banca

Profª Dra Sarah Lúcia Alves França (PPGeo/UFS)
Membro interno

Prof. Dr. Janio Laurentino de Jesus Santos (PPGeo/UFSB)
Membro externo

São Cristóvão-SE
2025

DEDICATÓRIA

À “*minha mãe*”, a senhora sabe mais do que eu como cheguei até aqui. Ao “*meu pai*”, obrigada por tudo que me disse, mesmo sem usar as palavras.

AGRADECIMENTOS

Esta é, de fato, a última parte textual que escrevi nesta dissertação. Decidi deixá-la por último porque estive entre dois impulsos: o “tchau, obrigado”, que reflete o cansaço desse processo, e uma escrita mais íntima, com o coração. Naturalmente, prevaleceu o segundo. E aqui estou, escrevendo meu turbilhão. Como costumo fazer após um ciclo árduo, agradeço primeiro a mim mesma: minha teimosia sempre me leva aos lugares em que sonhei estar.

Ao ler a dissertação do meu amigo Douglas Souza - amigo, choro todas as vezes que ouço *Sonho de Ícaro*, agora - tomei a liberdade de também utilizar uma música em meus agradecimentos. A minha escolha foi uma canção que há muito tempo não escutava e que me veio à mente neste dia: A Estrada, interpretada por Cidade Negra e escrita por Da Gama. Aqui, permito-me interpretá-la à minha maneira, fazendo as intervenções que a tornaram única para mim.

“Você não sabe o quanto eu caminhei pra chegar até aqui.”

Alguém sabe melhor do que eu como cheguei até aqui: a minha mãe. Não sou capaz de contar quantas renúncias e desafios ela enfrentou para que eu pudesse *escolher* as minhas batalhas.

“Percorri milhas e milhas antes de dormir. Eu nem cochilei.”

Por um sonho, nos afastamos fisicamente das pessoas que mais amamos, mas sequer por um instante *cochilei*. Eu sei exatamente por quem percorri essas milhas: por mim e pela minha família, nas figuras de Sávio, Nina Clara e da minha avó Amanda, sempre. Pai, você é meu maior motivador sem nem perceber: foi para entender você que tanto desejei desvendar o cotidiano. Nada me dá mais orgulho do que ser filha de um homem *comum*.

À minha tia Gilcy-entre nós, “tia Doga”-você me ensinou que é preciso estar atenta e forte, desde as suas aulas de Sociologia até o privilégio de conviver com a pessoa que você é. Ao meu padrasto, Nivaldo, e ao meu tio Francisco, aos quais também dedico este trabalho, aprendi que não se pode cochilar distante das oportunidades: é preciso seguir percorrendo os meus caminhos, sempre.

“Os mais belos montes escalei. Nas noites escuras de frio, chorei.”

Aos meus amigos, se eu pudesse resumir o que vocês significaram para mim, diria que foram presença em ambos os momentos: os mais belos e os mais difíceis.

Obrigada, Bia Lima: minha amiga, os campos deste trabalho não seriam possíveis sem você e sua mãe. Sou eternamente grata. Obrigada Jaqueline Ferreira (Jack), Douglas Souza, Lucas Ribeiro (em especial, por ser uma referência no PMCMV e um socorro bem presente sempre que precisei), Lucas Aguiar e Geovânio Santos: vocês ressignificaram o que é ser coletivo e afeto na pós-graduação e na vida. À minha amiga Janaína Paixão, obrigada por caminhar comigo desde a graduação, compartilhar essa estrada com você deixa tudo mais leve. Jeferson Duarte, você também esteve presente nesse percurso, amigo, e como sou grata. Ao meu “Grupinho”, obrigada por estarem lá por mim, mesmo quando não sabiam os motivos da minha ansiedade com prazos. Vocês me apoiaram no mestrado e em tantos outros ciclos. A Filipe, que chegou no momento mais delicado deste trabalho, e fez o que pôde para me apoiar, obrigada por ser você. Aos meus colegas dos grupos de pesquisas GRUPE e NUPAT: sou grata por cada aprendizado coletivo. E à secretaria do PPGeo-UFS, na pessoa de Jobson, obrigada por todo o apoio.

“A vida ensina e o tempo traz o tom / Pra nascer uma canção.”

Aos meus mestres, especialmente Janio Santos e Ana Rocha: ao primeiro, por me acompanhar desde os “primeiros passos” na pesquisa em Geografia Urbana; à segunda, por acolher e conduzir minhas inquietações com tanto cuidado. Vocês foram essenciais para meu crescimento profissional e humano.

Agradeço também a outros nomes que marcaram minha trajetória: Sarah França, referência que admiro, obrigada por aceitar compor minha banca. Alexandrina Luz, sua presença e pensamento ecoam em mim: “a gente só muda no processo de mudança”. Guta, Maria Augusta Mundim Vargas, sua sensibilidade foi decisiva neste processo.

A alguns professores da graduação e da base, sou produto, meio e fim das contribuições de vocês: Wodis Kleber Araújo, Francisco de Assis, Nacelice Freitas, Oriana Araújo, Érica Borges e Geisa Novais, obrigada por tudo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): sou produto do meu tempo, e este tempo só foi possível graças à ampliação da concessão e valorização das bolsas de pós-graduação. Essas mudanças permitiram que eu, filha de trabalhadores, licenciada em uma disciplina da área de Ciências Humanas no interior do Nordeste brasileiro, alcançasse mais um nível na carreira. Como costumo dizer: isso não caiu do céu, é político. Se não de um partido

de esquerda, ao menos de um governo minimamente comprometido com a atenuação das desigualdades, ainda que as reproduza por outras vias. Meu muito obrigada, e um aviso de que ainda temos muito para avançar.

“E com a fé do dia a dia, encontro a solução / E quando bate a saudade, eu vou pro mar / Fecho os meus olhos e sinto você chegar.”

Minha gratidão a cada moradora e morador, por dedicarem seu tempo de vida, compartilharem suas histórias e, além de permitirem que eu as transcrevesse da melhor forma possível. A saudade, nesta dissertação, foi traduzida nas dúvidas sobre o que eu estava fazendo. O cotidiano de vocês foi o meu mar. E apenas prestando atenção ao que não estava à vista percebi: vocês são a maior evidência de que há um futuro possível. Traduzem, confrontam e expressam a teoria de uma forma que a academia jamais conseguirá, porque vocês são a essência da contradição. Obrigada por me lembrarem disso a cada entrevista, a cada deriva realizada no Residencial.

“Quero acordar de manhã do teu lado / Aturar qualquer babado / Ficar apaixonado, no teu seio aconchegado...”

Ao finalizar esta dissertação, compreendi que denunciar as desigualdades no processo de produção da cidade é uma causa pela qual vale a pena escrever. Mais que uma aspiração individual e coletiva, este trabalho foi para mim um despertar. É a teoria feita vida. Quando me perguntarem sobre meu trabalho, saberei exatamente o que dizer: é uma história do cotidiano contada por e sobre um homem-por muitos homens, por uma mulher-por muitas mulheres, por muitas crianças, adolescentes, idosos e idosas também. É a história de muitas vidas. É uma história sobre a cidade como denúncia -e como possibilidade.

E como a contradição que eu sou, reconhecendo, bem como, ao mesmo tempo, ignorando os limites materiais do capital: *“Meu caminho só meu pai pode mudar”*, seja ele chamado de Deus ou qualquer outro nome.

A questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. Qual seria, então, a melhor maneira de exercê-lo? (Harvey, 2014, p. 28)

RESUMO

A produção do espaço urbano, no contexto do modo de produção capitalista, é atravessada pela contradição entre o valor de uso e o valor de troca, sendo o espaço simultaneamente condição, meio e produto das relações sociais (Lefebvre, 1991). Dessa forma, estudar a produção do espaço em Itaberaba contribui para ampliar o escopo das análises urbanas, o que permite observar como políticas nacionais, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), se territorializam em contextos diversos, não porque se propõem a resolução de um déficit, mas porque perpetuam as articulações capitalistas na produção do espaço. Tal perspectiva teórica, baseada na obra de Henri Lefebvre, orientou este estudo que teve como objetivo geral analisar a (re)produção do espaço urbano em Itaberaba-BA, com ênfase no Residencial Vida Nova, a partir da tríade de Henri Lefebvre, buscando compreender como as políticas habitacionais e as práticas sociais configuram o espaço urbano. Bem como objetivos específicos: contextualizar o processo histórico de expansão urbana de Itaberaba e a inserção das políticas habitacionais, por meio do residencial Vida Nova Itaberaba do Programa Minha Casa Minha Vida; discutir a produção do espaço urbano de Itaberaba a partir da tríade lefebvriana, evidenciando as dimensões do espaço concebido, percebido e vivido; investigar as formas de apropriação e uso do espaço pelos moradores do Residencial Vida Nova, identificando práticas cotidianas e representações sociais. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com base na leitura dialética do espaço, ao integrar análise documental, produção de mapas com o uso do software QGIS e a realização de entrevistas semiestruturadas com moradores e ex-integrantes do Conselho da Cidade, além de observações empíricas através dos diários de bordo, que possibilitaram a apreensão da produção do espaço em suas três dimensões. Os resultados demonstram que o PMCMV, ao ser implantado geograficamente distante do centro da cidade, produziu uma periferia pobre, o que contribuiu para aprofundar a segregação socioespacial, a partir da subordinação do espaço habitacional à lógica da mercantilização, que fragmenta e hierarquiza o espaço urbano. Ao mesmo tempo, evidenciam-se práticas cotidianas de resignificação por parte dos moradores, que, mesmo diante das determinações espaciais impostas e sob a lógica capitalista, criam novos sentidos de habitar e transformam o espaço vivido para sua sobrevivência.

Palavras-chave: (Re)produção do espaço; Tríade Lefebvriana; PMCMV; Itaberaba.

ABSTRACT

The production of urban space, within the context of the capitalist mode of production, is marked by the contradiction between use value and exchange value, with space functioning simultaneously as a condition, means, and product of social relations (Lefebvre, 1991). In this sense, studying the production of space in Itaberaba contributes to broadening the scope of geographical and urban analyses, enabling us to observe how national policies, such as the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV), become territorialized in diverse contexts, not because they aim to resolve a housing deficit, but because they perpetuate capitalist articulations in the production of space. This theoretical perspective, grounded in the work of Henri Lefebvre, guides this study, whose general objective is analyze the (re)production of urban space in Itaberaba-BA, with emphasis on the Residencial Vida Nova, based on Henri Lefebvre's triad, seeking to understand how housing policies and social practices configure urban space. The specific objectives are: To contextualize the historical process of urban expansion in Itaberaba and the implementation of housing policies through the Residencial Vida Nova of the Minha Casa Minha Vida Program; to discuss the production of urban space in Itaberaba from the Lefebvrian triad, highlighting the dimensions of conceived, perceived, and lived space; to investigate the forms of appropriation and use of space by the residents of Residencial Vida Nova, identifying everyday practices and social representations. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, grounded in a dialectical reading of space, by integrating document analysis, map production using QGIS software, and semi-structured interviews with residents and former members of the City Council, in addition to empirical observations through field diaries, which enabled the apprehension of space in its three dimensions. The results show that the PMCMV, by being geographically implemented far from the city center, contributed to the creation of a poor periphery, thereby deepening socio-spatial segregation through the subordination of housing space to the logic of commodification, which fragments and hierarchizes urban space. At the same time, everyday practices of resignification by residents become evident, as they create new meanings of dwelling and transform the lived space for their survival, even within the constraints imposed by capitalist spatial logic.

Keywords: (Re)production of space; Lefebvrian triad; PMCMV; Itaberaba.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALUMI	Associação de Luta por Moradia em Itaberaba
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CONCIDADE	Conselho da Cidade
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HIS	Habitação de Interesse Social
MC	Ministério das Cidades
OGU	Ouvidoria Geral da União
PlanHab	Plano Habitacional
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
PNH	Programa Nacional de Habitação
PTTS	Projeto Técnico Social
QGIS	Quantum Geographic Information System
SHM	Sistema de Habitação de Mercado
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UH	Unidade Habitacional

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: Dialética entre as Dimensões do Espaço Segundo Lefebvre (2006).....	80
Esquema 2: Níveis de Realidade Social (Lefebvre, 1991).....	85
Esquema 3: Adaptação do Esquema de Níveis de Realidade Social (Lefebvre, 1991) para a Realidade de Conjuntos Habitacionais do PMCMV Faixa 1.....	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Trajeto a pé do Residencial Vida Nova Itaberaba para a Praça JJ Seabra, local de lazer mais citado pelos moradores na cidade, Itaberaba, 2025.....	115
---	-----

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Padrão de moradia no Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba-BA, 2017.....	56
Foto 2: Unidades habitacionais do residencial em 2025, Itaberaba.....	56
Foto 3: Principal via de acesso ao conjunto Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2024....	58
Foto 4: Principal via de acesso ao Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2021.....	60
Foto 5: Foto aérea dos loteamentos de entorno do Residencial Vida Nova.....	60
Foto 6: Foto aérea do Residencial Vida Nova Itaberaba e área de loteamento já construída, Itaberaba, 2025.....	61
Foto 7: Foto aérea do Residencial Vida Nova Itaberaba e loteamentos de entorno, Itaberaba, 2025.....	61
Foto 8: Calçada do posto de Saúde do Residencial Vida Nova em um domingo à tarde, Itaberaba, 2025.....	62
Foto 9: Praça principal do Residencial Vida Nova em um domingo à tarde, Itaberaba, 2025.....	63
Foto 10: Foto aérea da vista do Centro da cidade para os conjuntos habitacionais do PMCMV, Itaberaba, 2022.....	64
Foto 11: Comércio local no Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025.....	116
Foto 12: Mercado no Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025.....	117
Foto 13: Bar no Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025.....	117
Foto 14: Crianças brincando nas vias públicas do Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025.....	120
Foto 15: Crianças andando de bicicleta nas vias públicas do Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025.....	120
Foto 16: Reforma realizada em uma unidade habitacional do residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025.....	123
Foto 17: Prática cotidiana de estender roupas na frente das casas no residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025.....	124

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Município de Itaberaba no Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, BA, 2020.....	23
Mapa 2: Expansão urbana de Itaberaba, 1940 a 2020.....	44
Mapa 3: Localização dos residenciais e equipamentos urbanos de entorno, Itaberaba, 2021.....	55
Mapa 4: Loteamentos de entorno no Residencial Vida Nova Itaberaba, 2021.....	59
Mapa 5: Distância do conjunto habitacional Vida Nova Itaberaba em relação ao centro, Itaberaba, 2022.....	64
Mapa 6: Renda nominal média do responsável pela família, Itaberaba, 2022.....	112
Mapa 7: Percentual da população negra (preta e parda), Itaberaba, 2022.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Itaberaba: Taxa de crescimento geométrico anual da população urbana e rural, 1970-2022.....	42
Tabela 2: Itaberaba, população ocupada por setores (%), 1970-2010.....	43
Tabela 3: Empreendimentos do PMCMV em Itaberaba-Bahia, 2021.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Trechos sobre a percepção dos moradores quanto à mobilidade e deslocamentos.....	110
Quadro 2: Trechos sobre a percepção dos moradores quanto ao consumo e a oferta de serviços locais.....	114
Quadro 3: Trechos sobre a percepção dos moradores quanto ao uso de espaços públicos e lazer.....	118

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	O ESPAÇO, A CIDADE E O LUGAR: OS CONJUNTOS DO PMCMV EM ITABERABA	29
2.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE CAPITALISTA	31
2.2	ITABERABA: DO MUNDO AO LUGAR.....	40
2.3	NOTAS SOBRE A POLÍTICA HABITACIONAL E PRODUÇÃO DA MORADIA NA CIDADE CAPITALISTA	46
2.4	O PMCMV: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	48
2.5	O PMCMV E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ITABERABA.....	50
3	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOB A ÓTICA DE LEFEBVRE.....	67
3.1	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	69
3.2	A TRÍADE.....	78
3.3	O COTIDIANO E A COTIDIANIDADE.....	84
4.	A TRÍADE: O CONCEBIDO, PERCEBIDO E VIVIDO NO RESIDENCIAL VIDA NOVA ITABERABA	94
4.1	O CONCEBIDO: O PMCMV E A CIDADE CAPITALISTA	96
4.2	A CIDADE PERCEBIDA	110
4.3	CIDADE POR E PARA QUEM NELA VIVE? O VIVIDO	123
	REFERÊNCIAS	136
	APÊNDICES	141

1 INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano, segundo Henri Lefebvre (2008), é atravessada pela contradição entre o valor de uso e o valor de troca. Essa contradição evidencia como o espaço se torna, de forma simultânea, meio de vida e mercadoria, o que permite uma análise crítica sobre o papel essencial do Estado, a influência dos agentes do capital, sobretudo nos setores imobiliário e financeiro, e a cidade enquanto espaço de criação e reprodução da vida social. A compreensão do espaço urbano, portanto, não pode se restringir à sua materialidade ou às suas funções práticas, mas deve incluir sua dimensão social, simbólica e política.

Para Lefebvre (1991), o espaço é uma produção social, resultado das relações históricas que se desenvolvem dentro da sociedade capitalista. Essa produção não é neutra ou isenta, pois envolve relações de poder, conflitos e negociações, expressas tanto na materialidade urbana quanto nas formas de apropriação e uso. A proposta do autor de pensar o espaço a partir da tríade espaço concebido, percebido e vivido permite compreender essas múltiplas dimensões: concebido, percebido e vivido.

O espaço concebido corresponde à dimensão técnico-instrumental, planejada por arquitetos, engenheiros e gestores públicos, em geral, associada ao discurso oficial do planejamento urbano. Já o espaço percebido é a dimensão relacionada ao cotidiano e às práticas espaciais concretas, os usos, as circulações, os deslocamentos e as adaptações que os sujeitos fazem para responder às suas necessidades. Por fim, o espaço vivido diz respeito às representações e experiências subjetivas, aos sentidos e afetos construídos socialmente sobre e a partir do espaço.

Esse referencial teórico é retomado neste texto como possibilidade analítica para refletir sobre a produção do espaço urbano por meio da política habitacional. Através da tríade de Lefebvre, é possível compreender como o Estado, ao promover programas como o Minha Casa Minha Vida (PMCMV), atua na produção do espaço concebido, por meio da normatização e padronização das formas urbanas e arquitetônicas. Por outro lado, as práticas cotidianas dos moradores, que adaptam, transformam e ressignificam os espaços, revelam o espaço percebido e vivido, expressando formas concretas de resistência e apropriação que não podem ser

explicadas apenas pelo controle técnico e político dos agentes do capital e do Estado, ainda que apresentem a complexidade da intersecção dessas dimensões.

Nos tempos atuais, a produção do espaço ocorre em uma articulação cada vez mais intensa entre o local e o global. Carlos (2007) evidencia que a reprodução das relações sociais transcende os limites do lugar e é moldada por transformações estruturais no processo produtivo, que atingem inclusive os espaços urbanos periféricos e menores. Com a financeirização da economia e a intensificação da lógica neoliberal, a cidade passa a ser tratada como ativo econômico e objeto de investimento, o que a torna produto da lógica do capital. Assim, os programas habitacionais não são apenas respostas às demandas por moradia, mas principalmente instrumentos de reprodução do capital imobiliário, conduzidos segundo interesses privados por meio do modelo neoliberal.

Nesse contexto, o PMCMV representa uma das expressões mais concretas do modo como o espaço urbano é produzido, apropriado e vivido no Brasil. Criado em 2009, ampliou significativamente a construção de habitações voltadas às populações mais pobres, através da faixa 1, sobretudo nas cidades médias. No entanto, a forma como os empreendimentos foram implantados, no geral, em áreas periféricas, com pouca infraestrutura e forte presença do setor privado, evidenciou uma lógica de segregação socioespacial e reprodução da desigualdade urbana. Ao analisar os impactos do PMCMV em Itaberaba, busca-se, portanto, analisar como essa política nacional se materializa em uma cidade sub-regional, inserida em uma lógica de articulação territorial que a posiciona como elo entre áreas rurais, pequenas cidades e centros urbanos maiores (Santos, 2022). O estudo da produção do espaço urbano nesses contextos contribui para ampliar o entendimento das diferentes formas de urbanização que compõem a realidade brasileira.

A partir dessa concepção ampliada da produção do espaço, esta dissertação busca não apenas analisar o PMCMV como uma política pública de habitação, mas refletir as implicações dessa política na produção do espaço urbano, tendo como eixo a articulação entre o concebido, o vivido e o percebido. Com isso, pretende-se contribuir para o debate da produção do espaço em contextos não metropolitanos, em diálogo com os desafios da moradia, da justiça espacial e da construção de cidades mais justas e inclusivas.

Além disso, essa perspectiva dialoga com a crítica à homogeneização da urbanização. A urbanização no interior nordestino, embora impactada por processos globais, expressa também especificidades locais, historicamente construídas, que afetam a forma como o espaço é vivido e apropriado. Em cidades como Itaberaba, a implementação de conjuntos habitacionais como os do PMCMV modifica não apenas a paisagem urbana, mas também as relações sociais, os modos de circulação e os vínculos afetivos. Esses aspectos não podem ser apreendidos apenas por análises estatísticas ou pela lógica técnica do urbanismo, mas exigem uma escuta atenta aos sujeitos e uma leitura sensível do cotidiano urbano, conforme propõe a abordagem de Lefebvre.

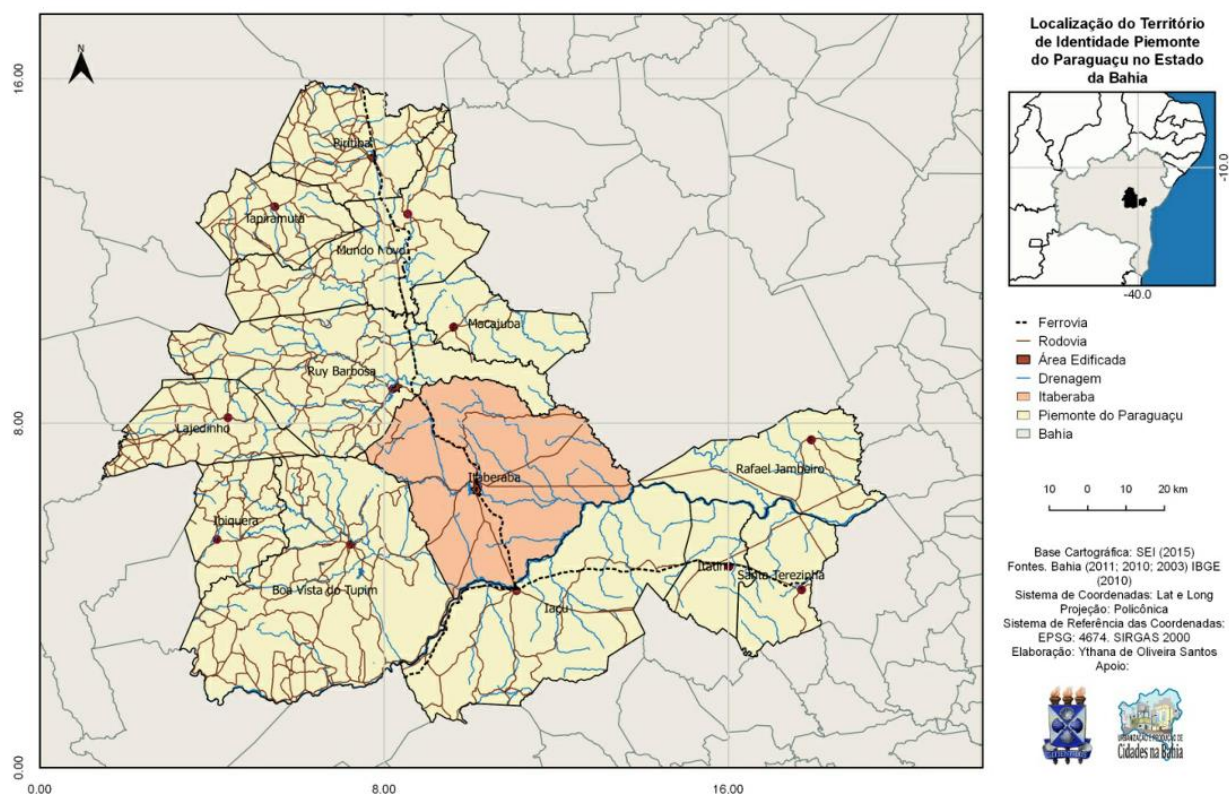
É a partir desse referencial teórico que se busca analisar o caso de Itaberaba, município localizado no centro-norte do estado da Bahia, a 287,3 km da capital Salvador. Inserida no Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, Itaberaba está situada entre as rodovias BA-046, BA-233 e BR-242 (ver mapa 1), o que lhe confere certo dinamismo regional. A cidade foi contemplada com um total de 3.332 unidades habitacionais (UH's) do PMCMV, distribuídas da seguinte forma: 1.635 unidades para a Faixa 1, 1.653 para a Faixa 2 e 44 para a Faixa 3 (Brasil, 2021). Este trabalho concentra-se nas unidades da Faixa 1, localizadas no Residencial Vida Nova Itaberaba, uma vez que existe a necessidade de evidenciar os efeitos da política para os mais pobres.

A implementação do Programa no município resultou na expansão da infraestrutura urbana, com a construção dos conjuntos habitacionais em áreas periféricas e a significativa atuação do setor privado, sobretudo da construção civil. Essa lógica de produção, orientada por interesses de mercado, afastou o PMCMV dos princípios fundadores do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cuja finalidade é garantir o direito à moradia digna de forma democrática e participativa.

No contexto do avanço do neoliberalismo, especialmente a partir da década de 1990, as políticas públicas passaram a ser reconfiguradas em consonância com os interesses do capital, passando a operar sob uma lógica de mercado que enfraquece o papel do Estado como promotor de direitos. No campo da habitação, essa reconfiguração se expressa na transferência da responsabilidade pela produção de moradias populares para o setor privado, o que transforma a política habitacional em

um nicho de investimento, articulado ao ciclo da acumulação capitalista. O Estado, nesse cenário, assume uma postura de mediador entre as necessidades sociais e os interesses econômicos, através da promoção de políticas que, embora apresentadas como estratégias de inclusão social, reproduzem desigualdades e aprofundam a segregação socioespacial. Como observa Harvey (2005), o neoliberalismo produz cidades cada vez mais voltadas à rentabilidade, e menos ao bem-estar coletivo, o que compromete o direito à cidade em sua essência.

Mapa 1- Localização do Município de Itaberaba no Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, BA, 2020



A cidade, enquanto objeto e meio da reprodução do capital, é planejada para excluir. A lógica que orienta a produção do espaço urbano na contemporaneidade privilegia a rentabilidade do solo urbano, a especulação imobiliária e o controle sobre os territórios populares. Nas palavras de Lefebvre (2008), o espaço torna-se mercadoria, e sua produção passa a responder mais à lógica da valorização do valor do que às necessidades da vida.

Dessa forma, a exclusão não se dá apenas pela ausência de políticas, mas pela ação planejada que empurra os mais pobres para as áreas urbanas mais distantes, com pouca infraestrutura, e os retira dos centros dinâmicos de oportunidade. A habitação social, nesse contexto, torna-se parte de um processo que,

embora se proponha a enfrentar o déficit habitacional, contribui para a fragmentação do tecido urbano e para a reafirmação das fronteiras sociais e espaciais.

Nesse sentido, é necessário questionar: Como se dá a (re)produção do espaço urbano em Itaberaba-BA, com ênfase no Residencial Vida Nova, a partir da tríade de Henri Lefebvre, ao considerar a política habitacional do PMCMV e as práticas sociais cotidianas dos moradores? A partir da aplicação da tríade lefebvriana, esta dissertação buscou analisar não apenas a materialização do empreendimento, mas também os sentidos atribuídos por seus moradores, as práticas que reinventam o espaço e os conflitos que emergem no cotidiano urbano da cidade.

O objetivo deste trabalho foi analisar a (re)produção do espaço urbano em Itaberaba-BA, com ênfase no Residencial Vida Nova, a partir da tríade de Henri Lefebvre, buscando compreender como as políticas habitacionais e as práticas sociais configuram o espaço urbano. Parte-se da teoria de que o espaço é produzido por meio da contradição entre valor de uso e valor de troca, com o intuito de compreender as dinâmicas espaciais criadas e recriadas nos conjuntos habitacionais enquanto espaços de reprodução da vida social, mas também de disputas e resistências. Ao fazer isso, busca-se investigar como os moradores se apropriam do espaço, como vivem e reinterpretam a cidade a partir da experiência cotidiana nesses locais.

Os objetivos específicos que orientam este estudo consistem, num primeiro momento, em contextualizar o processo histórico de expansão urbana de Itaberaba e a inserção das políticas habitacionais, por meio do residencial Vida Nova Itaberaba do Programa Minha Casa Minha Vida. Em segundo lugar, busca-se discutir a produção do espaço urbano de Itaberaba a partir da tríade lefebvriana, evidenciando as dimensões do espaço concebido, percebido e vivido. Por fim, objetiva-se analisar as formas de apropriação do conjunto pelos moradores e sociedade civil, o que permite revelar práticas cotidianas, ressignificações e relações que se estabelecem no interior desses empreendimentos, a fim de captar as múltiplas dimensões que compõem a produção do espaço urbano.

A escolha do método dialético, articulado ao referencial teórico de Lefebvre, responde à necessidade de compreender o processo de produção do espaço como um fenômeno social complexo, que envolve as contradições e as múltiplas escalas, ainda que sob as determinações capitalistas do modo de produção. Parte-se do entendimento de que o espaço não é neutro ou apenas físico, mas socialmente

produzido, sendo atravessado por interesses diversos e por disputas em torno de sua apropriação. A análise da produção do espaço, portanto, não pode ser realizada sem considerar a totalidade em que ele está inserido, e tal totalidade envolve as determinações do capital, do Estado e das formas de vida que se produzem no cotidiano urbano.

No entanto, essa totalidade não deve obscurecer a especificidade dos lugares. Pelo contrário, o que se propõe aqui é um olhar sensível às singularidades que se manifestam nas cidades não metropolitanas, como é o caso de Itaberaba. Não se trata de uma negação das determinações capitalistas, mas de uma contribuição à teoria, ao revelar as especificidades que ainda existem no local, embora esse seja cada vez mais globalizado. Diferente de Paris, onde Lefebvre desenvolveu boa parte de sua obra, ou de São Paulo, foco das análises de Ana Fani Alessandri Carlos, Itaberaba apresenta características de uma cidade sub-regional.

A cidade de Itaberaba ocupa uma posição intermediária no sistema urbano baiano: não é uma pequena cidade com função apenas local, mas também não pode ser configurada como uma metrópole regional, todavia exerce uma centralidade que articula territórios rurais, povoados e cidades menores em seu entorno, por isso exerce influência por meio de serviços públicos, comércio e circulação de pessoas e mercadorias (Santos, 2022). A posição confere à cidade um papel relevante na estruturação territorial e, ao mesmo tempo, coloca desafios específicos para a análise da urbanização e da produção do espaço.

Nesse sentido, estudar a produção do espaço em Itaberaba contribui para ampliar o escopo das análises urbanas, o que permite observar como políticas nacionais, como o PMCMV, se territorializam em contextos diversos, não porque se propõem a resolução de um déficit, mas porque perpetuam as articulações capitalistas na produção do espaço. A realidade urbana de cidades como Itaberaba revela formas de apropriação, usos do espaço e conflitos que muitas vezes passam despercebidos das grandes análises centradas nos espaços metropolitanos. A escolha por esse objeto de estudo é, portanto, não apenas um recorte empírico, mas uma contribuição teórica a partir da necessidade de descentralizar o olhar sobre a cidade e sobre o urbano.

A metodologia adotada para esta pesquisa possui caráter qualitativo, pois buscou a apreensão das experiências, representações e práticas cotidianas dos

moradores. Ainda que se recorra a alguns procedimentos quantitativos, a ênfase recai na abordagem qualitativa, por se tratar de uma investigação que visa compreender os sentidos do espaço para os sujeitos que o habitam.

A pesquisa foi estruturada em cinco etapas: a primeira correspondeu ao levantamento bibliográfico e documental, que incluiu tanto a revisão de literatura sobre política habitacional, urbanização e produção do espaço no modo de produção capitalista, quanto a coleta de documentos oficiais como o Decreto Municipal nº 203/2011, a Lei Complementar nº 11/2008, as Leis Municipais nº 577/1983, nº 609/1986, nº 619/1987 e nº 621/1987, a Lei nº 1.170/2009, a Resolução nº 02/2013, além da regulamentação do artigo 1.299 do Código Civil municipal (2009), relacionados à implementação do PMCMV em Itaberaba. A segunda etapa consistiu na pesquisa de campo, com aplicação de questionários e realização de entrevistas. A terceira etapa foi dedicada à sistematização dos dados coletados. Em seguida, na quarta etapa, os dados foram interpretados com base no referencial teórico e metodológico já exposto. Por fim, a quinta etapa envolveu a redação dos resultados e sua apresentação em diálogo com a teoria.

As entrevistas tiveram como finalidade obter um panorama das transformações espaciais decorrentes da implantação dos conjuntos habitacionais, bem como compreender as formas de apropriação do espaço pelos moradores no Residencial Vida Nova Itaberaba. Foi realizada uma etapa etnográfica da pesquisa, com observação sistemática das dinâmicas cotidianas nos conjuntos e o uso de diário de campo. Foram realizadas dez entrevistas estruturadas com moradores, a fim de captar em profundidade suas experiências e percepções do espaço, bem como duas entrevistas com agentes representantes dos poderes público e privado. Os moradores entrevistados foram selecionados por conveniência e disponibilidade, em uma amostragem não probabilística que buscou assegurar a heterogeneidade dos sujeitos. Foram contemplados distintos perfis sociais, como mulheres chefes de família, jovens adultos, homens chefes de família e idosas, de modo a abarcar diferentes experiências geracionais e papéis sociais, possibilitando uma compreensão mais ampla das práticas cotidianas e das formas de apropriação e uso do espaço. Essas entrevistas foram transcritas de forma integral, o que possibilitou uma análise que preservou a densidade e complexidade dos discursos dos entrevistados. Com base na tríade de Lefebvre, as falas foram organizadas e interpretadas conforme as

dimensões do concebido, do percebido e do vivido, o que permitiu uma leitura articulada entre o planejamento urbano, o uso do espaço e sua dimensão simbólica e afetiva. A organização das falas consta nos quadros e trechos distribuídos ao longo do capítulo 4.

Para complementar essa etapa, foram utilizadas cinco entrevistas com ex-integrantes do Conselho da Cidade de Itaberaba, atuantes na época da implementação do Programa, e dois representantes da Secretaria de Ação Social à época e do setor de habitação da Caixa Econômica, respectivamente, com o objetivo de debater e contrapor as decisões técnicas e políticas que moldaram a produção do espaço no empreendimento. A fala desses sujeitos contribuiu para a apreensão do espaço concebido, principalmente no que diz respeito às contradições do planejamento e à execução do PMCMV na cidade.

As entrevistas foram acompanhadas da produção de registros fotográficos do conjunto habitacional e a utilização de fotos aéreas, realizadas através de drones. As fotografias funcionaram não apenas como ilustração, mas como material de análise, capazes de capturar aspectos sutis do cotidiano urbano, como usos informais do espaço, alterações na paisagem. A imagem, como fragmento do vivido, contribuiu para uma apreensão sensível do espaço urbano e foi utilizada em diálogo com os outros instrumentos do estudo.

Para a compreensão da dimensão do espaço concebido e das transformações espaciais geradas pela implantação dos conjuntos, foi realizada a vetorização das áreas de estudo utilizando o software QGIS. Com base em *shapes* obtidos junto à Prefeitura de Itaberaba, por meio da Secretaria de Obras no ano de 2021, foi possível elaborar mapas temáticos com a localização dos empreendimentos, quadras, lotes, bairros e equipamentos urbanos próximos. Essa etapa permitiu observar o padrão de expansão urbana induzido pelo programa e situar os conjuntos em relação às outras áreas da cidade.

Os dados quantitativos, por sua vez, foram sistematizados por meio de tabelas, com auxílio de planilhas do Excel, articulados com dados secundários de fontes como o IBGE. Os mapas e tabelas serviram de apoio à análise qualitativa, compondo um panorama mais amplo sobre a cidade e seus processos de urbanização. A junção desses elementos metodológicos permitiu interpretar a produção do espaço em

Itaberaba a partir de suas múltiplas determinações, que são políticas, econômicas, sociais e simbólicas.

Por fim, vale destacar que o método dialético adotado para este trabalho, inspirado na leitura de Lefebvre, permitiu não apenas compreender as mediações que estruturam o espaço, mas também revelar as contradições e os conflitos que o atravessam. Ao buscar superar a dicotomia entre estrutura e ação, entre Estado e cotidiano, este método possibilitou analisar o espaço como totalidade em movimento.

Nesse sentido, a dissertação está organizada de forma a refletir esse percurso: o primeiro capítulo contextualiza o objeto de estudo, com foco nos conjuntos habitacionais e no espaço urbano de Itaberaba; bem como aprofunda o debate sobre a cidade, o lugar e a política habitacional no capitalismo, com foco no PMCMV; o segundo apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos, com ênfase na contribuição de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço; e, por fim, a última seção apresenta a análise dos dados empíricos, estruturada a partir da tríade lefebvriana, evidenciando os modos como o espaço urbano é concebido, percebido e vivido pelos moradores dos conjuntos habitacionais em Itaberaba.

2 O ESPAÇO, A CIDADE E O LUGAR: OS CONJUNTOS DO PMCMV EM ITABERABA

*Olha...esses negócios eu não participo, porque aqui, eu vejo um 'bocado' de espaço, mas em vão...que nós não 'podemo' participar...E assim, sair pra...aqui não existe, só o nome de praça, de rua...assim, pra gente ter um descanso, se aliviar? Não...
(Entrevistada 10)*

A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos.
(Harvey, 2014, p.28)

Neste capítulo apresenta-se ao leitor um debate do espaço constituído em Itaberaba pelo PMCMV, a partir das considerações teóricas iniciais em relação ao espaço, a cidade capitalista e o lugar. Na perspectiva deste texto, o espaço é compreendido como condição, meio e produto para a reprodução do capital e constituído numa lógica de articulação entre o local e o mundial, que se materializa na cidade. Nesse contexto, o lugar é entendido como a realização do cotidiano, por meio das relações sociais que constituem o espaço (Carlos, 2007).

Entende-se que, por ser cada vez mais articulado com o global, o lugar, que está na dimensão do vivido, ganha expressão mundial, uma vez que a globalização se materializa nessa esfera. Todavia, o mundial, que existe no local, redefine seu conteúdo, mas não anula as particularidades. Portanto, há uma preocupação neste capítulo em estabelecer um conteúdo que considere a generalização dos fenômenos sociais, mas que não leve à perda da tematização das diferenças entre os lugares e do estudo das realidades singulares, que são essenciais aos estudos geográficos.

Busca-se, a partir desse referencial, estruturar a análise da seguinte forma: em primeiro lugar, esclarecer o que se entende como cidade capitalista, por meio das contribuições de Ana Fani A. Carlos, Henri Lefebvre, Oscar Sobarzo, David Harvey e Paul Singer; num segundo momento, explicitar as conexões que permitem a compreensão da articulação entre o local e o global em Itaberaba; e, por fim, estabelecer os primeiros apontamentos sobre o PMCMV e a produção habitacional na cidade, para isso, utilizou-se fotos e mapas dos conjuntos e seus equipamentos urbanos, uma vez que a paisagem reflete o espaço e permite uma visualização da essência de sua produção.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE CAPITALISTA

No capitalismo, o processo de produção transforma o espaço em mercadoria, pois a ele lhe confere. Na cidade, o solo urbano é mercantilizado a partir do mercado imobiliário, por aluguel ou venda, o que traz implicações sobre o “habitar” a cidade, já que o valor diferenciado estratifica e define onde as pessoas serão alocadas.

O urbano e a cidade, embora sejam conceitos interligados, não são sinônimos. Para Lefebvre (2008), a cidade está relacionada à sociedade que nela vive. Dessa forma, apresenta-se como o prático sensível, é a constante apreensão através dos

sentidos, portanto, o espaço de apropriação. Assim, a cidade é constituída como a materialidade do processo. Enquanto isso, o urbano é o conteúdo que produz essa forma.

Dessa maneira, a cidade e o urbano são vistos como um par dialético: a forma não existe sem o conteúdo, logo, um é produto e condição do outro. Por isso, analisar o urbano é pensar o modo de vida e as relações sociais, bem como o espaço em sua materialidade, pois a cidade, em suas formas de apropriação, reflete o conteúdo desse urbano.

O espaço enquanto produto social e histórico precisa ser analisado a partir da produção e reprodução, não apenas do capital, mas também das relações sociais. O primeiro processo é específico, por outro lado, o segundo é a acumulação que acontece na reprodução do capital, ou seja, a divisão do trabalho em seu movimento. Por isso, o valor do solo é gerado no espaço urbano a partir dessa divisão desigual (Carlos, 2015).

No espaço, que é cada vez mais mundial e homogeneizado, o estudo da totalidade entre as relações sociais e o modo de produção torna-se possível. Como desdobramento da totalidade, a reprodução do espaço transforma-se em um importante fator de utilização do solo, pois, conforme a lógica hegemônica, muda as formas de ação dos indivíduos (Carlos, 2007). Dessa maneira, pela hegemonia da produção *stricto sensu*- sentido econômico da produção- a reprodução amplia o valor de troca do espaço e não mais o valor de uso. Todavia, não rompe a dialética, uma vez que a troca não se realiza sem o uso, esse é apenas subsumido.

A apreensão do solo urbano é um importante mecanismo de valorização e estratificação, pois o solo é o fragmento que permite o acesso à cidade. Todavia, a base dessa apreensão está concentrada na divisão desigual do trabalho e na acumulação, ou seja, para se obter solo urbano é preciso comprá-lo. A cidade e o espaço urbano são, portanto, os reflexos da realização de uma sociedade de classe, baseada na concentração de renda e poder (Carlos, 2015).

Como atividade do homem, que é uma ação intencional, o trabalho tem como consequência a transformação do objeto em algo apropriado. No processo produtivo, o espaço urbano é um processo de produção concreta- a cidade, que nasce do trabalho. O desenvolvimento das desigualdades é decorrência do aprofundamento da divisão do trabalho na sociedade, e devido a produção espacial ser um processo

desigual, cria também a hierarquia dos lugares, uma vez que cada cidade adquire as características de seu processo produtivo.

Para Lefebvre (Sobarzo, 2010), o conceito de urbano e o de cidade podem ser divididos em eras históricas, são elas: agrária, industrial e urbana. Na era agrária havia uma divisão bem estabelecida entre cidade e campo, baseada na divisão do trabalho, as cidades expressavam a prevalência do valor de uso sobre o valor de troca e dos comportamentos de seus habitantes sobre a produção. A cidade era vista como obra e expressava mais particularidades.

Na industrialização, generalizaram-se a troca e o comércio, o que fez com que os valores e os costumes fossem medidos sob novos parâmetros. Nessa fase, o solo transformou-se efetivamente em mercadoria e a cidade como obra foi redefinida. Isso aconteceu porque o movimento da industrialização elevou a cidade a um novo patamar, ligando-a a toda a sociedade, isso fez com que a singularidade fosse negada e corroborou para a tendência de generalização do urbano. As atividades primárias e a realidade urbana foram magnetizadas pelas relações de produção que estavam em pleno crescimento (Sobarzo, 2010).

O autor evidencia sua contribuição à obra de Lefebvre ao sintetizar o pensamento de que houve na era industrial uma perda dos traços característicos da cidade, o espaço passou a ser demarcado por uma totalidade orgânica. A cidade explode e implode: se por um lado, concentrou pessoas, riquezas e atividades econômicas, por outro, fragmentou-se com o surgimento de periferias pobres, e, mais tarde, periferias ricas. É preciso pontuar ainda que essa concentração urbana advém também do êxodo rural, que significou a expropriação das pessoas do campo, afetando seus costumes e relações, então, o crescimento das cidades apontou também uma imposição do urbano sobre o rural.

Para Lefebvre (2006), as transformações na oposição entre cidade-campo fizeram com que o campo perdesse cada vez mais protagonismo ao longo do tempo. Tanto nas ideais quanto nas representações sociais, a cidade passou a se sobrepor ao campo e isso consolidou a expansão do tecido urbano e o processo contínuo de urbanização.

Por conseguinte, a era urbana é marcada por um processo contraditório no qual se formam novos centros de decisões e as cidades se expandem. Todavia, o processo é marcado pela segregação que se estabelece devido à separação entre os

equipamentos e a sociedade, sobretudo, a parcela mais pobre, e da perda das relações sociais, que, em uma crescente, são fundamentadas pelas relações de propriedade. As novas relações de produção que se estabelecem no processo também são fundamentais para essa compreensão (Sobarzo, 2010).

De todo modo, é preciso pontuar que a realidade urbana não se transformou durante esses períodos, apenas virou força produtiva. No movimento dialético da produção do espaço, as relações sociais vão imprimir as funções do solo e da política do espaço, ao mesmo tempo em que se modificam através delas. O urbano, então, é uma realidade em constituição, para Lefebvre, segundo Sobarzo, o eterno “devir”:

A sociedade urbana deve ser concebida como movimento dialético e paradoxal, como realidade possível, mas inalcançável, inclusive impossível de descrever por meio de palavras, porque sempre que alcança uma coisa, vira outra coisa. (Sobarzo, 2010, p. 60)

Portanto, é preciso compreender a sociedade urbana enquanto um movimento de transformação constante. Ao mesmo tempo que se apresenta palpável e possível de ser compreendida sob lógicas e interesses, é também modificada numa eterna reconstituição.

O processo civilizatório é a transformação da natureza em segunda natureza por meio da técnica. Essa transformação constante, no capitalismo, reconstituiu a cidade e a produção e reprodução do espaço. O trabalho social acumulado, que é a própria cidade, assume a forma de mercadoria, bem como a produção da sociedade e do mundo social.

O período histórico atual se caracteriza, dessa maneira, pela produção de uma sociedade urbana articulada sob um espaço mundial, mas hierarquizado. Isso se deve ao fato de que as relações estão diretamente atreladas à expansão do mundo da mercadoria, e o plano de fundo do processo se dá na propriedade privada, que diferencia e dá poder às classes sociais. Assim, alguns apontamentos são necessários para compreender o que é a cidade nesse movimento (Carlos, 2015).

A cidade, como dito anteriormente, é a forma do espaço, bem como a produção social e histórica da sociedade, logo, em sua totalidade, é a materialidade e o conteúdo das relações sociais estabelecidas no processo de trabalho. O espaço, todavia, é uma constituição humana e em produção permanente. Numa relação dialética, a cidade, que é singular e produto desse espaço em determinado período histórico é também condição para a sua reprodução. Por isso, produção e reprodução

são processos indissociáveis, pois ganham sempre novos sentidos pela acumulação do trabalho (Carlos, 2015).

A reprodução do capital, segundo Carlos (2015), se estabelece a partir das particularidades, mas aponta para a totalidade, ao considerar “os processos de circulação, distribuição, troca, consumo, e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz” (p. 92). Essa dinâmica revela uma dialética da reprodução, observada na forma como o capital se reproduz sob um determinado espaço, transformando-o, também, em mercadoria.

A reprodução do capital, nesse contexto, implica o surgimento de novas formas de acumulação, que se materializam por meio de atividades econômicas diversas. Atualmente, o espaço desempenha papel central no processo: ao mesmo tempo em que orienta a reprodução do capital, é também manipulado por ela. Assim, novas formas de produção e consumo emergem com o objetivo de gerar lucro — como é o caso das atividades imobiliárias, do lazer e até do narcotráfico.

Essas novas atividades se materializam no espaço urbano, especialmente na escala da cidade, dando origem a novos espaços produtivos. Com isso, o solo urbano passa a ser constantemente valorizado, não com o intuito de atender às necessidades da vida, mas visando à reprodução das múltiplas esferas do capital. Essa lógica de valorização do espaço aprofunda a contradição entre a apropriação da cidade para a vida e sua mercantilização.

Nesse cenário, não apenas se reproduz o espaço como mercadoria, mas também se intensificam os conflitos entre a lógica da acumulação capitalista e as necessidades humanas. A atualidade do capital, como destaca Harvey (2014), evidencia essas contradições ao expor os limites internos do modo de produção capitalista — limites que se manifestam, sobretudo, na forma de crises.

Carlos (2015) argumenta que a superação dessas crises se dá por meio de estratégias que transformam o espaço em produto imobiliário, submetido a processos constantes de valorização. Por essa via, o espaço urbano deixa de ser apenas capital fixo, tornando-se objeto de especulação e de investimento por diferentes frações do capital, interessadas em sua realização através do valor de troca.

Essa mudança de sentido é evidente na forma como o solo urbano deixa de representar apenas um local de fixidez para se converter em um meio fluido de realização do capital. Como exemplifica Carlos (2015, p. 118), “o solo urbano muda

de sentido para o capital, deixando de ser um lugar de fixidez de investimento para ser o lugar através do qual vai se realizar, com fluidez”. A locação de imóveis é um dos exemplos dessa fluidez: trata-se do consumo do espaço como necessidade da reprodução do capital, em detrimento da reprodução da vida. Assim, as apropriações da cidade se tornam subjugadas, revelando os conflitos centrais da urbanização capitalista.

Outros autores também apontam para esta tendência da reprodução capitalista do espaço:

A reprodução do capital passa por processos de urbanização de inúmeras maneiras. Contudo, a urbanização do capital pressupõe a capacidade de o poder de classe capitalista dominar o processo urbano. Isso implica a dominação da classe capitalista, não apenas sobre os aparelhos de Estado (em particular, as instâncias do poder estatal que administram e governam as condições sociais e infraestruturais nas estruturas territoriais), como também sobre populações inteiras - seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. Não se chega facilmente a esse nível de controle, se é que se chega. A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política, social e de classe (Harvey, 2014, p. 133).

A cidade passa a ser utilizada para diversos fins, uma vez que depende das necessidades da realização social como um todo. Dessa maneira, não há uma função única, a cidade é sempre obra e produto. Por ser um produto da ação humana pelo processo de trabalho, o espaço da cidade se torna também mercadoria e possui delimitações para seu uso e formas de acesso (Harvey, 2014). Todavia, as ações, por estarem cada vez mais subordinadas aos interesses de reprodução do capital, são altamente limitadas e condicionadas na dimensão do cotidiano.

Por esse motivo, o uso do espaço na cidade está condicionado ao acesso à propriedade por via jurídica, ou seja, o solo urbano é privado e regulamentado. Isso fragmenta a cidade, que se torna dividida em parcelas de espaço sem perder a sua totalidade, pois o solo urbano é generalizado em forma de mercadoria dos fragmentos da cidade. Cada parcela do solo vai ser vendida de acordo com necessidades e desejos, mas marcadas pelas relações de poder e propriedade (Harvey, 2014).

Portanto, podem-se identificar duas formas de utilização do espaço urbano: apropriação e a dominação. A apropriação está relacionada às ações dos indivíduos ocasionadas por seu cotidiano, à simbologia e à significação das práticas, é a forma

vivida do espaço. Por outro lado, a dominação refere-se à coação, que através de estratégias políticas e econômicas induz os indivíduos a consumir o espaço. Essa característica é típica do espaço-mercadoria, criado pelo capitalismo, que ao invés de criar condições para a realização da vida, o torna objeto de consumo (Carlos, 2007).

Entretanto, esses usos são ações socioespaciais concretas e, assim, coagidas por agentes hegemônicos que promovem as contradições e consequentes conflitos entre as classes. A contradição mais explícita no espaço urbano atual, a estratificação social, é representada pela segregação socioespacial das áreas residenciais.

O acesso diferenciado ao solo urbano adquire caráter de segregação. Essa é a justaposição entre a morfologia social, a segregação é analisada a partir da relação entre a condição de classe e a morfologia espacial. Ou seja, o lugar que o indivíduo ocupa na cidade em razão da relação entre a renda e o preço do metro quadrado do solo urbano (Carlos, 2015). A cidade capitalista é, dessa maneira, a materialidade da realização da sociedade de classes fundamentada nas relações de poder e renda.

No processo atual de acumulação há a transformação no modo como o capital se realiza nas cidades. Há a tendência à aplicação de dinheiro acumulado no setor imobiliário. O processo sinaliza que a mercadoria “solo urbano” mudou de sentido para acumulação e passou a ser produto imobiliário (Carlos, 2015), o que evidencia a o seu caráter mercantil, mas também direciona questões importantes sobre o valor do solo urbano.

Ainda que, na fase atual de reprodução do capital, o solo urbano assuma novas possibilidades de frações do capital, cada parte da cidade é única, o que faz com que seu valor seja mensurável sob alguns parâmetros, isso porque o solo é irreprodutível e, por isso, embora possa adquirir várias funções, não pode ser repetido, apenas fragmentado (Carlos, 2015). Esses parâmetros são modificados de acordo com o momento histórico do ciclo do capital, pois estão subordinadas às condições diferenciadas de realização, em função da necessidade e especialidade do setor, localização específica e características particulares.

O valor e o uso do solo são delimitados por três fatores principais: a propriedade privada do solo urbano, a centralidade do capital e as novas atividades econômicas que precisam de áreas específicas e o grau de ocupação da área. A propriedade privada condiciona a ocupação da cidade, é somente por venda ou aluguel que essa pode se realizar no mercado imobiliário e, amparada pelo caráter jurídico, estratifica a

cidade. A centralidade do capital também é fundamental para compreender esse movimento, pois garante o uso do solo para atividades específicas, ao considerar os ganhos econômicos na área. E o grau de ocupação, que é o índice de área construída, quanto mais “paisagem urbana”, maior o valor do acesso (Carlos, 2015).

São criadas no espaço urbano as raridades, isto é, a produção do espaço forjada e consolidada em áreas valorizadas da cidade. Não há, portanto, escassez de terrenos para construção, mas sim, espaços estratégicos para as ações de empreendedores imobiliários articulados com proprietários de terras, bancos, instituições financeiras e o Estado.

A partir desses fenômenos, desloca-se também a ideia de centro-periferia nas cidades. O processo de produção, antes concentrado no centro, produziu a sua própria saturação, pois a não reprodução do solo impede a sua expansão em áreas centrais já ocupadas. Dessa forma, o centro é expandido e disperso para uma área mais periférica e o mercado imobiliário aponta uma tendência de valorização dessas áreas como produto da nova atividade de serviços e comércio, e para permitir a realização da propriedade privada do solo urbano.

Com a expansão urbana, ainda surgem novas formas de segregação. A forma de organização espacial revela as desigualdades do processo e os lugares são restringidos pelos limites impostos pelas relações de propriedade (Carlos, 2007).

Para Singer (1982, p.29), “O crescimento do solo urbano implica necessariamente na reestruturação do uso das áreas já ocupadas”. A estrutura se modifica ao longo do tempo ou pelo tamanho da cidade, que era caracterizada pelas áreas residenciais de alto nível localizadas no centro, e isso se modificou. No entanto, com a expansão do centro, os moradores com maior renda são captados pela promoção imobiliária de alto nível para as periferias, que, não mais recebem apenas o sentido pejorativo (Singer, 1982).

As áreas residenciais que não são convertidas em centro, em sua maioria, pois são abandonadas, mas o capital imobiliário também não permite a sua ocupação, uma vez que o preço dos terrenos centrais continua alto devido à especulação: “A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do solo urbano” (Singer, 1982, p. 33). Assim, parte dos grupos de baixa renda também não têm direito ao centro e são realocados para as periferias pobres.

Algumas dessas periferias, sim, adquirem o sentido pejorativo da palavra, pois não possuem infraestrutura urbana nem serviços públicos. E explicitam ainda mais a produção capitalista do uso do solo e como a característica das áreas periféricas pobres é determinante no tipo de utilização de cada uma delas. O uso e o valor, mais uma vez, evidenciam os objetivos para a realização do capital.

Finalmente, a produção do tecido urbano pode ser consolidada ou acontecer através de processos contínuos de urbanização. Na sociedade capitalista, o espaço é produzido e reproduzido para o consumo, o que o transforma em mercadoria adequada ao mercado, que segue tendências mundiais de produção para a troca em detrimento do valor de uso do solo urbano. O processo acontece em diferentes graus de intensidade em cada cidade, mas apresentam problemáticas parecidas como consequências dessa lógica, são elas: moradias precárias, falta de saneamento básico, problemas de mobilidade urbana, dentre outros.

É nesse movimento contraditório que a cidade capitalista é constituída e reconstituída e a produção do espaço ganha uma complexidade maior. Assim, Lefebvre (1991) propõe a análise da produção do espaço por meio da tríade do concebido, percebido e vivido. Para o autor, existem três dimensões possíveis para a compreensão do processo espacial: na dimensão do concebido, o espaço é produzido e reproduzido para o consumo e acumulação do capital; no espaço percebido, ou seja, a corporeidade e a percepção dos indivíduos, e há a apreensão, sobretudo, das contradições; e na dimensão do vivido é possível perceber a dominação e/ ou a apropriação do cotidiano.

Na teoria de Henri Lefebvre, a produção do espaço é compreendida em articulação com um espaço mundial hierarquizado, estruturado a partir da expansão do capital. O processo, por vezes, promove a concentração de riquezas, serviços, especializações e símbolos em determinados territórios; por outras, revela a separação desses elementos, resultando na fragmentação do solo urbano e na negação do direito à cidade. Essa dinâmica é apreendida por meio de diferentes níveis da realidade social: de um lado, os níveis que concebem e orientam a produção do espaço; de outro, o cotidiano e a práxis, que, ao mesmo tempo em que são condicionados por essa lógica, também expressam as contradições inerentes ao processo de produção do espaço.

2.2 ITABERABA: DO MUNDO AO LUGAR

O espaço cada vez mais é construído numa articulação entre o local e o mundial. Isso acontece porque o processo de reprodução das relações sociais é constituído fora dos limites do lugar. As transformações do processo produtivo redefinem as atividades e com elas, surgem novos comportamentos, baseados em novos valores, através do cotidiano.

O problema da redefinição do lugar se dá a partir da necessidade do processo de mundialização do capital, que, hoje, acontece de forma mais acelerada do que em outros períodos históricos. Para Harvey (2014), a urbanização pressupõe a capacidade das coerções da classe capitalista sobre o processo urbano que impõe estilos de vida e valores políticos e culturais às pessoas.

Carlos (2007) evidencia também a dimensão histórica, que se realiza na prática cotidiana. A dimensão histórica permite a apreensão do plano do vivido, através da ligação entre o conhecido e o reconhecido.

A materialização da mundialização do capital é concretizada no lugar, uma vez que, pelo estudo do lugar, também se consegue fazer a leitura do mundo atual em suas diferentes escalas. É no lugar que os indivíduos vivem e se realizam, é na dimensão do cotidiano que as relações se tornam mais evidentes e, por isso, ganham expressão na escala mundial.

Todavia, o mundial que existe no local, transforma seu conteúdo, sem anular as singularidades. O lugar é produzido no movimento contraditório entre o mundial em coerção e a particularidade histórica. Dessa maneira, o lugar é, ao mesmo tempo, o ponto de ligação entre o mundial em constante reprodução e o local, na forma específica materializada, que reflete o momento.

O lugar possibilita pensar a ligação do local com o espaço urbano, que está em constante devir. A produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana, é a partir da perspectiva de análise do lugar que se busca essa apreensão. O lugar permite a compreensão do viver e do habitar, os processos de apropriação do espaço, o consumo e o uso. Mas, ao mesmo tempo, ainda reflete as coações e fragmentações do mundo moderno em todas as dimensões (Carlos, 2007)

O lugar se refere ao plano imediato, no processo de constituição da vida em suas múltiplas dimensões. É no lugar que se encontram as determinações da

totalidade, mas não se eliminam as singularidades, uma vez que as sociedades produzem seus espaços, se apropriam e atribuem funções diferentes. Portanto, o lugar é o prático-sensível em uma análise. É na escala do lugar que a vida é desenvolvida em suas diferentes dimensões, ele é a base da reprodução da vida.

Neste estudo, a cidade de Itaberaba é utilizada como referência, todavia, esse não é o objetivo final: a preocupação é entender o processo de produção e (re)produção do espaço urbano pelo PMCMV de forma geral e não como fato isolado. A escolha dessa escala compreende que na produção de uma pequena parcela do espaço encontramos as mesmas determinações, ou seja, é possível identificar as leis gerais a partir do estudo de determinada parcela, desde que essa leve em conta a relação com a totalidade.

Cada lugar tem particularidades históricas, que são únicas e a caracterizam como tal, todavia as determinações específicas dessas particularidades também se materializam nas determinações gerais. Portanto, a leitura da cidade não deve compreendê-la enquanto elemento imóvel, mas como espaço dinâmico de reprodução. A dimensão plena do fenômeno só pode ser alcançada a partir da articulação: particular, singular e universal (Carlos, 2007).

Dessa forma, objetiva-se compreender as relações entre o lugar e o mundo, fazendo conexões com a escala global, através do processo de produção, e do processo de troca no lugar, que abrange a dimensão do cotidiano e a realização da vida. Por isso, toma-se como base o lugar enquanto “fenômeno específico que reproduz em diferentes escalas as mesmas determinações da totalidade, mas sem eliminar as particularidades históricas” (Carlos, 2007, p. 17).

Itaberaba, como dito anteriormente, está localizada no centro-norte do estado da Bahia. A área do município é entrecortada pelas BR-242 e pela BA-046, isso faz da cidade um importante entroncamento rodoviário, todavia esse é também o único meio de ligação terrestre com outras cidades, uma vez que a rede ferroviária do município foi desativada e o pequeno aeroporto só atende a serviços específicos.

A maior parte da população está concentrada na cidade, já que em 2022, das 65.073 pessoas que residiam no município, e 82,22% viviam na zona urbana. Dessa forma, o que se percebe, é uma alta concentração de pessoas na cidade, característico do movimento histórico de êxodo rural e imposição do urbano na sociedade mundial.

O mito fundador da região de Itaberaba está associado às fazendas de gado. Os sertões nordestinos nos séculos XVIII e XIX receberam a incumbência da criação de gado enquanto atividade econômica. Os “caminhos do gado” permearam as terras sertanejas através dos vales dos rios, entre eles o Paraguaçu, que faz parte dessa região (Souza Júnior, 2015). A criação de gado favoreceu a ocupação dos colonizadores, começou a fixar essa nova população nas terras indígenas e a pecuária se tornou uma das primeiras atividades econômicas desses núcleos, em substituição às práticas de vida dos indígenas.

Todavia, na cidade de Itaberaba, o processo pôde ser observado especialmente entre os anos de 1970 e 2022 (ver tabela 1). O maior crescimento da população urbana se deu no período que abrange as décadas de 1970 a 1980, fato que pode ser explicado pela expropriação rural e a tendência de redefinição do processo produtivo, que, além das atividades primárias e voltadas para o local, começa também a assumir dimensões de rede, ligando-se à escala mundial, nos setores secundário e terciário.

Em contrapartida, nota-se a redução da população rural em todos os períodos analisados. Dessa forma, Itaberaba se configurou dentro do processo de diminuição constante da população rural, ligado à urbanização que o capitalismo impôs no período no Brasil. O que permite a compreensão de que o processo de urbanização está submetido às leis da acumulação capitalista e evidencia que a urbanização e acumulação capitalista caminham juntas.

Tabela 1- Itaberaba: Taxa de crescimento geométrico anual da população urbana e rural, 1970-2022.

Períodos	População urbana	População rural
2010-2022	0,83	-1,19
2000-2010	0,86	-0,92
1991-2000	2,10	-1,68
1980-1991	2,70	-0,46
1970-1980	5,60	-0,02

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000; 2010; 2022).

A cidade, portanto, não deve ser estudada de forma isolada, pois não se constitui enquanto organismo independente, não é ela em si que organiza a rede urbana, é muito mais a forma que tais relações assumem. A cidade é o modo de como se dá o processo de acumulação capitalista (Carlos, 2015).

Assim, o processo foi impulsionado e acelerado devido às transformações ocorridas nos setores industrial, financeiro e de serviços. Isso é evidenciado na tabela

2, que demonstra a ocupação da população. O setor primário reflete um decréscimo, que pode ser justificado pelo avanço do modo “urbano”. O setor de construção civil tem seus percentuais mais significativos entre os anos de 2000 e 2010¹, devido ao “aquecimento” do setor através de políticas públicas e investimento em infraestrutura. Por outro lado, o setor terciário continuou a promover o aumento da população ocupada, já que tem a maior participação.

Tabela 2- Itaberaba, população ocupada por setores (%), 1970-2010.

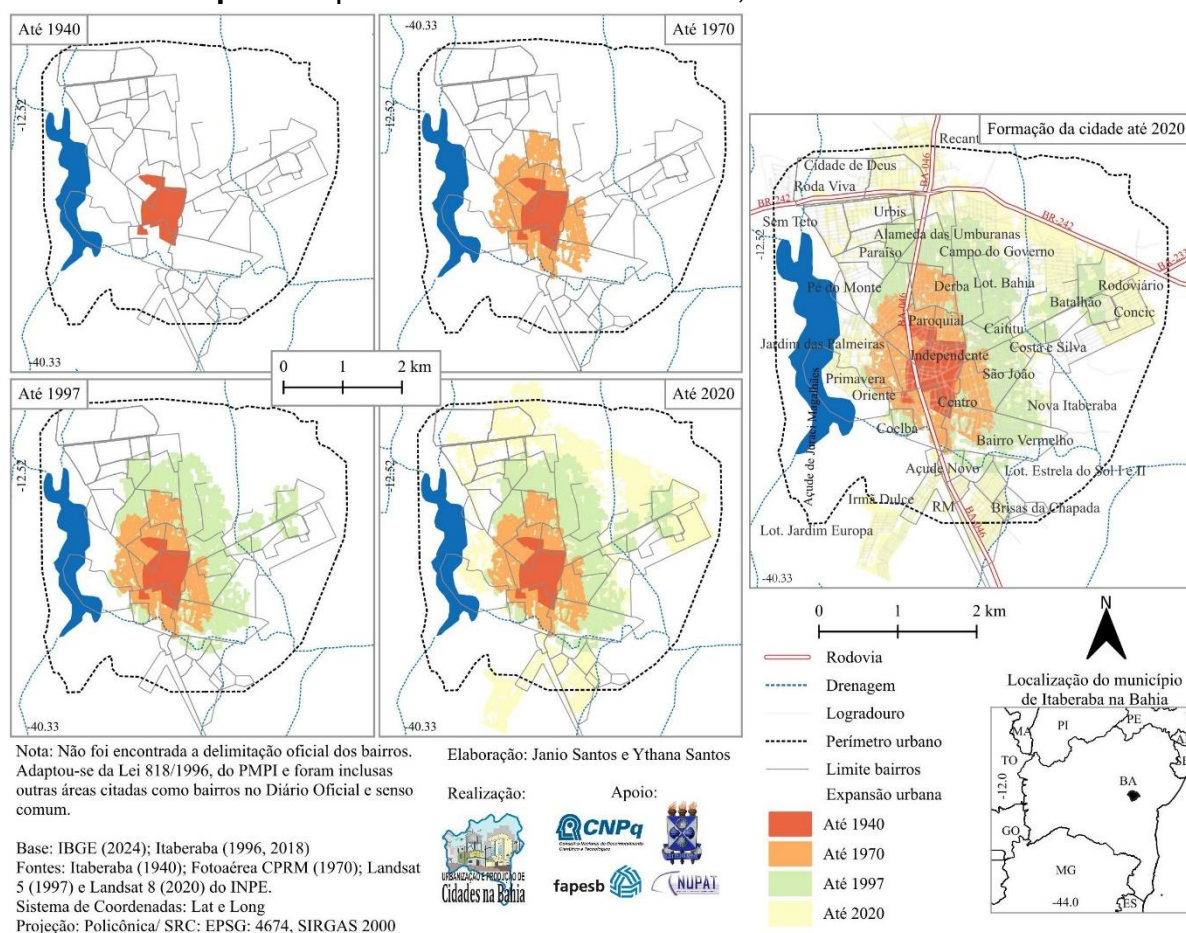
Período	Primário	Indústria	Construção Civil	Terciário
1970	52,22	11,7	X	36,04
1980	49,31	8,21	4,75	37,74
1991	68,56	3,79	4,86	22,8
2000	20,55	11,03	6,77	61,64
2010	24,45	10,13	7,69	57,73

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010)

Nos países de industrialização tardia, como o Brasil, a redefinição das atividades econômicas e a divisão do trabalho a partir do período pós-guerra, caracterizaram uma corrida para a urbanização (Rolnik, 2013), isso pôde ser observado também na cidade de Itaberaba. O processo de interdependência da cidade em relação ao campo, que foi baseado na imposição do urbano sobre o rural, fez com que a população rural comesse a migrar para a área urbana nos anos que se procederam.

O mapa 2 demonstra a expansão da cidade ao longo dos anos 1940 a 2020. Todavia, evidencia também o crescimento de Itaberaba a partir da lógica acumulação e reprodução do espaço urbano, materializada na divisão do trabalho. Em 1940, o que se notava era uma mancha incipiente, uma vez que as atividades primárias e o campo, sobrepunham a cidade, nesse período, área meramente representativa e administrativa, a obra.

¹ Atualmente, os dados específicos sobre a população ocupada por setores de atividade econômica em Itaberaba, conforme o Censo Demográfico de 2022, ainda não foram divulgados. Essas informações detalhadas geralmente são disponibilizadas em etapas posteriores à publicação dos resultados preliminares do Censo.

Mapa 2: Expansão urbana de Itaberaba, 1940 a 2020

No que diz respeito à mancha urbana e seu crescimento a partir de 1970, nota-se que essa se desenvolve, num primeiro momento, em razão do centro. Isso, porque, a expropriação rural e o redirecionamento das atividades passaram a fazer das cidades suas áreas de concentração, mais especificamente, em seus centros de troca, principalmente pela Feira Livre.

As primeiras políticas de habitação do município foram impulsionadas pela Política Nacional de Habitação (PNH), fortemente atreladas ao setor econômico, através do Banco Nacional de Habitação (BNH). Todavia as políticas articuladas ao governo federal perderam expressividade na cidade a partir de 1985, quando o Banco foi extinto. Em 1997, a cidade estava ainda mais incorporada ao processo hegemônico de implosão e fragmentação. Se por um lado concentrou ainda mais riquezas e serviços, que atraiu uma parcela de migrantes; por outro, fragmentou-se pela propriedade privada e pelo valor do solo, impossibilitando o acesso e gerando conflitos

e formas de resistência. As primeiras ocupações urbanas da cidade são datadas nesse período.

A partir dos anos 2000, é possível perceber o crescimento mais expressivo da mancha urbana de Itaberaba. A cidade passou a possuir mais novas dinâmicas de acumulação, como a chegada da indústria do grupo DASS, que fortaleceu o setor secundário no município, e, conseqüentemente, contribuiu para sua expansão. Também a dimensão da cidade como negócio começou a ganhar ainda mais evidência em Itaberaba, sobretudo no setor público e, mais atualmente, no privado, que favoreceu a sua expansão.

Assim como em outras cidades, a divisão do trabalho e o processo de acumulação e reprodução do capital direcionaram o crescimento da mancha urbana e das relações. Em um primeiro momento, na área de concentração de trocas do comércio pela feira livre, depois se complexificou com a chegada da indústria e, em um movimento mais recente, adicionou-se a essa reprodução, a expansão pelo setor imobiliário. Para Carlos (2015), a organização social da separação do trabalho nessas cidades faz com que o capital se materialize no espaço urbano, o que cria áreas privilegiadas e áreas segregadas com características muito diferentes.

Portanto, o que se nota é a expansão do urbano sobre o rural no aspecto das relações econômicas e sociais, mas também o redirecionamento da reprodução do capital na cidade. Ainda que cidade e campo possuam um caráter de interdependência, a sociedade urbana, que é articulada mundialmente e é hierarquizada pela divisão do trabalho, se estabelece na escala do local e remodela sua estrutura. Assim como as atividades e a lógica da mercadoria da sociedade capitalista redefinem a cidade e, portanto, o lugar.

O lugar, neste trabalho, está na noção de totalidade concreta, que é aberta e em movimento, fundamentada na discussão da natureza do espaço geográfico. No estudo do lugar enquanto materialidade espacial, esse ganha conteúdo nas suas inter-relações, todavia é elemento da totalidade concreta, no nível da formação econômica e social capitalista.

Dessa forma, está em constante processo de reorganização que se vincula às ações realizadas pelos indivíduos. Entretanto, o lugar continua sendo baseado na fragmentação desigual e articulada e, ao mesmo tempo, refletor e condicionante da sociedade, mesmo sendo redefinido em suas formas e funções.

No capitalismo, a cidade se torna a expressão espacial do modo de produção e as desigualdades espaciais são produto e condição de seu desenvolvimento. Isso acontece devido aos aspectos contraditórios inerentes ao próprio processo de mundialização e produção do espaço. A ideologia da modernidade, atrelada ao terreno fértil para reprodução do capital na cidade, fez de Itaberaba uma vitrine, através da urbanização proporcionando infraestrutura, bens e serviços que a transformaram na maior do seu Território de Identidade, mas também criou o espaço desigual que se materializou na cidade.

2.3 NOTAS SOBRE A POLÍTICA HABITACIONAL E PRODUÇÃO DA MORADIA NA CIDADE CAPITALISTA

O desenvolvimento desigual é visto como a lei universal da história humana no sistema capitalista. Segundo Smith (1984), a ideologia burguesa universaliza as formas e as relações sociais específicas do modo de produção capitalista e as naturaliza, o mesmo acontece na produção da cidade. Todavia, é na dinâmica desigual e combinada que o espaço é produzido também sob práticas singulares, uma vez que interesses hegemônicos e locais coexistem e atuam em conjunto para a reprodução do capital.

É a partir desse movimento de diferenciação e equalização que a desigualdade se espacializa enquanto produto de forças universais que operam em diferentes escalas. Dessa forma, o estudo regional se caracteriza pela análise do processo espacial que explica as diferenciações e a equalização, além da análise de sua constituição. Assim, a política pública é criada para responder questões que não as de propensão social e possui especificidades de acordo com o Estado que a operacionaliza.

Para Borón (2003), as políticas públicas, especialmente a partir de 1970, tiveram o objetivo de garantir a integração das classes populares, sobretudo do proletariado industrial, ao mercado. Isso esteve diretamente ligado à mudança no processo de produção no Brasil que se ampliava para a industrialização. O que se nota, portanto, é a necessidade de reintegrar a economia periférica na divisão internacional do trabalho que se estabelecia, isso sob o regime de acumulação concentrado e excludente. Dessa forma, as políticas públicas surgiram como

estratégicas de acumulação capitalista, sob discursos de resolução de problemáticas estruturais criadas pela própria condição do sistema.

Nessa perspectiva, evidencia-se um conflito estrutural entre a teoria e a práxis da política pública no capitalismo, já que não é possível conciliar a garantia plena de direitos em um sistema fundamentado na exploração do trabalho para a maximização dos lucros. Mesmo o Estado populista, ao atuar nesse contexto, revelou essa contradição: embora tenha promovido certa redistribuição de renda às camadas urbanas mais pobres, por meio de políticas de seguridade social, controle de salários e investimentos em saúde, habitação e educação, tais ações resultaram, majoritariamente, na maior inserção dessas populações no consumo, e não na efetiva garantia de direitos enquanto cidadania plena.

No capitalismo moderno e neoliberal, as políticas públicas passaram a atender, prioritariamente, aos interesses de “um projeto de capitalismo nacional, autônomo e expansivo” (Borón, 2003), em articulação com o capital financeiro privado. As parcerias estatais com empresas do setor privado ganharam cada vez mais protagonismo no planejamento e na gestão das políticas públicas. Isso viabilizou, não apenas a acumulação, mas o planejamento das políticas voltado para o capital com os benefícios e subsídios governamentais. Isso aprofundou ainda mais as problemáticas socioespaciais inerentes do processo capitalista de produção.

A participação expressiva do setor privado e do mercado imobiliário na produção habitacional, no âmbito dos programas de habitação, subordinou as demandas sociais aos interesses econômicos. Como características do planejamento urbano estatal atrelado à iniciativa privada, próprio do neoliberalismo, pode-se pontuar alguns produtos: a expansão da infraestrutura urbana, conjuntos em áreas periféricas e de interesses políticos, os quais desdobraram em problemas expressivos. A desigualdade se espacializa, e a cidade se torna a condição espacial para o capitalismo se materializar. Segundo autores como Carlos (2014) e Smith (1984), a morfologia urbana é a demonstração da morfologia social.

Entretanto, essas características são explicadas pela vinculação da política pública à perpetuação de padrões excludentes que precisam ser mantidos para o sistema metabólico do capital (Smith, 1984). Nesse sentido, uma vez que a cidade precisa evidenciar espaços de diferenciação para a promoção da especulação

imobiliária, essa segregação pode ser explicada como uma estratégia para a expansão urbana.

A política de habitação do Brasil, a partir da perspectiva do planejamento, que, dentro do sistema capitalista, é uma solução temporária para problemas estruturais, pois há um movimento de contradições. Nesse sentido, a política pública, no capitalismo, é criada para responder às questões vinculadas à reprodução do capital e não às de propensão social. Além de possuir características específicas que mesclam entre interesses públicos e privados, locais e globais, o que produz espaços singulares em cada cidade (Carlos, 2014).

Todavia, as formas hegemônicas de produção do espaço urbano são mantidas. É possível observar que, mesmo em cidades menores, o capitalismo atua na produção do espaço, o que gera a especulação imobiliária e a expansão urbana, mesmo a partir das políticas públicas. Esses mecanismos excluem os mais pobres, ou se mesclam a interesses patrimonialistas, como a utilização do direito à moradia como estratégia de controle para a obtenção de votos, a tipologia limitada das casas, atrelada à produção em escala, que são observadas na dinâmica dos conjuntos. Isso também evidencia o desenvolvimento desigual e combinado no qual se baseia esse movimento de contrários, que é o ponto de partida para a compreensão desse sistema.

2.4 O PMCMV: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A compreensão do PMCMV exige situá-lo no processo de reestruturação da política habitacional brasileira no período recente. Desde a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1986, as atribuições da política foram dispersas por diferentes órgãos federais até a criação do Ministério das Cidades (MC) em 2003, marco importante para a reorganização institucional da política urbana, integrando habitação, saneamento, mobilidade e regulação fundiária (Bonduki, 2019; Costa, 2021).

Nesse contexto, a Caixa Econômica Federal manteve-se como principal agente operador, sobretudo a partir da utilização do FGTS e de fundos específicos, como o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). A criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) pela Lei nº 11.124/2005 consolidou instrumentos para articular entes federados e

sociedade civil, estabelecendo diretrizes para o financiamento e a gestão habitacional (Brasil, 2005; Silva, 2013).

O PMCMV, lançado em 2009 por meio da Lei nº 11.977 e da Medida Provisória nº 459, surgiu em um duplo movimento: de um lado, buscava reduzir o déficit habitacional, especialmente para famílias de baixa renda; de outro, visava dinamizar o setor da construção civil em meio à crise econômica internacional, inserindo a habitação no circuito de valorização do capital imobiliário (Pereira, 2017; Costa, 2021).

O programa estruturou-se em diferentes faixas de renda, com destaque para a Faixa 1, destinada a famílias com rendimento de até três salários mínimos, que recebiam maiores subsídios e pagavam prestações reduzidas. Contudo, como apontam Martins (2016) e Costa (2021), a maior parte das unidades foi produzida para as Faixas 2 e 3, destinadas a famílias de renda intermediária, o que demonstra a forte articulação entre a política habitacional e os interesses do mercado imobiliário.

Outra característica fundamental foi a localização periférica dos empreendimentos, consequência da lógica de provisão habitacional em áreas de menor valor fundiário, frequentemente desprovidas de infraestrutura e equipamentos urbanos, reforçando processos de segregação socioespacial (Costa, 2021). Essa dinâmica evidencia as contradições do PMCMV: ao mesmo tempo em que ampliou o acesso à moradia, também consolidou desigualdades urbanas ao reproduzir padrões de expansão fragmentada das cidades.

Entre 2009 e 2014, o programa financiou mais de três milhões de unidades habitacionais em todo o país, alcançando números próximos ao acumulado em vinte anos de atuação do BNH. Apesar da magnitude, apenas cerca de 24% dessas unidades foram destinadas à Faixa 1, público que representava mais de 70% do déficit habitacional nacional (Martins, 2016; Costa, 2021).

Portanto, o PMCMV deve ser compreendido como uma política marcada por inovações institucionais e jurídicas, mas também por fortes vínculos com o setor imobiliário privado, o que limitou seu alcance social. Como destaca Costa (2021), ao mesmo tempo em que o programa respondeu a uma demanda histórica por habitação, também se consolidou como instrumento de acumulação e de expansão da fronteira urbana em cidades médias e sub-regionais.

2.5 O PMCMV E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ITABERABA²

Pode-se pensar o ato de habitar como uma forma de apropriação do espaço, através mesmo da casa (Carlos, 2003). Habitar, primordialmente, vem a ser então um modo de se apropriar dos lugares de uma cidade, é uma questão de ter seu próprio lugar, atribuir sentido e significado a uma determinada parte da cidade, sobretudo, com o corpo.

A partir da década de 1960, a mudança no processo histórico, causada pela industrialização e consequente urbanização das cidades, aprofundou a tendência à hegemonia dos novos setores econômicos e influenciou diretamente na forma como a cidade é reproduzida. Em razão da crise urbana que se instaurou, o habitar, que compreendia a apropriação do espaço vivido, passou a ser substituído pelo habitat, que representa a perda de conteúdo em favor da lógica de produção em massa (Lefebvre, 2006).

Embora seja talvez o lugar mais importante para os indivíduos numa cidade, esse não se faz o único. Assim, a questão do habitar está vinculada também à distância que esses locais têm um do outro. O que faz com que Carlos (2003, p.02) conceitue essa ação da seguinte forma: “O habitar - que guarda a dimensão do uso - envolve um lugar determinado no espaço, portanto uma localização e uma distância que se relaciona com outros lugares da cidade e que, por isso, ganha qualidades específicas”.

Entretanto, com a mudança do processo histórico que ocorreu no final da década de 1960, com a industrialização e consequentes alterações na urbanização, houve a busca maior pela hegemonia de novos setores econômicos voltados para a reprodução da cidade e suas formas de apropriação.

Nesse sentido, o habitar, que contempla a apropriação do espaço para realização da vida, foi substituído pelo habitat, que representa a atualidade do espaço abstrato. Esse processo de abstração representa a perda do conteúdo e da individualidade e passa a seguir a lógica da acumulação, o que faz com que o valor de troca seja superior ao valor de uso (Carlos, 2003). Tal concepção promoveu, como

² Esta subseção possui resultados de pesquisa de Iniciação Científica da autora e de artigo publicado em 2023 (Oliveira Santos; Santos, 2023)

iremos constatar, a elaboração de políticas públicas hegemônicas, centralizadas e reducionistas e acirrou ainda mais a segregação urbana e a especulação imobiliária no Brasil.

O “habitar” na sociedade moderna ganhou, portanto, uma nova lógica, pois o seu potencial para o capital é notado e utilizado, existe também face à necessidade de adequação ao capitalismo. A habitação transforma-se então em mercadoria e os homens tornam-se os instrumentos do processo de reprodução espacial (Carlos, 2003). A cidade, enquanto mercadoria, para fins de moradia passa a ser vendida, as pessoas mais abastadas conseguem habitar as localizações mais privilegiadas e as classes com menor renda, quando e se conseguem, são alocadas em locais precários e/ou mais distantes. Portanto, “habitar” transforma-se então numa das faces mais visíveis da segregação.

A Lei nº 11.124/2005 deu início ao SNHIS e o FNHIS, o que possibilitou a integração dos programas habitacionais entre as esferas municipais, estaduais e federal do governo, além de agentes públicos e privados. Isso favoreceu o planejamento da política habitacional em nível nacional (Brasil, 2005).

Os programas estabelecidos pelo SNHIS tinham os objetivos de urbanizar assentamentos precários, prover habitações, fornecer assistência técnica e apoio à elaboração de planos de habitação (Martins, 2016). Por outro lado, os recursos para o SNHIS provinham do FGTS, do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), FAR, do OGU e do FNHIS.

O SNHIS contemplava ainda o SHM, que deveria atender à população com renda mensal entre 5 e 10 salários da época e eram promovidas por construtoras e empreiteiras. O SHM poderia atender ainda as famílias de mais baixa renda, o mercado popular, através do financiamento com recursos da captação de cadernetas de poupança e Consórcios Habitacionais certificados de recebíveis imobiliários e investimentos institucionais e de pessoas físicas. O mercado imobiliário começou então a se estabelecer como um potencial, o que criou as bases para o PMCMV (Martins, 2016)

Além disso, houve a formação de um arcabouço jurídico para proteger os capitais envolvidos e a expansão do crédito imobiliário, o que possibilitou a construção das unidades habitacionais para o mercado imobiliário e o transformou numa esfera de investimento rentável para investidores.

Estudos evidenciaram ainda limites estruturais para a produção capitalista da moradia no Brasil (Cardoso; Lago, 2013), dados por características específicas da produção da moradia no sistema capitalista, tais como: o longo ciclo produtivo, o alto valor agregado e a necessidade de terra urbana como bases da produção habitacional, que estabeleceram limitações à lógica do capital no setor imobiliário brasileiro. Isso ocorreu devido ao baixo desenvolvimento tecnológico e aos altos níveis de mão de obra não qualificada utilizados no setor produtivo. Como resolução para essas problemáticas, a produção da moradia passou a ser de hegemonia do capital mercantil, através da incorporação.

Dessa forma, em 2008, com o Plano Habitacional, houve a integração da política urbana e o estabelecimento das diretrizes do plano habitacional, o que trouxe uma nova perspectiva para a habitação de interesse social no país. Ainda nesse ano, o SFH, através dos dados do Banco Central do Brasil, registrou a construção de 600 mil novas unidades habitacionais, um marco, já que esses números não eram tão altos desde 1980, no auge do antigo BNH. A esfera privada tornou-se responsável pela organização do processo de produção, todavia, foi o lucro sobre o lucro imobiliário o vetor do processo de acumulação, e não mais o lucro sobre a construção (Cardoso; Lago, 2013). Nesse mesmo ano, a crise econômica mundial também se estabeleceu e o déficit habitacional se tornou a discussão central para a elaboração do PMCMV.

Através da medida provisória nº459 da Lei 11977, de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida foi sancionado. E, no contexto em que foi criado, surgiu com o objetivo de produzir condições para o mercado habitacional e fomentar a economia através da construção civil (Brasil, 2009).

Por outro lado, medidas foram adotadas para impulsionar os consumidores e contemplados pelo programa. Três estratégias foram fundamentais para o seu desenvolvimento: o acesso menos burocrático ao FGTS; a redução de riscos para o fundo garantidor de habitações, através da disponibilização de recursos em caso de inadimplência; e a redução nas taxas de juros, com a disponibilidade de subsídios diretos de acordo com a faixa de renda (Martins, 2016).

O Programa MCMV possuía duas linhas de atuação: o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHU). Ainda existiu o PMCMV Entidades, que era responsável por projetos construídos apenas com a participação de movimentos sociais. Neste trabalho, focaremos apenas as

faixas abrangidas pelo PNHU. O PNHU teve como objetivo a aquisição da casa própria nas cidades para famílias com renda até 10 salários mínimos mensais, as quais de 0 a 6 salários possuíam o direito a subsídios maiores, de acordo com a menor renda; e nas de 6 a 10 salários havia a possibilidade de financiamento do imóvel sob juros menores. Entretanto, embora todas tenham sido executadas por construtoras, os subsídios e faixas se subdividiam em três esferas (Brasil, 2009).

A faixa 1, abordada ao longo deste trabalho e, portanto, que será mais bem detalhada, contemplou famílias de até 1,6 mil mensais (equivalente a 3 salários mínimos da época); as prestações mensais não poderiam ultrapassar 10% da renda mensal familiar e tinham o valor mínimo de 25 reais pelo período de 10 anos.

O financiamento das casas ocorreu através dos recursos da União e teve a sua subdivisão em três partes: empresas, oferta pública e entidades. No primeiro, a aquisição das unidades foi financiada pelo FAR e a iniciativa do projeto era através das empresas da construção civil, abrangendo principalmente as capitais e regiões metropolitanas, além de municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes. Os recursos, no entanto, eram disponibilizados a partir do déficit do município.

É importante pontuar que, para Cardoso e Lago (2013), as estratégias de maximização do lucro imobiliário que orientaram a lógica do Programa foram fundadas na transformação do uso do solo, por isso as especificações arquitetônicas evidenciaram os limites dos níveis de desenvolvimento tecnológico no setor e a necessidade de maximização dos lucros através do baixo orçamento empregado. As unidades tinham um teto máximo individual de 65 mil reais, embora variassem de acordo com o UF, localidade e tipologia dos imóveis, preço que compreendia custos do terreno, edificação, infraestrutura interna, legalização e trabalho social, e esse último era de responsabilidade dos estados e municípios e se refere a palestras sobre direitos e deveres em condomínios, etc. Além disso, as especificações arquitetônicas compreenderam: casas ou apartamentos com sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço adaptáveis a pessoas com deficiência; além de no máximo 300 unidades habitacionais por condomínio.

A CEF tornou-se o órgão fiscalizador das obras e da viabilidade técnica das construções, além de representar juridicamente, através da firmação do termo de acordo e compromisso com os municípios selecionados. O custo estabelecido para

as unidades era de 25 mil reais e as especificações arquitetônicas seguiam os mesmos parâmetros estabelecidos no faixa 1 Empresas, com o diferencial de unidades em conjunto ou unifamiliares. Ao poder público coube o cadastramento e a seleção dos beneficiados, além de facilitar a execução dos projetos e liberar bens economicamente mensuráveis, como terrenos, o que tornou a proposta mais interessante para implantação na determinada cidade (Balbim, et. al., 2013).

Os financiamentos do Programa dividiram-se em duas modalidades: a produção e o financiamento ao mutuário. No que se refere à produção, a construtora assume contrato com a CEF e o financiamento é liberado após a construção e fiscalização das etapas da obra. Já no financiamento direto ao mutuário, o recurso era liberado diretamente a pessoa física e a garantia era o imóvel (Brasil, 2009). Das atribuições do Ministério das Cidades, esse era responsável pela regulação do PMCMV. Questões sobre o enquadramento público a ser contemplado e as revisões e regras impostas aos operadores (agentes financeiros e públicos) eram de responsabilidade desse Ministério, o que caracterizou a sua importância.

O PMCMV foi dividido ainda em fases de execução com diferentes mecanismos e objetivos. A fase 1, que correspondeu aos anos de 2009 a 2010, foi marcada pelos redutores de risco de financiamento e facilitação para a construção dos imóveis, como pagamento de prestações apenas após o recebimento do imóvel para famílias de baixa renda. Enquanto a fase 2 abrangeu o período de 2011 a 2014 e foi representada pelo aumento do atendimento à faixa 1; ampliou as metas e delimitou as 3 faixas de renda dos contemplados do programa. A última fase não foi concluída.

Em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida foi instituído e com ele o primeiro conjunto habitacional na cidade de Itaberaba. Segundo dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos, o Brisas da Chapada foi o primeiro conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade, com 500 unidades. Todavia, por questões metodológicas, principalmente devido à viabilidade das entrevistas com os moradores, este estudo foi concentrado no Residencial Vida Nova Itaberaba, que foi implementado em três etapas: os módulos um e dois, com 456 e 388 unidades, respectivamente; e o terceiro módulo com 292 unidades, o que totalizou a entrega de 1125 novas habitações para os beneficiados do Programa nos anos de 2013, 2014 e 2015, as unidades desse conjunto são verticalizadas enquanto as unidades

habitacionais do Brisas são térreas, vide tabela 3. Todos os conjuntos foram entregues nos mandatos do governo de João Almeida Mascarenhas Filho.

Tabela 3- Empreendimentos do PMCMV em Itaberaba-Bahia, 2021.

EMPREENHIMENTO	NÚMERO DE UNIDADES	CONSTRUTORA	MODALIDADE	FAIXA
RES. BRISAS DA CHAPADA	500	FCK Construtora	FAR Empresas	FAIXA 1
RES. VIDA NOVA ITABERABA 1	456	Lmarquezo	FAR Empresas	FAIXA 1
RES. VIDA NOVA ITABERABA 2	388	Lmarquezo	FAR Empresas	FAIXA 1
RES. VIDA NOVA ITABERABA 3	292	Lmarquezo	FAR Empresas	FAIXA 1

FONTE: Dados abertos (2021).

No que se refere à implementação do Programa em Itaberaba, os dois conjuntos habitacionais se limitaram ao atendimento da faixa 1, dessa forma, famílias com renda mensal de até 1,6 mil mensais, equivalente a 3 salários mínimos da época. Além disso, os empreendimentos foram construídos através do FAR Empresas. Nesse seguimento, como evidenciado, os projetos habitacionais partiram da iniciativa das construtoras e tiveram tendência a atender capitais e regiões metropolitanas, mas também municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes, como foi o caso de Itaberaba.

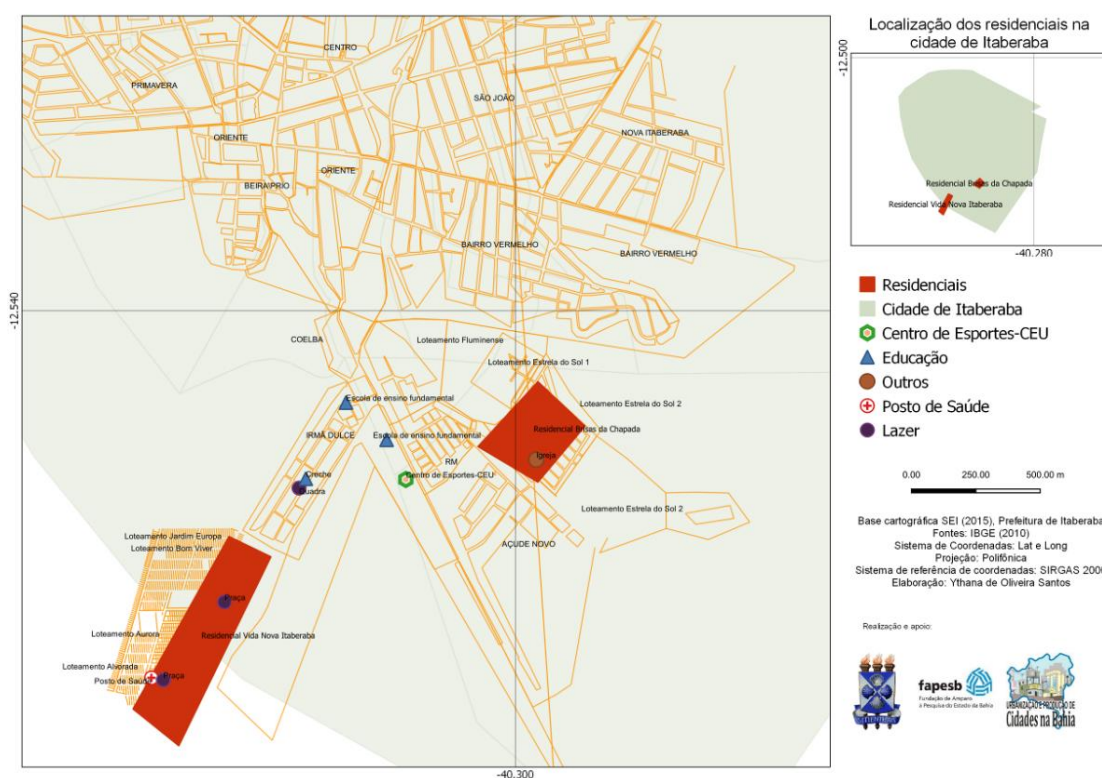
Por outro lado, o PMCMV significou uma melhor estruturação na política habitacional local através da criação de Planos Locais de HIS. Todavia, o compromisso com os agentes imobiliários e políticos demonstrou os verdadeiros objetivos do Programa: produzir condições para o mercado habitacional e fomentar a economia a partir da construção civil. Além disso, para autores como Cardoso e Lago (2013), a estrutura político-institucional de gestão urbana e mesmo habitacional nos municípios, mesmo nas regiões metropolitanas, possui grandes limitações, o que evidencia a baixa capacidade dos municípios de articular ações que contribuam com o atendimento das faixas de menor renda pelo programa, gerenciar as problemáticas dessa produção no território municipal e movimentar as ações necessárias.

Isso ficou evidente nos dez anos que sucederam a criação do conjunto na cidade de Itaberaba, apesar de atender à faixa 1, que são as pessoas com menor renda, as problemáticas de deslocamento populacional, segregação urbana, falta de

atendimento médico próximo, dentre outras problemáticas, continuam a revelar os limites da política habitacional.

No mapa 3, pode-se observar a distribuição dos equipamentos urbanos nessas áreas, bem como sua localização. O residencial Vida Nova Itaberaba possui apenas uma creche, e conta com posto de saúde e praças. Todavia, ambos estão localizados em bairros mais afastados geograficamente do centro da cidade. Mas apenas equipamentos urbanos e relativa proximidade ou distância não garantem ou excluem o direito à cidade dos moradores, é preciso compreender, então, como os moradores desses conjuntos se apropriam e vivem o espaço urbano e a cidade?

Mapa 3- Localização dos residenciais e equipamentos urbanos de entorno, Itaberaba, 2021.

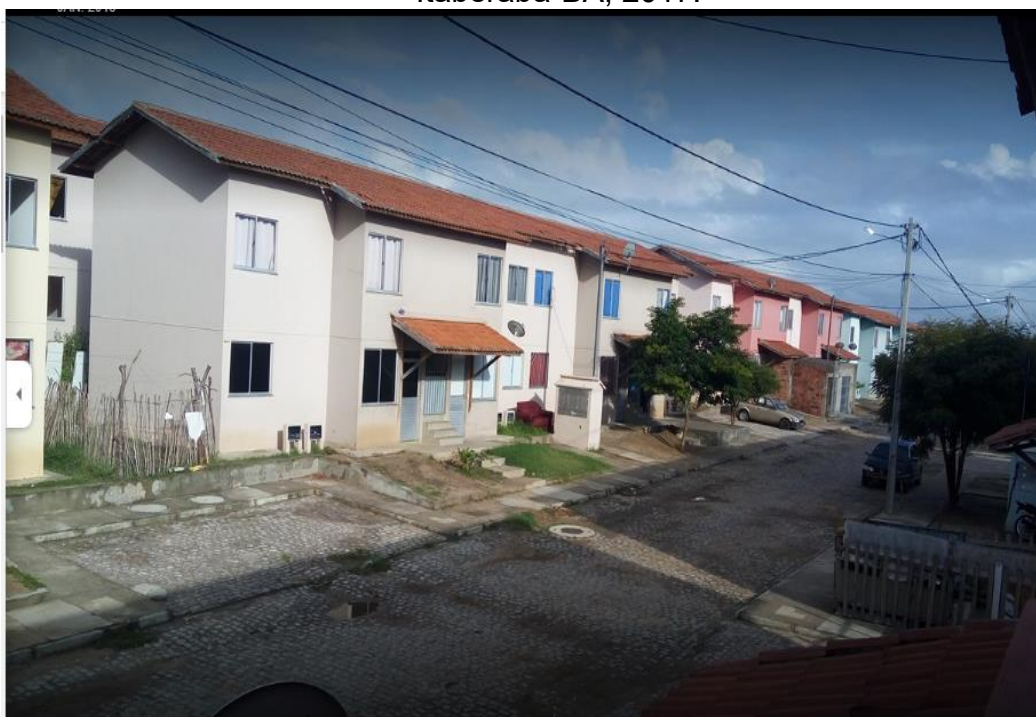


Entretanto, o espaço forjado pelo Programa na cidade pode ser lido a partir das duas formas de utilização do espaço urbano: apropriação e a dominação. A apropriação está relacionada às ações dos indivíduos ocasionadas por seu cotidiano, à simbologia e à significação das práticas, é a forma vivida do espaço. Por outro lado, a dominação refere-se à coação, que através de estratégias políticas e econômicas induz os indivíduos a consumir/habitar o espaço. Essa característica é típica do espaço-mercadoria, criado pelo capitalismo, que ao invés de criar condições para a realização da vida, o torna objeto de consumo (Carlos, 2007).

A apropriação é observada nas trocas coletivas das rodas de conversa. As pessoas utilizam as calçadas para conversarem com os vizinhos, assim como os bancos das pracinhas, o “ponto” de moto táxi e o próprio posto de saúde do bairro, que a noite se torna ponto de encontro entre os moradores. É importante lembrar que essas formas de apropriação no conjunto não fogem à lógica capitalista, mas os usos do espaço são modificados por essa apropriação.

Por outro lado, a dominação é observada em diversas situações. Sobretudo, na estrutura das unidades habitacionais que, por serem prédios, limitam as ações e as condicionam, observar foto 1.

Foto 1: Padrão de moradia no Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba-BA, 2017.



Fonte: Google Street View (2017)

A produção do espaço a partir da tríade do percebido, concebido e vivido em Henri Lefebvre possibilita a compreensão não só da produção material, mas a apreensão das dimensões da realização da vida, da cultura e do modo de ser urbano. A utilização da tríade para este estudo está baseada na compreensão da totalidade e sua tendência à generalização e, ao mesmo tempo, do entendimento sobre o particular.

Foto 2: Unidades habitacionais do residencial em 2025, Itaberaba.



Foto: Ythana Santos. Fonte: Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025.

As fotos 3 e 4 possibilitam a observação da estrutura das casas e um pouco da infraestrutura urbana desses locais, todavia as questões deste estudo estão pautadas numa maior compreensão desse espaço. Como podemos ler o espaço dos conjuntos e a produção da cidade a partir do percebido, concebido e vivido? Quais as dinâmicas espaciais criadas ou recriadas a partir desses conjuntos?

O que se pode constatar dessa análise inicial do programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Itaberaba é a influência das políticas federais sobre os municípios, ainda que essas não sejam tão intensas e tragam à discussão os limites da capacidade das gestões municipais nas implementações dos Programas, mas também os interesses econômicos por trás de discursos ideológicos nas políticas públicas sociais. Esses aspectos trouxeram como consequências da política habitacional que instituiu o programa MCMV a expansão da infraestrutura urbana, a construção dos conjuntos em áreas periféricas e a especulação do setor privado imobiliário, a partir da atuação de agentes específicos. Numa primeira tentativa de leitura do espaço e compreensão sobre essas questões, buscou-se a apreensão para o entendimento sobre as relações reais.

É possível perceber que as periferias são o produto da expansão urbana e características distintas, uma vez que essas se dão de diferentes maneiras e de acordo com lógicas diversas, como evidenciado na seção sobre a Cidade capitalista. Entender a periferia, para além de uma análise de indicadores demográficos, de renda, alfabetização, acesso à água ou inadequação de moradias ou quaisquer

outros, perpassa pela observação do real. A dinâmica de periferização dos empreendimentos também é uma consequência observada no conjunto Vida Nova Itaberaba.

Ainda nas fotos 3 e 4, é possível comparar as modificações na infraestrutura do residencial Vida Nova Itaberaba. As casas foram construídas em locais criando terrenos propícios à especulação. Eram áreas rurais que, com a transformação do perímetro urbano, se tornaram terrenos urbanos, vazios urbanos e se converteram em áreas para loteamento e posterior utilização do mercado imobiliário. As modificações nunca acontecem de maneira “natural”, pois existem interesses que as regem e isso acontece com a expansão urbana, que passa a representar elementos de segregação e grandes transformações no espaço urbano.

Foto 3: Principal via de acesso ao conjunto Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2024.



Foto: Ythana Santos. Fonte: Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025.

Esse movimento é impulsionado por agentes do capital que promovem rapidamente a redefinição do solo rural em urbano e, posteriormente, causam a promoção e a valorização do solo em áreas periféricas. Além disso, a verticalização das unidades habitacionais representa a diminuição de custos pelas construtoras, devido a padronização dos materiais, que gera o aumento o lucro e diminuindo a área construída (Almeida; França, 2023). Essa dinâmica aponta mais uma vez para a

tendência do PMCMV à produção de moradias gerida pelo capital de incorporação (Cardoso; Lago, 2013). Isso é evidenciado nas fotos 2, 5 e 6 nas quais é possível observar as áreas já construídas no entorno dos conjuntos, mas que na época de sua implementação ainda eram zonas rurais do município, vide foto 4.

Foto 4: Principal via de acesso ao Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2021.



Foto: Ythana Santos. Fonte: Acervo pessoal de Ythana Santos, 2021

A lógica capitalista, dessa maneira, fragmenta o espaço urbano, ao mesmo tempo que recorre à homogeneização (Carlos, 2007). Embora a propriedade privada seja utilizada para a fragmentação, existe um plano mundial que tende a padronizar e expandir o espaço urbano. Há, portanto, espaços estratégicos para as ações de empreendedores imobiliários articulados com proprietários de terras, bancos, instituições financeiras e o Estado. Nas fotos 5, 6 e 7, pode-se observar a distribuição do conjunto habitacional em contraste com os loteamentos de entorno já construídos, além dos vazios rurais limítrofes. O mapa 4 ilustra a quantidade de loteamentos regulamentados no entorno do residencial.

Mapa 4: Loteamentos de entorno no residencial Vida Nova Itaberaba, 2021.

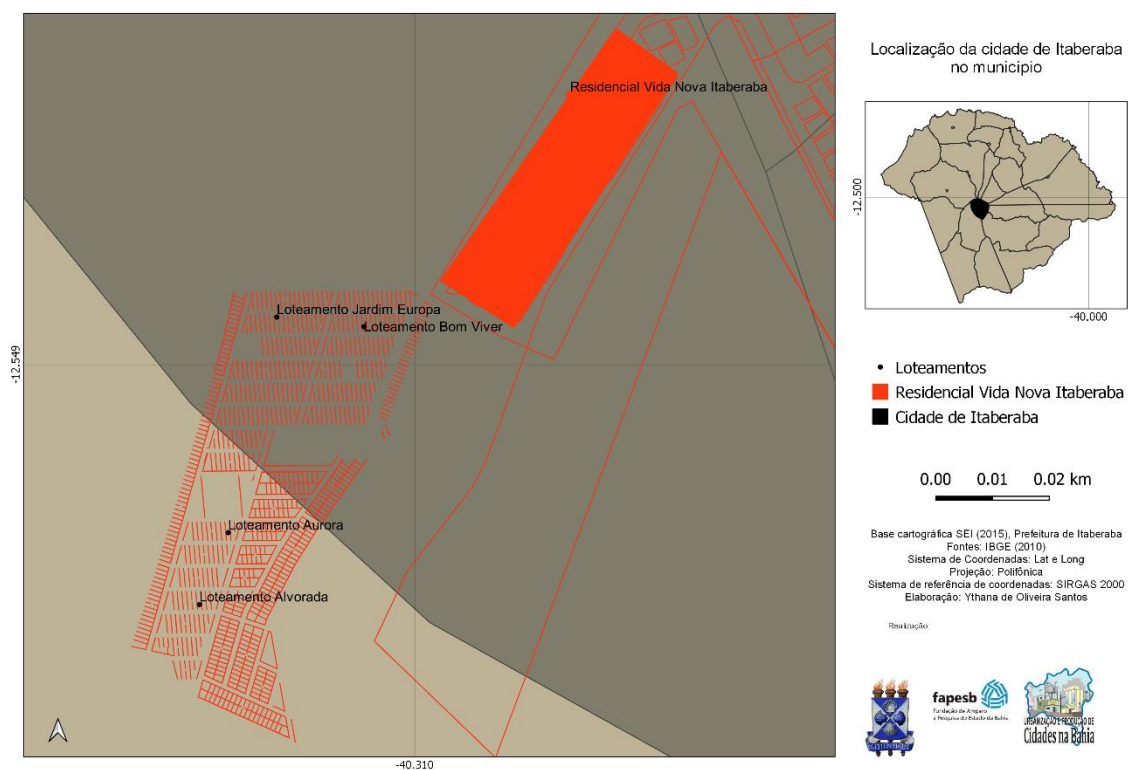


Foto 5: Foto aérea dos loteamentos de entorno do Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2022.

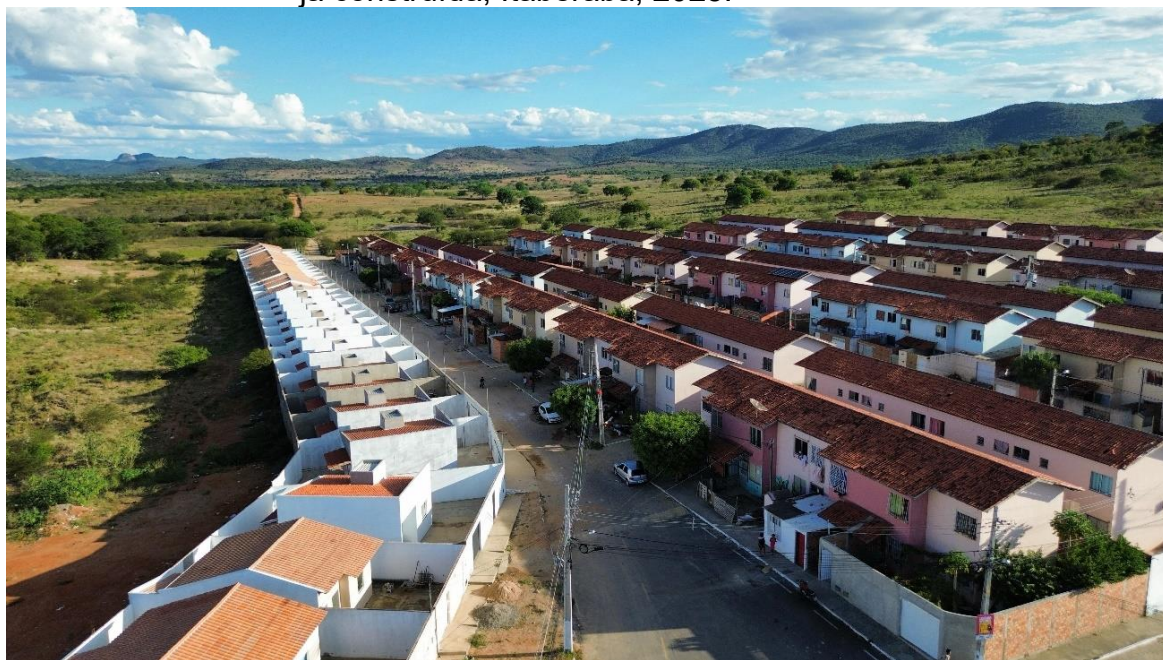


Fonte: Arquivo pessoal de Willian TG, 2022.

Todavia, é possível observar também como o processo de produção do capital abre vias para sua reprodução: paralelos às formas empresariais, impostas pela produção das unidades do Programa, a autoconstrução ou a autogestão individual, apontadas outrora por Cardoso e Lago (2013), se materializaram no conjunto. E já modificaram significativamente a paisagem e as práticas sociais. Elas podem ser percebidas nos “puxadinhos” e nas garagens autoconstruídas pelos moradores, principalmente nas unidades térreas, que anunciam as lógicas do capital mundial de propriedade privada e determinadas práticas sociais que precisam de um solo específico para acontecerem, vide fotos 6 e 7.

Nas fotos 8 e 9, é possível observar alguns dos equipamentos distribuídos no residencial, o que chama a atenção, no entanto, são os usos que são atribuídos a eles. Os cenários, como o do posto de saúde na foto 8, evidenciam utilizações para além das funcionalidades para as quais foram criados. O que problematiza a questão dos usos desses espaços: de que forma a população utiliza esses espaços, considerando os mecanismos de dominação hegemônicos? E apropriação é realmente possível? Como ela se dá?

Foto 6: Foto aérea do Residencial Vida Nova Itaberaba e área de loteamento já construída, Itaberaba, 2025.



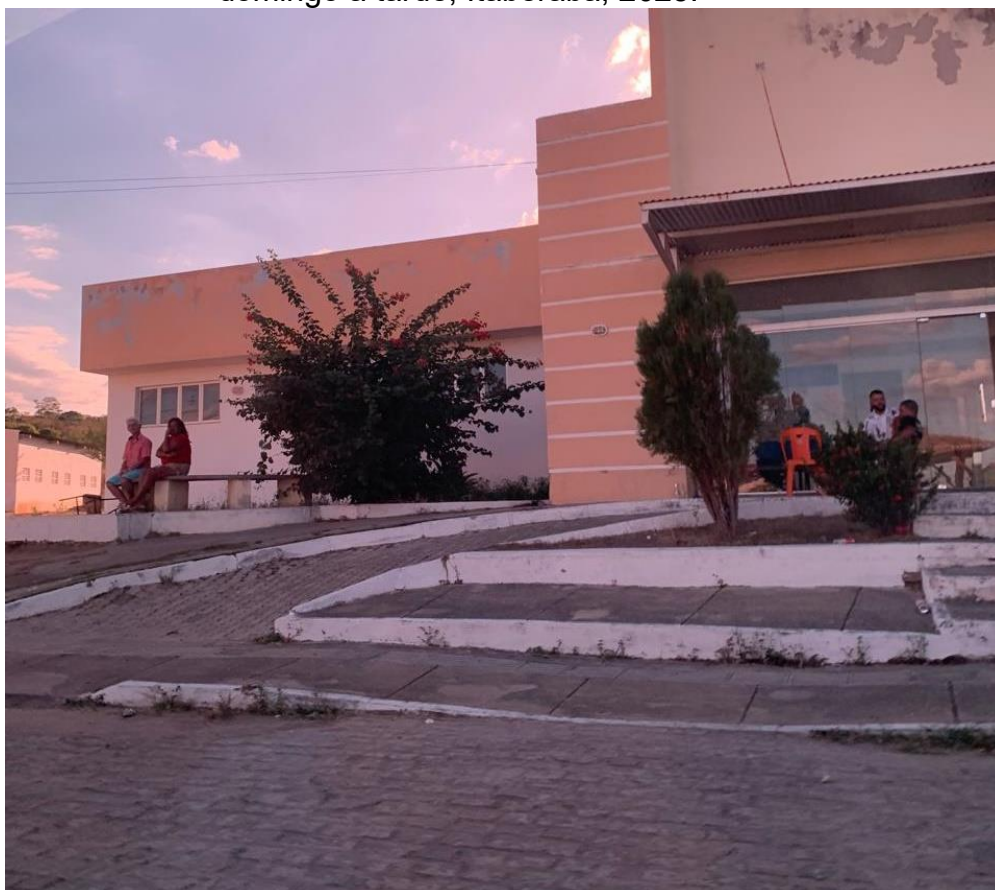
Fonte: Arquivo pessoal de Ythana Santos. Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025.

Foto 7: Foto aérea do Residencial Vida Nova Itaberaba e loteamentos de entorno, Itaberaba, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal de Ythana Santos. Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025.

Foto 8: Calçada do posto de Saúde do Residencial Vida Nova em um domingo à tarde, Itaberaba, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal de Ythana Santos. Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025

O Estado possui papel fundamental na caracterização do uso do solo urbano, pois sistematiza e regulamenta a utilização desse espaço. Enquanto os agentes do capital atuam no condicionamento das práticas socioespaciais que, como consequência, promovem a segregação espacial, e causam conflitos. Mas, o que as práticas cotidianas revelam? É nesse cenário, repleto de agentes com interesses conflitantes e objetivos distintos, que o espaço urbano é produzido e reproduzido. Todos esses modeladores do espaço produzem a cidade moderna (Carlos, 2007).

Foto 9: Praça principal do Residencial Vida Nova em um domingo à tarde, Itaberaba, 2025.



Fonte: Arquivo pessoal de Ythana Santos. Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025.

A lógica dialética do espaço urbano permite a identificação do valor de uso e a (re)produção das relações, é nessa lógica que se destacam as ações das pessoas que vivem nesse espaço. Assim, considera-se a qualidade da expansão da mancha urbana, os impactos das lógicas hegemônicas ante a produção da vida, os conflitos e formas de resistência nas cidades.

A forma de organização espacial revela as desigualdades do processo e os lugares são restringidos pelos limites impostos pelas relações de propriedade (Carlos, 2007). Na foto 10, o que se observa é a vista do centro da cidade para os conjuntos

habitacionais, a vista do centro revela a distância dos conjuntos, ilustrada por meio do mapa 5.

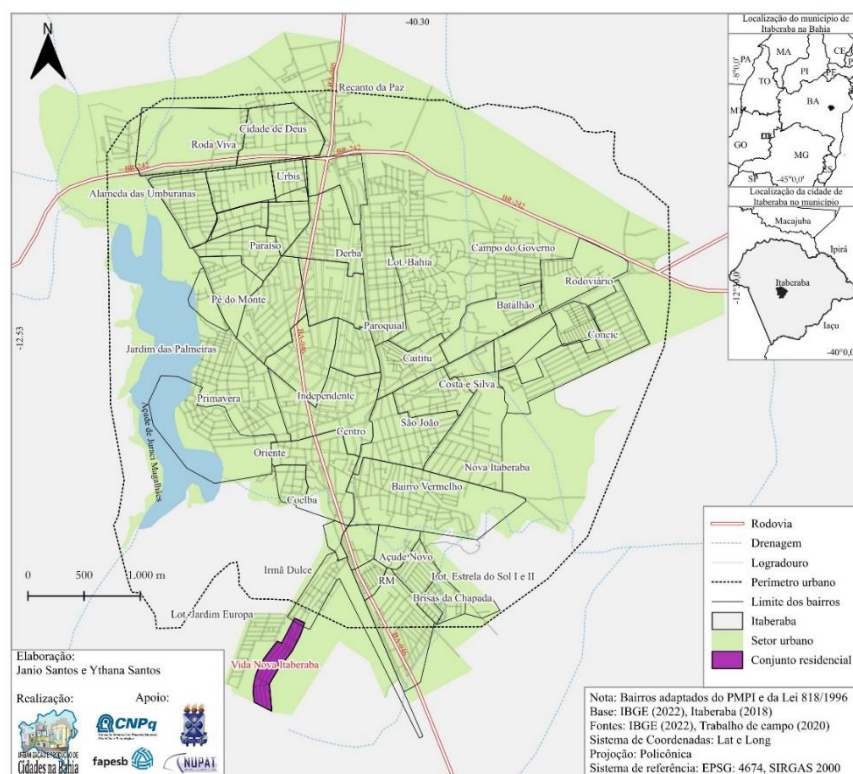
A realização da vida através do tempo é caracterizada pelo uso do espaço e regulamentação urbana, que é feita pelo Estado em suas três esferas. Entretanto, esse uso é uma ação socioespacial concreta e, assim, coagida por agentes hegemônicos que promovem as contradições e consequentes conflitos entre as classes. A contradição mais explícita no espaço urbano atual, a estratificação social, é representada pela segregação socioespacial das áreas residenciais

Foto 10: Foto aérea da vista do Centro da cidade para os conjuntos habitacionais do PMCMV, Itaberaba, 2022.



Fonte: Arquivo pessoal de Willian TG, 2022.

Mapa 5: Distância do conjunto habitacional Vida Nova Itaberaba em relação ao centro, Itaberaba, 2022.



A cidade possui uma tendência à generalização, pelo processo de constituição atrelado ao processo de acumulação capitalista no espaço mundial. Contudo, apresenta suas particularidades, pois as funções que lhe são atribuídas se modificam através do tempo. Dessa forma, cada cidade terá uma expansão e consequente periferia diferente, ainda que produtos de ordens mais gerais.

Dessa maneira, pensar o espaço urbano é refletir sobre as suas formas de apropriação e interesses que possuem diferentes mecanismos e objetivos para alcançá-los, como também diversas atividades e significados para o espaço (Carlos, 2007). A peculiaridade da utilização do solo urbano torna-se fundamental para a compreensão da urbanização e da cidade.

3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOB A ÓTICA DE LEFEBVRE

*A minha rotina? É como todo dia a dia...cuidar da casa, do lar, trabalhar, conversar com as amigas...é um dia como o de todo mundo, né? Acorda, trabalha, volta, cuida da casa e dorme.
(Entrevistada 04)*

(...) Esses espaços repetitivos saem de gestos repetitivos (os dos trabalhadores) e de dispositivos ao mesmo tempo repetidos e de repetição: as máquinas, tratores, betoneiras, guas, britadeiras etc. Porque homólogos, estes espaços são trocáveis? Eles são homogêneos para que se possa trocá-los, comprá-los, vendê-los, não tendo entre si senão diferenças apreciáveis em dinheiro, portanto quantificáveis (volumes, distâncias)? A repetição reina.
(Lefebvre, 2006, p. 115)

Com o objetivo de explicar o espaço dos conjuntos habitacionais do PMCMV de Itaberaba, considerando a tríade concebido, percebido e vivido, esse capítulo tem como finalidade apresentar ao leitor as bases teóricas que baseiam e orientam este estudo. Para tanto, debate-se teórico-metodologicamente a teoria de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço e a tríade do concebido, percebido e vivido a partir da centralidade do cotidiano.

3.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Arrazoar sobre a produção do espaço um aprofundamento e uma releitura dos conceitos desde a sua origem. Para os hegelianos, o conceito de produção está na ideia, que é absoluta. Para eles, o Espírito reproduz a Ideia inicial e final. O mundo começa a partir da Ideia que o produz, e, posteriormente, da natureza que produz os seres humanos, e esses produzem seu trabalho e suas lutas. (Lefebvre, 2006)

Por outro lado, para Marx e Engels (Lefebvre, 2006), a produção possui duas concepções, uma muito abrangente, enquanto a outra é restrita e direta. No significado mais amplo, a produção abrange as obras e as múltiplas formas do mundo, ainda que não tenham as marcas de seus produtores. Nessa acepção, o ser humano, como um ser social, cria sua própria história, sua própria consciência e o seu próprio mundo.

É necessário pontuar que os autores, embora tenham arrazoadado sobre o conceito, não criaram uma ideia fechada e determinada. Todavia, na concepção mais precisa da produção, essa se trata apenas de coisas ou produtos. Por muitas vezes, essa determinação, coloca o conceito num patamar que afasta as questões de capacidade criadora e a reduz somente ao trabalho, o que recai no economicismo (Lefebvre, 2006).

Portanto, o que se entende é que a produção, assim como o produto e o trabalho, são conceitos que permitem a análise das relações de produção por constituírem abstrações concretas, as atividades criadoras de riqueza não podem ser analisadas fora da universalidade dos objetos. Não se pode analisar o produto por si mesmo.

É por esse motivo que o conceito de produção não se esgota em Marx e Engels. O mais próximo que se chega de um conceito fechado é a partir de uma colocação na qual “a produção engloba a reprodução biológica, econômica e social, sem outra precisão” (Lefebvre, 2006, p. 107). As forças produtivas adquirem centralidade no processo. Ainda para Marx e Engels, essas se tratam, primeiro, da natureza, a posteriori, da divisão do trabalho, e por consequência, das suas técnicas e conhecimentos empregados. Dessa forma, o conceito de espaço só adquire sua concretude e conteúdo a partir dos questionamentos da análise: o que se produz? Quem está produzindo? E para quem se produz?

Contudo, essa grande amplitude do conceito de produção tomou proporções que fizeram com que o contorno fosse esquecido. O conceito não pode ser visto nem como pura acepção ampla e filosófica, nem recair sobre o economicismo. Lefebvre (2006) sugere o conceito com a retomada da dialética da produção através da relação produção-produto, bem como obra-produto e natureza-produção. Para o autor, a obra difere do produto, porque é singular e insubstituível, enquanto o produto é repetitivo, porque resulta de ações repetitivas.

O que a natureza cria é a obra, ela apenas oferece os recursos da atividade criadora, portanto, não opera com a mesma finalidade dos seres humanos. A natureza proporciona os recursos para as atividades criadoras, fornece o valor de uso. Entretanto, são as atividades humanas que vão caracterizar a finalidade da obra, é a prática social que cria os produtos e as coisas.

Ao utilizar-se do conceito de produção de Hegel, que era mais filosófico, mas sob uma perspectiva que também era econômica, Marx (Lefebvre, 2006) evidencia a importância da atividade. A atividade, que é a prática da ação concreta sob o conceito de produção e seu conteúdo, é a racionalidade da produção: todo processo de produção possui um objetivo e por isso expressa uma sequência (lógica) de ações que se sucedem para alcançá-lo. Nesse contexto, as atividades são as operações que são realizadas e seus resultados, mas obedecem a uma ordem.

As relações de ordem, entendidas como a simultaneidade e o sincronismo, acontecem, portanto, pela interação dos elementos necessários para determinada ação. Para tanto, a temporalidade, que é o encadeamento, leva à espacialidade,

que contém a sincronização e a simultaneidade. Esse é um processo constante e define toda a ação produtora (Lefebvre, 2006).

A produção no sentido marxista ultrapassa a oposição filosófica do “sujeito” e do “objeto”, bem como as relações construídas pelos filósofos a partir desta separação. Em que consiste a racionalidade imanente à produção? Naquilo em que ela dispõe, em vista de um certo “objetivo” (o objeto a produzir) uma seqüência de atos que se sucedem. Ela compõe temporal e espacialmente uma ordem de operações que se encadeiam e cujos resultados coexistem. (Lefebvre, 2006, p. 109)

Contudo, essas relações são inseparáveis da finalidade e da funcionalidade. Toda ação precisa de um sentido e da satisfação de determinada necessidade. Além disso, há uma estrutura, que define como serão essas dinâmicas, as relações formais não podem ser separadas das condições materiais em que são construídas. Portanto, a racionalidade do espaço não é determinada pela ação humana, pelo contrário, ela é, ao mesmo tempo, condição e produto dessa racionalidade, pois é modificada pela práxis das sociedades. Dessa maneira, o conceito de produção mantém-se universal e concreto e exposto por Marx e Engels (Lefebvre, 2006), apesar de ter sido modificado e afastado de seu sentido ao longo do tempo:

A cidade e o urbano são antes de tudo, produtos. A cidade capitalista, como visto anteriormente, passa por um processo de explosão-implosão generalizada que impõe o modo de vida urbano e se contrapõe ao rural, ainda que mantenha a interdependência com o campo. A relação campo-cidade, que se modificou em escala mundial, levou a cidade e o urbano a novos patamares. E, nesse contexto, a cidade e o urbano enquanto produtos ressoam as contradições inerentes o modo de produção capitalista. Não é possível pensar a cidade sem antes pensar o espaço que a sociedade que nela vive ocupa, apropria ou desapropria. (Lefebvre, 2006)

Entretanto, os produtos dos quais tratam-se a cidade e o urbano são aqui concebidos enquanto as relações sociais que neles se estabelecem. O espaço não é um agente passivo ou vazio, nem serve, como outros produtos, apenas para a troca ou consumo. Pelo contrário, por se tratar de uma obra viva, que transforma seus materiais, as relações do espaço agem na sua própria produção, seja na distribuição de produtos, na organização do trabalho produtivo ou na dinâmica dos fluxos. (Lefebvre, 2006)

O espaço (social) engloba as coisas produzidas, é nele que se compreendem as relações em sua simultaneidade e sincronização. Ao mesmo tempo, o espaço também é resultado do conjunto de ações que se sucedem. Por ser produto de operações passadas, ele também permite novas ações, de forma que as possibilita ou limita. Essas ações, ora consomem o espaço, ora, produzem sobre ele (Lefebvre, 2006).

O espaço é, ao mesmo tempo, condição, meio e produto, e está dentro das forças produtivas e nas relações de produção, independente da forma como está organizado. Isso faz do conceito não estático e passível de constantes novas apreensões. O espaço assume um papel dialético, e serve como base para as relações sociais e econômicas:

Ora, o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. (Lefebvre, 2006, p. 111 e 112)

O espaço, na compreensão explicitada, não é abstrato, pelo contrário, ele é a realização, em um “terreno” específico das relações sociais de produção e reprodução, portanto, se trata de um espaço social produzido, que, no atual momento histórico e de produção, recorre à planificação espacial. Compreender esse espaço, que é produzido dentro das limitações do modo de produção capitalista, permite também pensar a sua modificação.

O espaço social, apontado num primeiro momento pelos marxistas, era considerado como uma superestrutura, ele era o produto das relações de propriedade, das forças produtivas e de estruturas, etc. Não obstante, essa concepção coloca o espaço numa hierarquia que não se sustenta quando se evidenciam o valor de uso e de troca do próprio “terreno” até a troca de cultura, pensamentos e ideias. O conceito de espaço empregado por Lefebvre (2012) adquire um caráter que não se sustenta em classificações de níveis, pois está, de forma dialética e desigual, em todos os planos.

A produção do espaço não seria a ação predominante nesse modo de produção capitalista, mas é a façanha que reúne os fatores da prática ao gerenciar e juntá-los numa unidade prática. O espaço, enquanto social, atua no modo de produção, mas por ser também produto, é modificado por ele. Então o espaço é

produzido pela sociedade e se transforma a partir dela, ele adquire, portanto, um caráter histórico. Todo espaço possui uma história. (Lefebvre, 2012).

“O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, social e histórico.” (Lefebvre, 2006, p.). Ele se reconstitui num processo complexo de descoberta, de novos espaços, a exemplo dos continentes; de produção, a partir da organização social; e de criação, as obras que são construídas, como as paisagens e a própria cidade. O processo acontece de forma evolutiva, mas baseado numa lógica de simultaneidade, ela é a justaposição entre a inteligência e a junção espacial de elementos onde a forma espacial se assenta.

Entretanto, é preciso pontuar que a questão é ainda mais complexa, porque o espaço não reflete apenas o modo de produção, entre a sua produção e a materialidade, há ideologias e ilusões que se relacionam e sobrepõem (Lefebvre, 2006). Por isso, a compreensão das relações não se esgota, nem possui clareza sem uma teoria que as explique, pois essas estão no plano do imediato e, por isso, mascaradas, por diversas escalas de ideologias que permeiam a produção do espaço e a sua materialidade.

A cidade, nesse sentido, é um espaço moldado pelas atividades da sociedade que a produz ao longo do tempo histórico. Ela ocupa um espaço, mas se vincula a um tempo, portanto, tem expressão e significado. Mas o conteúdo e seu sentido são inexauríveis, justamente porque quando tomam uma forma, assumem outra. A obra do espaço, exemplada aqui pela cidade, reúne as transformações do cotidiano e suas finalidades.

A expressão e o significado do espaço social são evidenciados em suas obras, porque pessoas e grupos bem definidos as compuseram. As obras evidenciam as ações e as conduzem para seus fins específicos. Contudo, com a especialização das atividades, característica do período moderno, a obra é destruída para ser substituída pelo produto. É nesse processo que o espaço adquire caráter de troca e reprodução não definida (Lefebvre, 2006).

Os espaços são produzidos de forma igual para que se possa vendê-los ou trocá-los, todavia, possuem diferenças que são geridas pela valoração determinada e qualificada pelo dinheiro. Por esse motivo, os espaços são cada vez mais visuais, eles são voltados para a espetacularização a tal ponto que as próprias pessoas também o são. A espetacularização camufla a padronização, a

repetição, característica do tempo histórico. O espaço atual, dessa maneira, assume o caráter de produto, por isso, se fala em produção do espaço, ainda que essa produção não tenha a amplitude de grandes obras de infraestrutura.

A vista e a visão tornam-se enganosas. As pessoas passam a confundir a vida com a visão que se tem de determinado espaço. Há uma simulação de espaço social diverso, perde-se a transparência.

O espaço social, assim, é produzido e reproduzido em uma relação com as forças produtivas e as relações de produção de seu tempo histórico. Essas forças produtivas não se desenvolvem sobre um espaço neutro ou apenas determinado pela natureza. Por outro lado, não somente a cultura determinará as ações de uma sociedade em seus processos de produção. O desenvolvimento das forças produtivas não se trata, portanto, de um esquema causal, mas dialético.

Um determinado espaço contém objetos variados, que podem ser naturais ou sociais, ferramentas de circulação e troca de informação e pessoas. Entretanto, o espaço não se reduz a conter coisas, esses objetos são relações, eles possuem singularidades e formas. Os objetos são transformados pelo trabalho social, que dá a eles temporalidade e espacialidade específicas, ainda que considerem a sua natureza ou as limitações da sua materialidade (Lefebvre, 2012).

Há uma dialética entre obra e produto que precisa ser retomada: toda obra ocupa e modela um espaço e todo produto, que também ocupa esse espaço, circula sobre ele e modifica as obras. Portanto, a produção do espaço não se dá apenas pela produção material ou o surgimento de novas formas sociais, nem pela produção social de realidades materiais (Lefebvre, 2006). Se trata, antes de tudo, de uma relação dialética: as novas formas não surgem do espaço preestabelecido, mas de uma relação espacial complexa que considera seu espaço e seu tempo. A obra e o produto só são passíveis de diferenciação quando analisados em retrospectiva.

Na modernidade, o espaço adquire três características específicas: a homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Há uma homogeneidade, não de um projeto, mas pelas exigências do modo de produção, é preciso fabricar materiais específicos, bem como gerir métodos de controle, vigilância e comunicação. Embora essa noção dê uma falsa ideia de conjunto, o espaço é profundamente fragmentado por lotes e parcelas do terreno, o que produz as

periferias, que podem ser pobres ou não. E isso corrobora para a hierarquização dos locais em áreas residenciais, espaços marginalizados, comércio etc. (Lefebvre, 2006)

A organização do espaço homogêneo, que é centralizado e concentrado, serve, portanto, tanto para a produção material como para o poder político, o que otimiza seus benefícios na lógica de sua produção. Mais que isso, esse adquire o caráter repetitivo, que prevalece sobre o espontâneo, a obra se transforma cada vez mais em produto. Isso é percebido nas cidades modernas, suas periferias e construções, tudo se parece. Ainda que expressem conteúdos específicos passíveis de análises mais detalhadas, estão vinculadas ao processo de homogeneização. Os espaços repetitivos são criados por gestos e ações também repetitivos de trabalhadores, além de equipamentos que contribuem para essa repetição.

Portanto:

A realidade dita social é dupla, múltipla, plural. Em que medida ela assegura uma realidade? Ela não a tem mais, ela não é mais, à maneira de uma materialidade. Ela contém, ela implica abstrações terrivelmente concretas (ainda e sempre: o dinheiro, a mercadoria, a troca de bens materiais), assim como formas “puras”, como as da troca, da linguagem, do signo, das equivalências, reciprocidades, contratos etc. (Lefebvre, 2006, p.123)

A fragmentação se dá também com o advento da mundialização. À escala mundial, o novo espaço que se forma, paradoxalmente, integra e desintegra, o local. Na ocupação dos espaços é que as classes sociais se estabelecem e reestabelecem, evidenciando a hierarquia. O grande desafio é estabelecer a relação entre o espaço fragmentado e as relações que o contrapõem e renovam a ideia de homogeneidade:

O processo de homogeneização-fragmentação-hierarquização do espaço o transforma em ‘coisa’, a ser trocada, porque adquire esse valor. As coisas e, medidas e mensuradas pelo dinheiro, têm sua própria linguagem. Em um primeiro momento, percebe-se as coisas ou produtos como as finalidades de satisfação, mas ao analisar apenas as finalidades, perde-se a noção do trabalho social empregado e as relações de exploração-dominação no espaço (Lefebvre, 2012).

Embora, na lógica formal, as finalidades sejam levadas em consideração, no capitalismo, as coisas ou produtos são criados, antes de tudo, para reproduzir

o trabalho social. A ‘coisa’ pela ‘coisa’, que é o que o visível mostra, mascara os circuitos da atividade produtora, dissimula as relações sociais. A visão ilusória dos objetos não é captada no uso ou na apropriação, mas em seu monumento enquanto apoio para signos fraudulentos. Dessa maneira, analisar o espaço em sua totalidade permite a visão para além das aparências para mostrar as relações sociais que produzem a realidade (Lefebvre, 2012).

A lógica desse espaço, num primeiro momento homogêneo, promove a ideia de informatização e escamoteia os conflitos e as relações sociais. Mais que isso, sob a mundialização, a sociedade modificou o saber, a cultura e seu próprio funcionamento em razão da lógica do espaço homogêneo-fragmentado-hierarquizado (Lefebvre, 2006). Porém, esse espaço -e seu tempo- pertencem ao modo de produção que projeta as relações sociais no terreno, o que o torna um meio, ainda que não haja uma previsibilidade exata da correspondência entre as relações sociais e as relações espaciais.

Quando as obras, dentro do modo de produção, tomam a forma de produtos, a realidade social torna-se dupla e plural. Elas não asseguram mais a realidade, pelo contrário, escamoteiam o real e envolvem formas como a troca e os signos ao mesmo tempo em que abstrações concretas como o dinheiro e a mercadoria. Apenas constatar o objeto limita a percepção do que ele contém: dissimulam-se as relações e as formas (sociais). Isolar as relações coloca-as em um patamar que as afastam do real, qualquer análise passa a ser fragmentada, descritiva ou classificativa (Lefebvre, 2012).

A análise das relações, devido à dissimulação do visível no espaço, se torna quase paradoxal. A aparência não conduz à leitabilidade do caráter social ou das relações que se estabelecem. A forma, sobretudo, a forma da troca passa a ser a realidade formal. Qualquer espaço que não seja vazio possui um conteúdo. Logo, ele “implica, contém e dissimula as relações sociais” (Lefebvre, 2006). Mas o espaço não é a coisa, ele o conjunto de relações entre as coisas.

Por outro lado, o espaço não é apenas a condição para a realização e a justaposição das coisas, porque também é produto. O espaço é criado e recriado pelas relações humanas. Entre as relações de propriedade e as relações das forças produtivas, o espaço é delineado de maneira formal e material. Por assumir também função de produto, ele assume valor de troca, se torna palco dos fluxos

de mercadoria e um meio de produção. Portanto, o espaço está relacionado tanto às forças produtivas como à divisão social do trabalho.

No capitalismo, o uso do terreno começou com a utilização dos espaços existentes, primeiro com as vias aquáticas -expansões marítimas- depois, com as estradas, estradas de ferro, aeroportos etc, concomitantes, também os meios de transporte que acompanharam essas vias. Nenhum desses meios desapareceu, pelo contrário, adquiriram novas centralidades (Lefebvre, 2006).

A partir do século XX que o espaço de que se trata a produção atual se estabeleceu mundialmente. Com o novo modo de produção - e a nova sociedade- o espaço preexistente é apropriado para outros fins. As mudanças graduais adentram a espacialidade já estabelecida. Portanto, a análise do espaço consiste na observação do presente, considerando a historicidade do processo, a fim de prever o futuro e o possível (Lefebvre, 2012).

É nesse contexto que o conceito de espaço social se amplia ainda mais. Atrelado ao conceito de produção, devido ao processo de reprodução pelo qual passa, o espaço social adquire o caráter de conteúdo e torna-se inseparável da produção no capitalismo. A análise passa a considerar uma relação dialética, que amplia e modifica a relação produção-consumo, mas considera a totalidade entre os níveis de análise das forças produtivas e seus elementos, as relações de propriedade, que são as estruturas, e as superestruturas.

É preciso pontuar também que não há apenas um espaço social, o conceito abrange um conjunto de espaços não numeráveis e diversos. Mesmo com o crescente do desenvolvimento, os espaços não desaparecem, o mundial não revoga o local (Lefebvre, 2006). Todavia, a lei do espaço é a implicação dos espaços sociais: os espaços não são isolados, pois se tornariam abstrações analíticas. Os espaços existem para redes e feixes de relações, eles estão para os conjuntos.

O espaço social, e principalmente o espaço urbano, aparecem em sua multiplicidade, muito mais do que uma homogeneidade característica do período atual (Lefebvre, 2012). Os espaços sociais são emaranhados e sobrepostos, mas não limitam uns aos outros. Não há como definir onde começam e terminam. “O princípio da superposição de pequenos movimentos informa a escala, a dimensão e o ritmo desempenham um grande papel” (Lefebvre, 2006, p. 130). O lugar social,

então, só pode ser entendido em uma duplicidade: dirigido e corrompido pelos grandes movimentos e interseccionado pelos movimentos menores. De toda maneira, os espaços não podem ser classificados em determinações fechadas, pois se entrelaçam e se compõem todo o tempo. O espaço social se torna uma complexidade infinita, que quando demonstra uma coisa, revela outra:

O princípio da interpenetração e da superposição dos espaços sociais comporta uma preciosa indicação: cada fragmento de espaço retido pela análise não esconde uma relação social, mas uma multiplicidade que a análise revela. O mesmo acontece para os objetos: correspondendo às necessidades, eles resultam de uma divisão do trabalho, entram nos circuitos de troca etc. (Lefebvre, 2006, p.132)

O período atual, portanto, é marcado pela tendência dominante de fragmentação da análise. Repartir o espaço, ainda que seja pela divisão social do trabalho, transforma-o em receptor passivo. Por isso, é necessário analisar o espaço em sua totalidade: parte-se do “chão” das relações, mas interpreta-se a partir da teoria complexa da produção e da sua espacialidade e temporalidade.

3.2 A TRÍADE

A concepção de produção do espaço proposta por Lefebvre (2006; 2012) ao longo da sua obra, demonstra, portanto, um espaço que supera a neutralidade e o reducionismo evolutivo presente em outras leituras. É nessa perspectiva que a (re)produção capitalista, por meio da compreensão dos conjuntos habitacionais e seus sujeitos, foi analisada enquanto condição, meio e produto.

Como discutido, a problemática da compreensão da produção do espaço dentro do capitalismo perpassa por questões relacionadas às diferenças entre o valor de uso e de troca dos locais, bem como uma multiplicidade de elementos a serem considerados. Todavia, a centralidade dessa produção no sistema capitalista, é manter as condições essenciais de (re) produção do capital.

A teoria reproduz, com um encadeamento de conceitos, mas num sentido muito forte, o processo gerador: de dentro e não somente de fora (descritivamente) – como globalidade, passando, portanto, sem cessar do passado ao atual (e inversamente). Com efeito, o histórico e suas conseqüências, o “diacrônico”, a etimologia dos lugares, isto é, o que neles se passa modificando as localidades e praças, tudo isso inscreve-se no espaço. O passado deixou seus traços, suas inscrições, escrita do tempo. Mas esse espaço é sempre, hoje como

outrora, um espaço presente, dado como um todo atual, com suas ligações e conexões em ato. De modo que a produção e o produto se apresentam como dois lados inseparáveis e não como duas representações separáveis (Lefebvre, 2006, p.64).

Para Lefebvre (2012), além da compreensão histórica, a análise do espaço compreende uma tríade entre a representação do espaço, os espaços de representação e a prática espacial. Entretanto, a leitura aponta que essa tríade se relaciona dialeticamente: a dimensão do domínio, que está na representação espacial, subordina os espaços de representação, criando-os, por outro lado, a prática espacial, ou seja, a apropriação desses espaços pelas pessoas, os modifica e perpetua seu modo de produção através das ações cotidianas. Nesse contexto, é na análise da prática social que há a possibilidade de entendimento sobre o espaço.

Essas três dimensões: a representação ou o concebido; os espaços de representação, o vivido; e a prática espacial, que se materializa no percebido; compreendem a produção do espaço capitalista, pois abrangem tanto a relações do modo de produção, como as complexidades das ações dos agentes que as (re)produzem. Numa síntese, teórica e metodologicamente, essas dimensões se relacionam de forma dialética, porque o concebido, que é a representação do espaço e se materializa nos signos de controle e domínio, na perspectiva deste texto, no Estado como principal agente, mas também as classes dominantes numa sociedade; ao mesmo tempo, a apropriação³ do espaço, que se dá na prática cotidiana, portanto, no vivido, reconfigura o espaço e perpetua sua reprodução.

As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). (Lefebvre, 2006, p.65)

O poder coercitivo hegemônico da dimensão do concebido se complexifica e ganha novas contradições conforme se compreende as ações dos sujeitos. Há relação

³ O conceito de apropriação se modifica ao longo das análises sobre a produção do espaço, sobretudo, na análise do cotidiano moderno na Teoria dos Sistemas, discutida na próxima seção. Para Lefebvre (2006), a apropriação e a pressão são opostas e complementares nas práticas sociais, portanto, possuem uma relação dialética. Enquanto a apropriação está relacionada à criação das obras, a pressão se estabelece enquanto os direcionamentos e coerções do capital, ambas estão presentes na materialização da prática social.

direta entre a imposição do espaço criado sobre o modo de vida dos indivíduos, mas são as relações sociais que se estabelecem que, ao mesmo momento que refletem a hegemonia do Estado e das classes dominantes, evidenciam suas contradições.

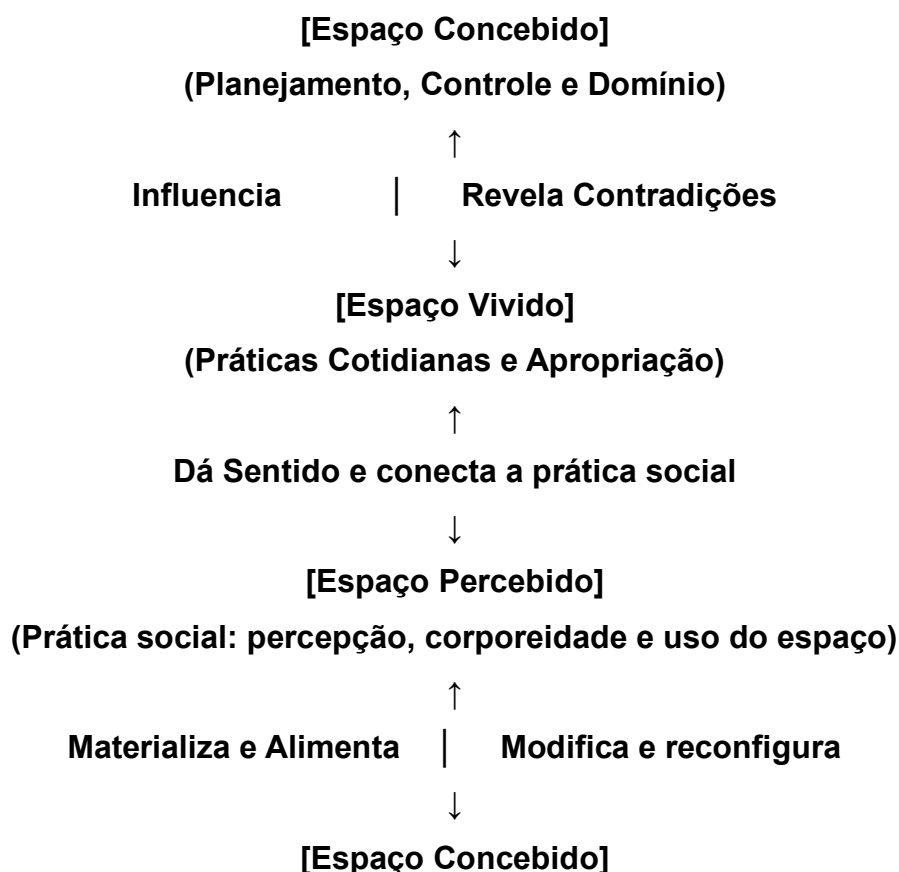
Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (Lefebvre, 2006, p.65)

O espaço capitalista, compreendido pela justaposição do valor de troca sobre o valor de uso, modifica e é modificado pelo cotidiano das pessoas. Mas também o cotidiano foi capturado pelo modo de produção no qual elas estão inseridas, pois existiu a necessidade de adequação à estrutura da reprodução social do capital. Os elementos fundamentais do processo são: a mais valia; a dominação do Estado, que legitima a acumulação capitalista; e a apropriação e uso do espaço pelas pessoas, que se imprimem na prática social.

As projeções do espaço social se dão nas esferas do concebido, percebido e do vivido, que englobam as dimensões mais complexas das relações sociais de maneira dialética. A hegemonia das representações do espaço -o concebido -, tem suas contradições relevadas no cotidiano, que são os espaços de representação que compreendem os estilhaços do modo de produção capitalista através do vivido. É através das percepções do vivido, que se estabelecem também as contradições entre o concebido e o percebido, conforme esquema 1.

O espaço concebido domina e direciona as outras dimensões através do planejamento e controle, mas é constantemente desafiado pelas práticas e apropriações do espaço vivido. O vivido traz à tona as contradições do espaço concebido e revela novas dinâmicas sociais e culturais, ainda que esteja condicionado pelos limites do percebido e do concebido.

Esquema 1: Dialética entre as dimensões do espaço, segundo Lefebvre (2006)



Adaptado por: Ythana de Oliveira Santos, 2025. Fonte: Lefebvre (2006).

O percebido conecta o físico e o simbólico, mediando a interação entre o espaço planejado e o vivido. Ele reflete o uso prático do espaço e influencia tanto a percepção quanto a reprodução das relações sociais. O processo é dialético, pois cada dimensão não só influencia, mas também é modificada pelas outras, gerando contradições e reconfigurações contínuas no espaço capitalista.

A imposição do espaço enquanto produto na lógica capitalista carrega os elementos de coerção e domínio que são refletidos através dos signos do espaço concebido. Todavia, há uma tendência à criação de substratos do modo de produção que só são possíveis na análise da realidade. A representação do espaço por meio dos signos concebidos direciona, portanto, as relações no vivido, ainda que sejam também modificadas por elas. Nos conjuntos habitacionais, o que se observa dessa dinâmica num primeiro momento é o uso dos espaços coletivos que são remoldados para se adequar ao tipo de brincadeiras às quais as crianças estão acostumadas ou

a utilização de partes das casas como pontos comerciais. É perceptível que a reprodução do capital continua presente nessas dinâmicas, mas sob novas nuances.

As realidades cotidianas e urbanas se dão pelos percursos do habitat e o uso do tempo das pessoas. Por outro lado, são coagidas pela representação do espaço, que legitima as estratégias que contribuem para a perpetuação do modo de produção por meio do domínio dos espaços de representação, nas dimensões do percebido e do vivido.

O concebido se estabelece, portanto, como a dimensão do valor de troca, da propriedade, da dominação, da coerção, dos signos hegemônicos no espaço. Ele é a representação, o que se impõe do modo de produção. Ao mesmo tempo, ele também se estabelece por processos de agentes modeladores do espaço, que se reproduz na cidade através do urbano. Para este estudo, o concebido é a materialidade dos conjuntos, o que há de infraestrutura e o processo de implantação das unidades habitacionais, se trata das regulamentações e das dinâmicas dos agentes hegemônicos na produção.

Por outro lado, o espaço vivido é onde se constrói a leitura do cotidiano, é a realidade imediata, carregada de contradições entre seus conteúdos. As práticas sociais revelam as vivências, que até determinado ponto podem superar as determinações hegemônicas, mas perpetuam a reprodução sob novas dinâmicas sociais e mentais. O concebido, que é criado para a neutralização das contradições sociais, torna-se o plano de fundo que regula essas práticas, daí a relação dialética da produção do espaço.

Há, dessa forma, uma alienação das pessoas através do consumo para que haja a reprodução ampliada do capital. Essa alienação acontece nas esferas do concebido e do percebido: Lefebvre (1991) enfatiza que, no cotidiano, através do próprio habitar, as representações e os símbolos do espaço podem alienar e induzir gestos e ações que impulsionam o processo metabólico do sistema capitalista. É na dimensão do percebido que a prática social recebe seu sentido ou a falta dele, através da corporeidade do indivíduo:

Para compreender o espaço social em três momentos, que se reporta ao corpo. Uma vez que a relação com o espaço de um “sujeito”, membro de um grupo ou de uma sociedade, implica sua relação com seu próprio corpo, e reciprocamente. A prática social considerada globalmente supõe um uso do corpo: o emprego das mãos, membro, órgãos sensoriais, gestos do trabalho e os das atividades exteriores

ao trabalho. É o percebido (base prática da percepção do mundo exterior, no sentido dos psicólogos). (Lefebvre, 2006, p. 67 e 68)

Portanto, as representações do corpo ganham alta complexidade, no percebido há mistura de ideologias e aquisições científicas difundidas: a dimensão do concebido possui uma tendência de indução de comportamentos e transformação de práticas sociais que regulam e disciplinam o espaço e, sobretudo, as pessoas. Essa dimensão é a razão instrumental do consumo dirigido e direcionado. Todavia, há constante tensão com a dimensão do vivido, pois coexiste com práticas anteriores, ainda que também orientadas por antigas formas de reprodução do capital. A programação do espaço concebido reduz e restringe o vivido, mas, numa relação dialética, também modifica essa estrutura imposta.

Entretanto, a problemática analítica da produção do espaço precisa considerar, para além do vivido e seus espaços de representação nas formas do percebido e concebido, o processo de garantia da mercadoria e do consumo. O espaço enquanto mercadoria, característica indissociável do espaço no modo de produção capitalista, transforma o habitar em habitat (Carlos, 2007). O processo, evidenciado no valor de troca que substitui o valor de uso do solo e, conseqüentemente, da habitação, direciona, através de um conjunto de práticas, a igualização das relações sociais, com base no capital e sobretudo, na propriedade privada. Mas a dinâmica do espaço-mercadoria, embora seja a concepção que orienta e direciona políticas habitacionais e os conjuntos implantados, como o PMCMV e o conjunto Vida Nova Itaberaba, sofre alterações. Ainda que possua um caráter homogêneo e coercitivo, o espaço-mercadoria, quando analisado por meio da prática social real revela contradições nos usos do espaço que diferem e representam novas lógicas e estratégias dentro do capitalismo.

Portanto, a análise das dimensões do concebido, percebido e vivido na produção do espaço representa a possibilidade de refletir sobre as políticas e estratégias do capital em escala global, que ora homogeneíza e ora fragmenta; e a vida cotidiana, que revela as contradições e faz denúncias na escala local. Dessa maneira, o cotidiano oferece a possibilidade em suas práticas, quando evidenciadas e observadas criticamente, de trazer à tona os contrastes da reprodução do espaço urbano em justaposição à alienação das reais condições de vida das pessoas, o que

faz com essas se enxerguem não enquanto sujeitos sociais, mas como consumidores do espaço e reprodutores do capital.

3.3 O COTIDIANO E A COTIDIANIDADE

Todo lugar é elaborado por forças de pensamentos coletivos e as forças produtivas da época (Lefebvre, p.116, 2006). Portanto, é preciso, antes de tudo pontuar, que o cotidiano abordado neste estudo, amparado pela teoria de Henri Lefebvre (1991), é um sistema único dissimulado sob o pensamento sistemático e a ação estruturante, ele não é mais analisado como uma esfera do campo social compreendida como um espaço de liberdade para práticas sociais individuais.

Tornam-se características fundamentais do cotidiano o domínio da organização e espaço-tempo da autorregulação voluntária e planejada. A cotidianidade é forjada para abastecer um sistema de produção-consumo-produção, no qual direcionam-se as necessidades e coagem os desejos (Lefebvre, 1991). O cotidiano, é, portanto, o principal produto da sociedade de consumo dirigido, todavia, possui oposições que fogem à lógica proposta e estabelecem modificações nesse ciclo.

Lefebvre (1991) ainda aponta para a ambiguidade da análise do cotidiano. Numa perspectiva lógica é preciso vivê-lo, rejeitá-lo e tomar distância crítica, mas tais ações confrontam com a verdade de que todo observador está inserido na cotidianidade e na modernidade estabelecidas. Por isso, também a análise se trata de uma questão dialética: não há separação do pensamento constitutivo da prática.

A sociedade da satisfação, nomeada assim por Lefebvre (1991), está estabelecida em um ciclo no qual todas as necessidades serão satisfeitas. Todavia, o ciclo em seu ápice causa uma saturação, que ocupa o vazio causado pela necessidade. O ciclo se retroalimenta, porque novos estímulos são realizados, mas de maneira diferente. É assim que o cotidiano é moldado para fins rentáveis. Dessa maneira, a satisfação e a insatisfação, que é o mal-estar, fazem parte do mesmo movimento dialético; nesse processo, o passado é cada vez mais descaracterizado pelo consumo veloz e a saturação rápida e o tédio são desencadeados. A própria prática social é reconfigurada:

A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial

de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço. O que é a prática espacial no neo-capitalismo? Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres). Associação surpreendente, pois ela inclui em si {pressupõe} a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa. (Lefebvre, 2006, p. 65 e 66)

É preciso pontuar ainda, que, apesar de estar gerido sob um plano ideal de consumo, não há um sistema fechado com setores justapostos para organizar funcionalmente a cotidianidade e a prática social, que estão na dimensão do percebido, da sociedade moderna. O que existem são subsistemas que são essencialmente separados, mas ligados a esse plano de reprodução capitalista.

O ciclo torna possíveis apenas dois tipos de lazer: o lazer integrado na cotidianidade, a exemplo da televisão ou os smartphones, que reproduzem a insatisfação e o tédio; e a espera da partida, a busca por uma evasão, a exemplo do consumo de álcool, que também é tomado pela cadeia produtiva pelos grandes monopólios como a Ambev. Em ambos os casos, há uma tendência para que as pessoas mais pobres sejam afetadas, no caso deste estudo, essas duas formas de lazer foram as mais observadas.

Lefebvre (1991) apresenta uma análise dos níveis de realidade social para um habitante de um grande conjunto⁴, conforme esquema 2. Nessa perspectiva teórica, os níveis de realidade social englobam as dimensões estratégicas, ideológicas e imaginárias, funcionando como camadas analíticas que estruturam o entendimento da realidade. Enquanto o cotidiano e *poiesis* ou práxis são dinâmicas que atravessam e influenciam essas dimensões, sobretudo quando se relaciona o imaginário social à materialidade da vida, eles se conectam diretamente ao que Lefebvre (1991) chama de produção e reprodução da vida social, mas não são exatamente “níveis” de análise. Dessa forma, os níveis seriam as estratégias e conhecimento; representações e ideologias; e o imaginário social. O cotidiano e a práxis são os processos dialéticos que operam dentro ou através desses níveis.

⁴ Essa análise foi realizada a partir do quadro da Teoria dos Níveis de realidade social (1991), que, embora não seja a mesma Teoria do Código Tridimensional (2006), também foi proposta por Lefebvre. O autor enfatiza que uma teoria não exclui a outra, apenas são maneiras diferentes e complementares de analisar a produção do espaço e o cotidiano (Lefebvre, 1991, p. 96).

Esquema 2: Níveis de realidade social (Lefebvre, 1991)

[Estratégias e Conhecimento]

Estratégias de poder e oposição perspectivas e práticas. Conhecimento teórico e conceitual que retorna à prática.

[Representações e Ideologias]

Sistemas de valores: ética, moralismo, estética, cientificismo, positivismo, funcionalismo. **Ideologias do consumo:** publicidade como ideologia.

[Imaginário Social]

Linguagem: vocabulário, oposições e ligações.

- Função metafórica (escrita).
- Função metonímica (discurso).

Retórica: das palavras, imagens e coisas.

{Poiesis e Práxis}

- **Apropriação humana:** corpo, tempo, espaço, desejo.
- Valores em formação: festa, lazer, esporte, urbanidade, natureza.

Cotidiano

- Pressões biológicas, geográficas e econômicas.
- Determinismos subordinados às técnicas.

Adaptado por: Ythana de Oliveira Santos, 2025. Fonte: Lefebvre (1991)

A cotidianidade e a práxis estão, neste sistema de racionalidade, em movimento dialético e abstrato, no qual os investimentos afetivos, ora reforçam os imaginários e os mitos ideológicos, ora se corporificam numa apropriação. Aqui, pode-se compará-la à realidade de uma pessoa que habita o conjunto habitacional deste estudo: há uma modalidade de habitat urbana, produzida sob uma lógica fordista de planificação e padronização das unidades habitacionais em formato de prédio. Tal fato representa uma modulação expressiva da cotidianidade, e essas são as pressões chegam ao nível superior, conforme esquema 3.

Esquema 3: Adaptação do Esquema de Níveis de realidade social (Lefebvre, 1991) para a Realidade de Conjuntos Habitacionais do PMCMV Faixa 1.

[Estratégias e Poder]

- **Políticas Públicas:** Programas habitacionais (PMCMV) como instrumentos de controle social e acesso à moradia.
- **Conflitos Locais:** Reais necessidades da população versus medidas da gestão municipal

[Representações e Ideologias]

Ideologias da Propriedade e do Estado

- **Sistema de Valores:**
 - Valorização da casa própria como status social.
 - Ideologia da inclusão pelo consumo.
 - Publicidade do PMCMV como promessa de dignidade e ascensão social.

Cultura Fragmentada

- **Estigmatização Social:**
 - "Morador de conjunto" associado à baixa renda.
 - Ideias preconceituosas sobre ocupação do espaço.
- **Práticas Culturais:**
 - Encontros em áreas comuns como formas de resistência e pertencimento, ainda que estejam sob as pressões da cotidianidade.

[Imaginário Social]

Linguagem e Simbolismo

- **Vocabulário:**
 - Termos como "minha casa" versus "espaço comum".
- **Retórica:**

- As narrativas da casa como "refúgio" ou "prisão".
- Discurso de segregação versus unidade comunitária.

{Poiesis e Práxis}

Apropriação do Espaço

Dimensões Humanas:

- **Corpo:** Espaços adaptados ou improvisados para uso pessoal (hortas, áreas de lazer).
- **Tempo:** Ritmos da vida nos conjuntos (as pessoas que se reúnem nas calçadas, crianças brincando após a escola).
- **Desejo:** Expectativas de melhorias e transformação do ambiente, esse muito influenciado pelo ciclo de reprodução capitalista.

Valores em Formação

- **Festa e Lazer:** eventos coletivos ou não, mas extremamente coagidos pelas novas dinâmicas da modernidade.
- **Urbanidade:** Conflitos entre planejamento estatal e uso prático pelos moradores.

Cotidianidade

Pressões

- **Geográficas:** Densidade populacional e limitação de espaços característicos das próprias unidades habitacionais construídas sob a lógica de produção em massa.
- **Econômicas:** Restritos meios de subsistência e dependência do transporte público.
- **Multiplicidade:** Necessidades organizadas pela dominação do mercado de trabalho e consumo.

Adaptado por Ythana de Oliveira Santos, 2025. Fonte: Lefebvre (1991)

A pressão é oposta e dialética à apropriação. Para Lefebvre (1991), a apropriação é a dominação das pressões. Ela capta, altera e transforma as pressões codificadas e organizadas em obras. A apropriação é formada pelos valores em formação ou em vias de desaparecimento.

Os níveis de realidade social na análise da produção do espaço também se associam à tríade do espaço, porque se articulam e se complementam. O espaço concebido é representado pelas políticas públicas, estratégias de controle social, e pelo planejamento estatal relacionado ao PMCMV e a valorização da casa própria como status social e a ideologia veiculada, que, por meio da publicidade, reforçam as ideias dominantes sobre a função e a estética do espaço urbano, ou seja, estratégias de poder e ideologias, que são dois níveis, se associam a essa dimensão.

Enquanto no espaço percebido, observado nas práticas cotidianas dos moradores, há as atividades coletivas ou individuais que refletem a cotidianidade, há a pressão do espaço concebido, que é a programação e direcionamento das ações, que revela suas contradições. Entretanto, os conflitos entre planejamento estatal e o uso prático do espaço pelos moradores também indicam como o espaço percebido nem sempre corresponde ao concebido.

Por fim, o espaço vivido, que se torna evidente na construção simbólica do espaço pelos moradores. As práticas culturais, a estigmatização social e as narrativas de pertencimento e de exclusão expostas pelos moradores mostram como o espaço habitado adquire significados individuais e coletivos. Mas ainda, a criatividade dos moradores em transformar os espaços, mesmo com recursos limitados, evidencia a dimensão subjetiva e vivida do espaço. O esquema busca, portanto, sintetizar as três dimensões ao associar as pressões externas na forma do planejamento estatal e mercado, as práticas sociais, através da pressão e da apropriação do espaço, e as construções simbólicas, que são os significados e as representações das pessoas que vivem nos conjuntos habitacionais do PMCMV-faixa 1.

O nível do imaginário ganha expressividade, sobretudo no cotidiano, pois faz parte dele. Ao se misturar entre os interesses dominantes e os do corpo, estabelece a relação da cotidianidade enquanto pressão e apropriação, que tem a intencionalidade de escamotear o alto potencial das pressões ante a baixa capacidade de apropriação, silenciar os conflitos e as problemáticas estruturais do espaço (Lefebvre, 1991).

Há uma preocupação com os jovens nesse processo. Por não estabelecerem um sistema de valores e não conseguirem sequer impô-los, esses se tornam receptores. As crianças e adolescentes consomem de forma desenfreada e destrutiva os objetos materiais e os signos dos adultos que os cercam (Lefebvre, 1991). Os níveis de frustração entre os mais pobres tornam-se elevados, uma vez que estão constantemente expostos aos signos do consumo, consumindo símbolos em grande escala, ainda que o acesso ao bem material efetivo seja limitado.

A cotidianidade para os mais pobres se impõe nas pressões e oferece uma baixa possibilidade de apropriações. A consciência, por outro lado, se realiza no nível do imaginário, e as pessoas sentem a decepção decorrente do ciclo consumo-produção-consumo, no qual se realizam os estímulos de necessidade, mas, na maioria das vezes, essas não têm suas satisfações atendidas ou são substituídas por novos estímulos.

Além disso, as modalidades de sujeição e exploração escamoteiam a percepção dos indivíduos sobre suas verdadeiras condições. A classe mais expropriada não percebe a subjugação e a exploração na cotidianidade, nem o consumo a que são coagidas no plano da produção. As relações são mascaradas pela ideologia do consumo, o alibi para a garantia da produção acrítica e continuada (Lefebvre, 1991). Dessa forma, o cotidiano se torna a base que dissimula esse processo.

Entretanto, as classes mais pobres também são as primeiras a sentir o mal-estar da cotidianidade na modernidade. Isso acontece pela constante frustração a que as pessoas são expostas por não terem as necessidades satisfeitas ou pelo baixo nível dessa satisfação. A “consciência de classe”, então, é forçada a se reestabelecer, ainda que com dificuldade a partir das reivindicações (Lefebvre, 1991). As reivindicações revelam o conflito entre as classes, ainda que de maneiras contraditórias ou confusas, são as reivindicações que explicitam as problemáticas do cotidiano.

É preciso pontuar ainda que esses conflitos se estabelecem numa base, sobretudo de renda, mas também por dinâmicas relacionadas à raça e gênero, também etarismo e sexualidade. As reivindicações se modificam conforme as pessoas se diferenciam de um padrão estabelecido como ideal dentro do capitalismo. Por isso, as aspirações condicionadas insatisfazem e excluem das mais diversas

formas. É preciso, no entanto, cuidado ao analisá-las. Lefebvre (1991), pontua sobre a ambiguidade da condição das mulheres no cotidiano:

No que concerne às mulheres, já reconhecemos a ambiguidade de sua condição. Relegadas no cotidiano, elas fazem dele uma fortaleza e se esforçam mais ainda para sair, iludindo, porém, as implicações da consciência. Decorre daí um perpétuo, mas desajeitado protesto que só se origina reivindicações pouco orientadas. (Lefebvre, 1991, p. 101-102)

Para este texto, estende-se essa compreensão para todas as pessoas da sociedade, exceto pontuais reivindicações coletivas. Isso acontece porque a ambiguidade de cada ser humano é dada justamente pelo sistema capitalista essencialmente contraditório em que está inserido. As reivindicações de cada, só podem ser observadas e analisadas no cotidiano, quando se leva em consideração os níveis ou dimensões que condicionam as relações, ao mesmo tempo que são influenciados por elas. Entretanto, elas são necessárias:

Resulta daí que o protesto, a contestação e as reivindicações não cessam e não podem desaparecer. Cada um por sua vez, esses grupos parciais contestam e protestam, mas não sem tentar tirar partido da situação. O mais significativo é a recusa oposta pelos grupos minoritários, mas sempre renovados, de “jovens”, a essa sociedade. Recusa total, global, sem esperança, sem futuro, absoluta, sempre recomeçada. Os grupos que recusam desdobram-se, como se sabe, em violentos e não-violentos. A recusa supõe uma tentativa de sair do cotidiano e procurar uma outra vida que seja obra, apropriação. Essa “outra vida” é experimentada de diversas maneiras: vagabundagem, drogas, signos de adesão e de cumplicidade etc. (Lefebvre, 1991, p.102)

Nesse mesmo contexto é que se estabelecem as altas taxas de violência e criminalidade nos conjuntos, mas não só. Há ainda uma relação dialética, pois ao mesmo tempo em que as drogas e a violência representam uma “fuga” dessa cotidianidade, também representam a sua perpetuação, seja pela insatisfação dos usuários que recriam o ciclo necessidade-saturação-insatisfação, seja pela perpetuação de um ciclo produtivo. Há uma rentabilidade na cadeia produtiva das drogas ilícitas e os locais “marginalizados” são utilizados como pontos estratégicos.

Todavia, há também a possibilidade. A possibilidade de apropriação está na cumplicidade, na partilha coletiva, que, por não estar sob constante vigilância, evidencia o encontro de “mal-estares” ante o cotidiano em que estão inseridos. No entanto, a possibilidade é “engolida” pela cotidianidade. Quem vive o cotidiano são os habitantes, ou seja, as classes mais pobres, porque os ricos não habitam mais apenas

um local e as classes médias estão imersas em suas satisfações. Enquanto isso, o habitante está fixado a uma única casa, fadado ao encolhimento do cotidiano (Lefebvre, 1991).

No que se refere à alienação, Lefebvre (1991) aponta para a materialização de uma totalidade alienante para a classe média ou o estrato social com um poder de consumo um pouco maior. Entretanto, neste estudo, acredita-se que ela alcança também os mais pobres, que, continuam a não compreendê-la, mas que vivem e só não a compreendem devido à totalidade que se estabeleceu.

A alienação caminhou para uma totalidade que tende a apagar a própria consciência de estar alienado. A alienação pela totalidade não mais se contrapõe às teorias filosóficas e as critica como estratégia de classe, prática mais comum do estrato social com maior poder de consumo; ela se tornou uma prática social em toda a sociedade e atinge com maior intensidade os mais pobres. Isso acontece através do afastamento da filosofia e da história para escamotear a realidade de alienação generalizada. Portanto, a alienação não é compreendida por um desvio intelectual, mas pela totalidade da alienação como prática social.

Por esse motivo, também toda contestação acaba sendo engolida e transformada em mercadoria, a cotidianidade absorve a falta de aceitação, tudo se torna rentável. A transformação das obras em produtos de qualidade, prontos para a prática em massa de consumo, desfaz o sentido das coisas. As pessoas param de refletir sobre o sentido e a racionalidade do que fazem e a sociedade perde a sua capacidade de integração e pertencimento. Surge mais uma contradição, a sociedade, que tem por característica fundamental a integração, passa a não integrar nenhum de seus grupos, nem os jovens, nem os idosos, sequer as crianças.

A cultura se torna a representação turva dos direcionamentos econômicos e tecnológicos (Lefebvre, 1991). A cultura no capitalismo, para o autor, se transforma numa ideologia de Estado. Ideologia pode ser compreendida tanto pelas não-representações que podem se passar por não ideológicas, como por uma boa parte do imaginário social, que é mantido pela publicidade, que tende a se tornar tanto ideologia como prática social. A ideologia de Estado estaria no mais alto nível de análise social, nas instituições culturais, que alimentam a cultura das massas e os produtos para o consumo, mantendo assim a ordem da lógica do capital. A ideologia transforma em absoluto um conceito parcial e uma verdade relativa, isso é possível

por meio de descobertas ditas “científicas” atreladas a fenômenos de linguagem que ocorrem na esfera do cotidiano. As ideologias, em essência, servem, portanto, para mascarar, esconder e dissimular as relações de produção (Lefebvre, 1991). Todavia, a ideologia de Estado que estabelece a cultura, não aniquila as contradições, é na análise do cotidiano que essas emergem.

Analisar o cotidiano, portanto, é um enorme desafio, uma vez que enquanto sistema contraditório, toda vez que se monta uma possibilidade para interpretação, essa se transforma em um conjunto de não-significações (Lefebvre, 1991). As insignificâncias descobertas no cotidiano somente podem adquirir sentido e criticidade quando percebidas e reinterpretadas no conjunto da cotidianidade da modernidade. Por outra via, o sistema não é único, é antes um conjunto de subsistemas dentro de um mesmo plano, e, por não terem a mesma finalidade ou pertencerem a um único objetivo, conflituam e criam contradições entre eles, formando o que se chama de cotidiano.

4. A TRÍADE: O CONCEBIDO, PERCEBIDO E VIVIDO NO RESIDENCIAL VIDA NOVA ITABERABA

O que sobrou do céu

Faltou luz, mas era dia, o sol invadiu a sala
Fez da TV um espelho refletindo o que a gente esquecia

Faltou luz, mas era dia... di-ia
Faltou luz, mas era dia, dia, dia

O som das crianças brincando nas ruas
Como se fosse um quintal
A cerveja gelada na esquina
Como se espantasse o mal

O chá pra curar esta azia
Um bom chá pra curar esta azia
Todas as ciências de baixa tecnologia
Todas as cores escondidas nas nuvens da rotina

Pra gente ver... por entre prédios e nós...
Pra gente ver... o que sobrou do céu...?

O Rappa

Lado A Lado B

**Composição: Marcelo Lobato / Xandão / Lauro Farias / Marcelo Yuka /
Falcão**

*São fabricados para o visível: pessoas e coisas, espaços e aqueles que os envolvem. Este traço dominante, a visualização (mais importante que a “espetacularização”, que, aliás, ele inclui) mascara a repetição. As pessoas olham, confundindo a vida, a vista, a visão.
(Lefebvre, 2006, p. 115)*

Neste capítulo, serão apresentados ao leitor ou leitora, sobretudo, os resultados da pesquisa de campo. Mais que isso, este texto se propõe a dar voz às pessoas e contribuir para a análise do cotidiano, complexo por suas determinações e ações humanas, que expressam a perpetuação dos interesses hegemônicos, as possibilidades que emergem do cotidiano e, sobretudo, as contradições que existem no modo de produção capitalista. No primeiro momento, será problematizada a implementação das unidades habitacionais e os interesses e determinações do poder estatal e da iniciativa privada, que afetaram diretamente a escala do concebido.

Busca-se a análise do que é percebido a partir da cidade fragmentada que se forma na produção do espaço dentro do capitalismo. Além disso, procura-se relevar as transformações urbanas, as formas de controle e coerção na produção do espaço.

Ao final, serão explicitadas as ações de (re)produção desse espaço pelos moradores através do vivido. O propósito é evidenciar as contradições e as consequências das determinações gerais da produção do espaço na vida cotidiana dos moradores, as condições de vida que possuem e até que ponto constroem novas práticas e formas de habitar.

4.1 O CONCEBIDO: O PMCMV E A CIDADE CAPITALISTA

Para, Lefebvre (1991), na dimensão do concebido, o espaço é produzido e reproduzido para o consumo e acumulação do capital. A essa ideia, acrescenta-se nesse texto uma análise do PMCMV enquanto política pública do Estado neoliberal no capitalismo. Como explicitado no capítulo 2, como face da política pública atrelada à estratégia de acumulação capitalista, o PMCMV visou a reintegração da economia periférica na divisão internacional do trabalho (Bóron, 2003; Cardoso; Lago, 2013; Martins, 2016). Para isso, obteve uma sequência de mecanismos jurídicos, econômicos e sociais sancionados para viabilizar a materialização de espaços de (re)produção do capital e, sobretudo, coagidos à universalização das práticas sociais e a perpetuação das desigualdades.

Após um período de estagnação econômica e dificuldade de investimento público que marcaram a década de 1980, a partir de 2000 uma nova lógica proporcionou a retomada de investimentos em diversos setores através da

especulação financeira, sustentada em grande parte pelo crédito, mas com capital protegido juridicamente pelo Estado (Cardoso; Lago, 2013).

Para viabilizar a construção das unidades habitacionais destinadas ao mercado imobiliário, foi necessário consolidar um arcabouço jurídico que protegesse os capitais envolvidos e incentivasse a expansão do crédito imobiliário. Essa estrutura transformou o setor habitacional em uma esfera de investimento rentável para os investidores. Paralelo a isso, o contexto de elevação do salário mínimo e o aumento do consumo, impulsionados pelos programas de transferência de renda do governo, somados à aprovação e liberação dos recursos do FNHIS, em debate desde 1992, e ao fortalecimento dos órgãos públicos em diferentes esferas (federal, estadual e municipal), criaram as condições para a implementação da política habitacional (Martins, 2016). O viés financeiro do PMCMV é evidenciado inclusive na fala de um dos entrevistados:

“O Programa era bom no papel, mas na prática a gente via as limitações. Era o modelo que dava pra fazer com o recurso que tinha, e o objetivo era atender o maior número de pessoas. A ideia era resolver a demanda por habitação social, mas dentro de uma lógica que era financeira, antes de tudo”⁵

O aquecimento do setor proporcionou primeiras casas populares dentro da política habitacional de HIS em Itaberaba. E novas possibilidades de luta e organização social, todavia, com conflitos:

Eram 30 a 40 famílias que foram ocupar as primeiras casas, na verdade, o canteiro de obras. Eram 200 casas, mas só essas 30, 40 famílias foram à luta no primeiro momento. Foi ocupado o canteiro de obras, porque eram poucas casas que tinham cobertura, a maioria só tinha as paredes então o pessoal puxava uma lona e ficava ocupando, morando lá [...] E aí foi que a gente começou esse movimento de luta pela moradia, eu chamei o pessoal e falei: Então ‘vamo’ se organizar e criar uma associação, uma entidade e aí criamos a ALUMI (Associação de Luta pela Moradia em Itaberaba) e aí essa ALUMI é que nos conduziu para o Concidade para atuar junto a essa questão da moradia em Itaberaba.⁶

A ocupação foi posterior à entrega de 100 habitacionais para famílias de baixa renda no município, financiadas através do MC e pela CEF (Itaberaba, 2008), que, segundo o entrevistado, foram utilizadas para eleger vereadores sob interesses

⁵ Funcionário do setor de Habitação da Caixa Econômica entre os anos de 2010 e 2015. Entrevista realizada em 21 de maio de 2025.

⁶ Integrante do Concidade entre os anos de 2010 e 2015. Entrevista realizada em 12 de junho de 2021.

patrimonialistas. O que nos mostra que o acirramento das lutas é observado quando a expropriação aumenta, pois, a organização social coletiva se torna uma saída.

A construção dessas 200 casas, posteriormente entregues pós ocupação, estava pausada após as eleições e só foi retomada depois das pressões do movimento. Além disso, a ALUMI atuou na triagem da relação de cadastrados para incluir novas famílias, com o apoio do Ministério Público. As casas não eram compradas, pois faziam parte do FNIS, todas as unidades habitacionais foram doadas. Tais informações demonstram que a luta pela moradia foi impulsionada pelo aprofundamento das formas de exploração e a organização da classe explorada, com ajuda de pessoas com conhecimento técnico e consciência coletiva, mas infelizmente, essa não é uma regra no espaço concebido.

Por outro lado, a construção dessas casas revelou o aquecimento da construção civil e os marcos na produção de HIS, antes mesmo da criação do PMCMV, que não foram exclusivos das grandes cidades. Com a implementação do Programa, as determinações hegemônicas em Itaberaba, a partir da aliança do Estado neoliberal com a iniciativa privada, representaram o que, para Bóron (2003), era um projeto de capitalismo nacional em expansão. Isso porque, os recursos para o SNHIS provinham do FGTS, o FDS e o FAR. O mercado imobiliário começou então a se estabelecer como um potencial, o que criou as bases para o PMCMV (Martins, 2016; Lago; Cardoso, 2013)

Como dito, através da medida provisória nº459 da lei 11977, de 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida foi sancionado e instituído dentro do SNHIS, criado anos antes. E, no contexto em que foi criado, surgiu com o objetivo de produzir condições para o mercado habitacional e fomentar a econômica através da construção civil (Brasil, 2009), através de uma iniciativa público-privada.

A Caixa Econômica Federal desempenhou um papel central na operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida, especialmente na formalização dos contratos com os beneficiários e no acompanhamento técnico dos empreendimentos. Embora os recursos fossem oriundos do FAR, era por meio da Caixa que todo o processo burocrático se efetivava (Dados abertos, 2021). Como relatado por um funcionário da instituição:

A gente fazia o atendimento das famílias aprovadas no processo de seleção e cuidava da formalização do contrato. A Caixa tinha um papel central porque era quem financiava, mesmo que o recurso viesse do

fundo de arrendamento — a parte burocrática toda passava pela gente.⁷

Essa centralidade conferiu à instituição um papel de mediação entre os interesses do Estado, das construtoras e dos beneficiários, reforçando a lógica técnico-financeira que sustenta o espaço concebido e suas formas de materialização no território.

O Estado constitui parte do tripé do sistema do capital, além do capital e do trabalho assalariado. Não existe um conflito entre Estado e mercado, pelo contrário, esse foi criado e perpetuado para regulamentar e beneficiar o mercado, seu papel apenas adquire características mais complexas ao longo do tempo (Borón, 2003). A partir da globalização e da mundialização do capital, a centralidade de empresas e instituições e a dissolução ou diminuição do protagonismo do Estado passaram a ser os discursos adotados para a legitimação de retirada de direitos e novos meios de obtenção de lucro e mais valia dos trabalhadores.

O planejamento e a intervenção são redistribuídos em parcerias com empresas privadas, gerando problemáticas em favor do capital privado, num espaço mundializado e hierarquizado (Carlos, 2015). No capitalismo moderno, a relação de classe entre capital e trabalho, portanto, se torna muito mais difícil.

Foi nesse contexto que a cidade de Itaberaba, após anos sem a oferta ou estruturação de políticas públicas voltadas para a construção de novas unidades habitacionais para a população com renda baixa, iniciou uma nova fase na elaboração da política pública habitacional local. Como consequência das diretrizes impostas pela esfera federal no que se refere à política habitacional, em 2009 foi estabelecida a primeira Política Municipal de Habitação de Interesse Social, na qual também se instituiu o Conselho Municipal de Habitação (Brasil, 2009).

Em 2005, com a criação do SNHIS e a elaboração do primeiro Plano Habitacional do Brasil (PlanHab), sugeriu-se, através de conselhos locais com participação de representantes da sociedade civil, a participação de unidades federativas e municípios no planejamento habitacional e melhor divisão dos recursos do FNHIS, propondo uma divisão descentralizada (Brasil, 2005). Em colaboração, os municípios deveriam atender a algumas exigências, como a constituição de fundos e

⁷ Funcionário do setor de Habitação da Caixa Econômica entre os anos de 2010 e 2015. Entrevista realizada em 21 de maio de 2025.

conselhos locais de habitação e a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Nas resoluções do Programa, a participação social é fundamental para o processo de construção dos conjuntos habitacionais.

Todavia, o plano de fundo dessa estruturação se deu desde 1990, com a ideologia do desenvolvimento local que ganhou força no Brasil. Isso aconteceu sob um processo histórico no qual o Banco Mundial implementou modificações estruturais na dinâmica local através de falsos discursos de desenvolvimento (Borón, 2003). Segundo a fala de um dos entrevistados:

Olha, eu entendo que muita gente critica o formato como as decisões foram tomadas, mas a verdade é que, se a gente fosse esperar a burocracia dos conselhos e todas as instâncias de discussão, muita coisa não teria saído do papel. O Minha Casa Minha Vida tinha prazos, metas, repasses condicionados, e a Caixa exigia contrapartidas muito claras. Nem sempre dava tempo ou era possível abrir consulta pública para cada etapa. É lógico que seria o ideal, mas na prática, o município precisava apresentar os terrenos, montar os dossiês, garantir o básico da infraestrutura. A gente até tentou envolver os conselhos, mas muitas vezes não havia retorno efetivo ou disposição para lidar com a parte técnica. Então, sim, algumas decisões foram feitas de forma mais direta, porque o programa exigia agilidade. E apesar das críticas, a gente conseguiu entregar centenas de moradias para famílias que realmente precisavam. Isso também tem que ser reconhecido.⁸

No ano de 2009, como reflexo de uma política de descentralização do poder público, foi estabelecido o Conselho Municipal da Cidade, em 09 de dezembro, sob a Lei nº 1.169, que dispôs sobre as competências e estruturação do Conselho (Itaberaba, 2009). O conselho era composto por quinze membros titulares, dos quais oito fizeram parte das entrevistas que constam neste texto. Além disso, foram entrevistados uma assistente social lotada na Secretaria de Ação Social do município na época e um funcionário do setor de habitação da Caixa. O conjunto das entrevistas trouxe a possibilidade de analisar as contradições do espaço concebido através do PMCMV na cidade.

Por outro lado, a política habitacional municipal seguiu como estratégia de acumulação em essência e operacionalização, que, com o discurso de resolução de um déficit, representou a perpetuação e a produção da cidade desigual. Em Itaberaba, essas consequências foram observadas por agentes da militância por moradia do

⁸ Assistente social da Secretaria de Ação Social de Itaberaba no período de 2010 a 2015. Entrevista realizada em 20 de maio de 2025.

município, que inicialmente fizeram parte do Conselho da Cidade, mas aos poucos preferiram se afastar da implementação:

Eu participava realmente do Conselho da Cidade, só que assim, os conselhos aqui são quase que figurantes, né? As administrações não respeitam muito, principalmente a sociedade civil. Eu brigava muito quando veio essa proposta do Minha Casa Minha Vida. Só que era tudo feito de cima pra baixo, quando a gente percebia já era um pacote pronto... Tanto eu como outros colegas brigamos muito para garantir a participação na construção dos projetos, mas quando a gente pensou que não, chegou pronto.⁹

Tais afirmações deixam claro o conflito entre a teoria e a prática da política pública no capitalismo, que também é observado na escala local. Para outro entrevistado, os conselhos das cidades são muito mais “prefeiturais do que municipais, muito ligados à gestão”¹⁰, o que mais uma vez, demonstra o esvaziamento da sociedade civil na política descentralizada.

Num contexto de discurso de desenvolvimento, que, cada vez mais ligado ao contexto de mundialização do capital, é apreendido como a integração local com a integração econômica mundial (Lisboa; Conceição, 2007), o programa MCMV então, está muito mais atrelado e comprometido com o desenvolvimento nos moldes da acumulação capitalista do que com a garantia do direito à moradia. Isso fica claro nas falas dos conselheiros, quando enxergam o movimento por moradia em oposição ao Estado implementador, materializado na gestão municipal:

Mas então foi aí que a gente entrou no Conselho da Cidade e começou a fiscalizar mais de perto e viramos uma pedra no sapato do município. Porque a questão do município no programa é primordial, porque o município é que seleciona a família, né? Ele vai doar o terreno...e a gente sabe que nessa doação de terreno já tem muita coisa (...) ele é desapropriado por um valor bem acima do que ele pagou. Então a ideia era: “ta bom, vai ter maracutaia, que tem em todo lugar, mas a gente vai colocar as famílias que precisam lá.” E aí, a ALUMI continuou fazendo cadastros, visitando as famílias até 2012 (...) A gente fazia os cadastros e encaminhava para a Secretaria de Ação Social.¹¹

Depois de 2012, a ALUMI deixou de atuar ativamente e como oposição, porque a presidente eleita foi cooptada pela gestão municipal; por esse motivo, a sua atuação

⁹ Integrante do Concidade entre os anos de 2010 e 2014. Entrevista realizada em 09 de junho de 2021.

¹⁰ Integrante do Concidade entre os anos de 2010 e 2014. Entrevista realizada em 13 de junho de 2021.

¹¹ Integrante do Concidade entre os anos de 2010 e 2015. Entrevista realizada em 12 de junho de 2021.

no conjunto Vida Nova Itaberaba, foi curta. Isso se deu, porque, caso do PMCMV, o modelo de gestão é de pequena responsabilidade local e total financiamento e implementação federais. Seus desdobramentos, porém, evidenciam que a capacidade de coordenação tem sido um dos maiores desafios da coordenação pública.

No raciocínio estabelecido nesse texto, acrescenta-se a isso, para além da contradição da própria política pública no sistema capitalista, citada no início do debate, a coexistência de interesses patrimonialistas locais, sobretudo nas políticas integrativas intragovernamentais. Esses se mesclam com os interesses capitalistas e aprofundam ainda mais o cenário de desigualdade e exploração característico do espaço geográfico hoje, especialmente nas cidades, por serem as áreas de concentração desse regime acumulativo (Andrade; Santos, 2018). Um dos entrevistados aponta:

A adoção do modelo com dois pavimentos foi pensada justamente como uma inovação para otimizar o uso do solo urbano. Itaberaba tem, sim, bastante área disponível, mas nem sempre com infraestrutura pronta ou próxima dos serviços urbanos. Fazer casas térreas espalhadas exigiria mais rede de água, esgoto, iluminação, transporte... Isso encareceria muito o projeto e dificultaria a aprovação dos recursos. Com os blocos duplex, a gente conseguiu concentrar as unidades, garantir acesso mais rápido às obras de infraestrutura e até trazer uma estética diferente pra cidade. Pra muita gente, aquilo representava um padrão novo, mais moderno, mais compacto, como em cidade grande.¹²

Ainda sob a lógica do desenvolvimento, essa se estabeleceu sob um cenário desigual, sobretudo de hierarquização dos lugares, o que pode ser observado nas singularidades de Itaberaba enquanto cidade sub-regional¹³, mas que demonstra claramente a tendência à universalização das práticas através da infraestrutura das unidades habitacionais:

¹² Funcionário do setor de Habitação da Caixa Econômica entre os anos de 2010 e 2015. Entrevista realizada em 21 de maio de 2025.

¹³ As cidades sub-regionais situam-se entre as pequenas, que não desempenham funções regionais, e as médias, que se articulam em lógicas escalares mais amplas. Na Bahia, essas cidades adquiriram novos papéis devido às políticas de descentralização econômica e administrativa, recebendo estabelecimentos estatais de gestão regional e, em alguns casos, sedes de empresas e empreendimentos imobiliários. Essas cidades apresentam centralidade em relação à sua hinterlândia, oferecendo serviços e equipamentos urbanos que atendem às necessidades locais, mas, simultaneamente, suas populações precisam deslocar-se para outras cidades em busca de demandas mais especializadas (Santos, 2022).

Eu critiquei, questioneei: Itaberaba é uma cidade que tem muita área, por que fazer com dois pisos, sem privacidade, né? E o cara que veio que era da empreiteira, das empresas, trouxe aquilo como a maior inovação para a cidade. E a maioria do conselho aprovou.¹⁴

Para Smith (1984), a universalização das formas e das relações sociais é imposta no modo de produção capitalista, e a proposta de apartamentos para os conjuntos habitacionais, na perspectiva desta pesquisa, é uma das formas de materialização do processo. Além do barateamento da produção, a produção padronizada em larga escala e a imposição de um modo de vida, que precisou ser adequada a uma menor área e trouxe implicações diretas nas práticas sociais, como será observado nas dimensões do percebido e do vivido. Portanto, a política habitacional reflete o compromisso com os interesses e as formas capitalistas.

A própria modificação da nomenclatura “conjunto” para “residencial”, representa o discurso ideológico desenvolvimentista, que escamoteia os reais interesses especulativos e econômicos do capitalismo:

A gente percebe que ao longo dos anos houve uma preocupação maior com a forma como os empreendimentos eram apresentados, tanto para os beneficiários quanto para a cidade. A mudança de nomenclatura de 'conjunto' para 'residencial' acompanha essa evolução.¹⁵

A mundialização do capital e a reconfiguração do Estado neoliberal estão num sistema mundial de estados múltiplos e a forma específica do novo imperialismo. Esse se estabelece na relação complexa e na contradição entre o poder econômico expansivo do capital e o alcance mais demarcado da força extra econômica que o sustenta (Wood, 2014).

É nesse contexto de acumulação capitalista baseada na exploração do trabalho e na hierarquização dos espaços que as mazelas sociais são cada vez mais maximizadas e utilizadas também para a criação de políticas públicas. Sob discursos de resolução das problemáticas sociais causadas pela própria condição estrutural do capitalismo, como falta de moradia, saúde, educação etc, a política pública se torna uma contradição no sistema, pois estimula a acumulação capitalista e o

¹⁴ Integrante do Concidade entre os anos de 2010 e 2015. Entrevista realizada em 23 de junho de 2021.

¹⁵ Funcionário do setor de Habitação da Caixa Econômica entre os anos de 2010 e 2015. Entrevista realizada em 21 de maio de 2025.

desenvolvimento produtivo e perpetuam a estratificação social e a desigualdade (Carlos, 2015).

O conjunto Vida Nova Itaberaba foi construído pela LMarquezzo entre os anos de 2013 e 2015 e demonstrou a participação expressiva do setor privado e imobiliário na produção habitacional. Algumas afirmações esclarecem a importância da iniciativa privada na gestão dos conflitos e implementações do Programa:

A construtora passa por um processo de licitação e começa a construir. E às vezes por questões burocráticas, atrasou e dependia da liberação da Caixa Econômica a liberação da última etapa das casas. Aí, o pessoal fez um movimento em frente à Caixa cobrando do gerente, do prefeito (...) O resultado foi que a Caixa disse que em 24 horas liberaria a documentação e a prefeitura iria fazer o sorteio das casas com as pessoas que estavam inscritas.¹⁶

O setor privado possuiu o maior protagonismo na construção na construção habitacional. A CEF também foi importante para a consolidação do Programa em Itaberaba, o financiamento do FAR Empresas foi através desse banco na linha de produção. Nesse seguimento, a Caixa foi responsável pela assinatura do contrato com a construtora e pela liberação dos recursos após a fiscalização e conforme as etapas da obra vão sendo concluídas.

Em Itaberaba, a LMarquezzo foi responsável pela delimitação e construção das três etapas do conjunto habitacional Vida Nova Itaberaba. A LMarquezzo também tem sua sede em Feira de Santana e atua em municípios como Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas e Alagoinhas. Desde 2012 possui contratações em empreendimentos da faixa 1 do PMCMV e é uma das maiores empreiteiras da região.

Além disso, tinha o lado técnico da aprovação do empreendimento. A Caixa também fazia vistorias nas unidades habitacionais, acompanhava a obra e precisava dar o aval de que tudo estava de acordo com o contrato firmado entre o governo, a construtora e os beneficiários. Eu posso dizer que a prioridade era garantir a entrega em tempo hábil e que o imóvel estivesse dentro dos padrões mínimos estabelecidos. Mas sinceramente? Às vezes a gente via coisa sendo feita muito no limite do básico. Tinha fiscalização, sim, mas o volume era muito grande.¹⁷

¹⁶ Integrante do Concidade entre os anos de 2010 e 2015. Entrevista realizada em 09 de junho de 2021.

¹⁷ Funcionário do setor de Habitação da Caixa Econômica entre os anos de 2010 e 2015. Entrevista realizada em 21 de maio de 2025.

A CEF é o órgão responsável pela fiscalização das obras e a definição do acesso às unidades, entretanto, é a prefeitura que elabora a lista de possíveis contemplados. A fase de cadastro é inerente ao município: famílias com rendimento mensal de 0 a 3 salários mínimos. Além disso, é o poder municipal que deve facilitar o terreno para a área dos conjuntos, através da doação, isenção de impostos e desburocratização dos processos de aprovação e licenciamento, como também a flexibilização das normas urbanísticas, para fins de aumento do solo do solo nos conjuntos. Em setembro de 2009 também houve regulação do Código Civil do município através do artigo 1.299 (Itaberaba, 2009), que possibilitou a isenção fiscal relativa aos impostos fiscais com vistas a execução do PMCMV para seu primeiro conjunto.

A triagem e a seleção das famílias beneficiadas aconteceram através de mutirões realizados pela Secretaria de Ação Social de Itaberaba. Em julho de 2010, foram estabelecidos, junto ao Conselho, os critérios de seleção, dos quais se destacaram os aspectos nacionais de famílias chefiadas por mulheres ou morando em situações de risco; e os critérios municipais: no mínimo 4% da oferta deveria contemplar pessoas com deficiência e idosos a partir de 65; famílias com maior número de filhos menores de 18 anos ou com deficiência; e as famílias em coabitação e com filhos menores de 18 anos (Itaberaba, 2010).

Era um trabalho difícil porque muitas vezes a gente via a necessidade ali na frente, mas não podia garantir a vaga. E claro, surgiam muitos boatos, suspeitas de favorecimento, o que deixava tudo mais delicado. A gente tentava explicar que o programa era federal, que tinha regras, mas as pessoas entendiam como um direito imediato. E não era. Muitas vezes o cadastro era só o primeiro passo de um processo bem mais longo.¹⁸

Embora o cadastro tenha sido feito pela Ação Social do município, os contemplados foram sorteados ao final da etapa. A Prefeitura também foi responsável pelo Projeto Técnico Social (PTTS), segundo a portaria nº 464, que estabeleceu as normas e obrigações para a elaboração desses projetos. O PTTS de Itaberaba ficou sob a responsabilidade do Núcleo de Projetos do município e os órgãos responsáveis pela sua fiscalização foram o Conselho da Cidade e a CEF, que, respectivamente, representavam a população civil e o Estado para liberação de recursos. Os eixos de

¹⁸ Assistente social da Secretaria de Ação Social de Itaberaba no período de 2010 a 2015. Entrevista realizada em 20 de maio de 2025.

ação dos PTTS para o FAR empresas, segundo a portaria, são: mobilização, organização e fortalecimento social; educação ambiental e patrimonial; desenvolvimento socioeconômico e assessoria à gestão condominial.

Por meio das informações coletadas nas entrevistas, o que se percebeu no conjunto Vida Nova Itaberaba é que houve uma melhor estruturação do Projeto, que culminou inclusive na formação da Associação de bairro Poligonal Açude Novo, Irmã Dulce e Predinhos, além de um centro comunitário, atualmente extintos. Também foram realizadas palestras sobre convívio social em condomínios e cursos de culinária, manicure e cabeleireira, por exemplo. E houve a construção de uma creche, que beneficiou também os moradores dos bairros limítrofes:

Eles foram contemplados com a creche, porque dentro do projeto estava lá preconizando que deveria haver uma creche. O irmã Dulce nunca teve creche, depois dos predinhos passou a ter. No geral, a parte de saneamento básico também beneficiou o Irmã Dulce e o Açude Novo.¹⁹

Mas essa lógica também trouxe interesses especulativos e imobiliários para o espaço do conjunto:

Também tinha o desafio de fazer as visitas domiciliares, porque nem sempre o que estava no papel batia com a realidade. Eu lembro de uma família que dizia que morava de aluguel, mas estava num anexo no fundo da casa dos pais. Aí ficava aquela dúvida: tem moradia ou não tem? Enfim, era um processo cheio de tensões e muito técnico também, mas que afetava diretamente a vida das pessoas²⁰

Teve muitas pessoas que pegaram os imóveis, não moraram e já venderam e passaram para outras pessoas. Outros colocaram móveis dentro da casa para as pessoas não invadirem. Só pra ter a garantia que eram donos, mas não foram morar. Outros venderam, outros alugaram e eu achei muita falha.²¹

Isso aconteceu porque o valor de troca subsidia o valor de uso na cidade capitalista, passa a ser a regra na formação da cidade concebida (Lefebvre, 1991; Carlos 2015). Tal cenário só apontou para os verdadeiros interesses da política habitacional no capitalismo, que é a acumulação capitalista, por meio da venda ou da especulação, tendo como plano de fundo a perpetuação das desigualdades:

¹⁹ Integrante do Concidade entre os anos de 2010 e 2015. Entrevista realizada em 23 de junho de 2021.

²⁰ Assistente social da Secretaria de Ação Social de Itaberaba no período de 2010 a 2015. Entrevista realizada em 20 de maio de 2025.

²¹ Integrante do Concidade entre 2009 e 2021. Entrevista realizada em 14 de junho de 2021.

Acho que, de um modo geral, o Minha Casa Minha vida foi um programa interessante do governo federal, que possibilitou a aquisição de casas pela população mais carente, mas foi um programa que praticamente beneficiou muito mais as empreiteiras, tivemos essa relação promíscua das empreiteiras com a administração pública. Não digo que isso foi uma coisa generalizada, mas aqui em Itaberaba foi uma coisa que aconteceu. Se o recurso fosse usado de uma forma mais, é...correta, eu acho que daria pra construir muito mais casa com aquele recurso do que o que foi construído em Itaberaba, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é que não dá pra admitir que numa região que tem terrenos a vontade, que tem muitas áreas, fazer um tipo de projeto em que você não tem um espaço de área verde, você não tem uma coisa completa com todos os equipamentos que precisam: de escola, de área verde, de equipamentos esportivos, né? Porque tudo isso veio depois e até o próprio acesso é um desastre. Quando foi inaugurado, se chovesse era um desastre, pouca gente conseguiria entrar de carro no local, porque o acesso era de terra, chão batido e até hoje...Se houvesse participação social, se houvesse interesse do município, teria feito um projeto muito melhor do que o que foi feito (...) O Vida Nova Itaberaba é bem pior do que o primeiro, porque fizeram com dois pisos. Uma caixa de fósforo com dois pisos, uma família embaixo, outra em cima, sem nenhuma privacidade e novamente sem área pública, sem área verde, sem nada. Posto de saúde foi construído depois, escola depois...quer dizer, escola nem tem, a escola que foi construída é uma creche próxima do local. O acesso é terrível, é uma avenida que cabe dois carros pra um conjunto com mais de 800 casas e depois surgiram mais outros loteamentos vizinhos. Hoje tá um desastre, porque o acesso a essa área não foi pensado, não foi planejado como devia ter sido.²²

O cenário evidencia um fenômeno recorrente na produção do espaço urbano: a criação de áreas valorizadas por meio da atuação de empreendedores imobiliários em articulação com proprietários de terras, bancos, instituições financeiras e o próprio Estado. Não se trata, portanto, da escassez de terrenos para construção, mas sim da destinação estratégica desses espaços conforme interesses econômicos. O modelo tradicional de organização urbana, que antes concentrava as atividades centrais em áreas específicas da cidade, passou por uma expansão que resultou na dispersão e na valorização de novos territórios, muitas vezes afastados e carentes de infraestrutura adequada. O movimento favorece a especulação imobiliária e reforça as desigualdades espaciais, impondo limites ao acesso da população de baixa renda a áreas melhor equipadas (Carlos, 2007).

²² Integrante do Concidade entre os anos de 2010 e 2015. Entrevista realizada em 23 de junho de 2021.

O que foi possível constatar, portanto, do processo de construção são os marcos do protagonismo da empreiteira e do banco, que revelam o caráter acumulativo e de reprodução do capital na produção do espaço, ao mesmo tempo que é possível observar o poder do Estado na legitimação do processo, enquanto regulador e sistematizador da política. Mesmo com o enfoque local, dado pela estruturação da política em gestão vertical no modelo de pequena responsabilidade local e total financiamento e implementação federal, o Estado através do PMCMV produziu espaços voltados para a acumulação do capital e processos de reprodução da desigualdade.

A expansão urbana, portanto, intensifica novas formas de segregação. A ocupação do espaço revela desigualdades, uma vez que a apropriação e o uso do solo urbano são determinados pelas relações de propriedade. Como resultado, os espaços habitacionais dos mais pobres acabam sendo relegados a áreas periféricas, sem infraestrutura adequada, enquanto os setores mais valorizados permanecem restritos a uma parcela da população com maior poder aquisitivo (Carlos, 2015). O processo reflete a lógica de mercantilização do espaço urbano, em que a habitação não é tratada como um direito fundamental, mas como um produto regulado pelas dinâmicas do mercado imobiliário.

O que se observa é o discurso da formulação da política pública nos moldes democráticos modernos e no desenvolvimento e gestão locais participativos, mas que apenas tenta mascarar ou resolver problemas estruturais causados pelo próprio modo de produção. Isso acontece devido à hierarquização dos lugares, dada pela divisão social do trabalho, não é possível pensar um desenvolvimento local quando esse é caracterizado por uma integração global altamente desigual. Para Smith (1984), o espaço mundial é fragmentado e articulado para o desenvolvimento do capital, portanto, produz espaços de concentração e produção das desigualdades, por isso é desigual e combinado.

A análise do espaço concebido a partir da experiência do Vida Nova Itaberaba evidencia como a política habitacional, mesmo formulada sob o discurso da inclusão e da participação social, se estrutura fundamentalmente dentro da lógica de reprodução do capital. Os relatos colhidos junto ao agente da Caixa Econômica Federal e da Secretaria de Ação Social, bem como de conselheiros municipais e militantes por moradia, revelam a tensão entre as intenções normativas da política

pública e sua operacionalização concreta, marcada por decisões verticalizadas, tecnocráticas e frequentemente alinhadas aos interesses do setor privado.

A presença constante da Caixa como agente financeiro, técnico e fiscalizador dos empreendimentos ilustra a centralidade da lógica bancária no processo, conforme aponta um de seus funcionários:

O Minha Casa Minha Vida tem metas, prazos, critérios rígidos. Nem sempre dava pra esperar as reuniões de conselho ou longos debates. O objetivo era contratar, executar e entregar. A gente cumpria a parte técnica, com o recurso que tinha. E era muito recurso, então também havia muita pressão.²³

A fala expõe a racionalidade de gestão orientada por resultados mensuráveis, típica da lógica neoliberal do Estado gestor. Do outro lado, a atuação da Secretaria de Ação Social também esteve condicionada por diretrizes superiores e por uma burocracia que, muitas vezes, silenciava as urgências concretas dos sujeitos em vulnerabilidade. Como relatou uma assistente social:

Às vezes a gente sabia que a família precisava, que vivia numa situação bem precária, mas se o nome dela não tivesse no sistema ou se faltasse um documento, não podia entrar. Era muito difícil lidar com isso.²⁴

O relato deixa evidente como o aparato técnico-administrativo do Estado também opera como instrumento de controle e exclusão, mesmo dentro de uma política supostamente redistributiva.

Dessa forma, o espaço concebido do Vida Nova Itaberaba revela-se como um produto da aliança entre Estado, capital imobiliário e instituições financeiras. A padronização das moradias, a tipologia dos blocos, a ausência inicial de equipamentos públicos e a fragilidade dos canais de participação popular são expressões materiais dessa lógica. A mudança na nomenclatura de “conjunto habitacional” para “residencial” acompanha a transformação simbólica, na tentativa de ressignificar um espaço de precarização e especulação como expressão de modernização e progresso.

Contudo, os limites dessa racionalidade tornam-se visíveis nas fissuras do discurso técnico e nas práticas dos moradores, conselheiros e militantes que

²³ Funcionário do setor de Habitação da Caixa Econômica entre os anos de 2010 e 2015. Entrevista realizada em 21 de maio de 2025.

²⁴ Assistente social da Secretaria de Ação Social de Itaberaba no período de 2010 a 2015. Entrevista realizada em 20 de maio de 2025.

enfrentaram e denunciaram os efeitos da política. O esvaziamento da participação popular, a coação institucional e a subordinação dos processos decisórios à lógica da urgência operacional reafirmam que, sob o capitalismo, o espaço urbano continua a ser produzido como mercadoria, e não como direito. Nesse cenário, as contradições do espaço concebido não apenas revelam as disputas entre técnica e política, mas também apontam os caminhos pelos quais os sujeitos contestam, tensionam e, às vezes, reconfiguram as práticas.

Como veremos nas seções seguintes, os efeitos desse espaço concebido se manifestam diretamente no cotidiano dos moradores, seja pela precariedade dos serviços urbanos e da mobilidade, seja pelas estratégias de resistência e ressignificação de seus espaços. É no percebido e no vivido que essas contradições ganham corpo, gesto e sentido.

4.2 A CIDADE PERCEBIDA

A dimensão do espaço percebido, segundo Lefebvre (2006), tem relação com a prática espacial, a percepção sensível e a experiência cotidiana que os indivíduos constroem a partir do uso, do deslocamento e da presença nos lugares. Ela é inseparável da corporalidade e do uso dos sentidos, e articula diretamente o corpo e o espaço no cotidiano.

No contexto dos conjuntos habitacionais do PMCMV, como o Residencial Vida Nova Itaberaba, a dimensão do percebido revela como o espaço, ainda planejado sob a lógica homogênea do capital, é constantemente reestruturado no cotidiano dos moradores. Isso ocorre porque o espaço não expressa apenas sua funcionalidade dentro do modo de produção; ele é atravessado por ideologias, ilusões e representações simbólicas que se inter-relacionam e se sobrepõem (Lefebvre, 2006). Por essa razão, a compreensão das relações estabelecidas na esfera do percebido torna-se mais complexa, já que essas relações se situam no plano do imediato e, frequentemente, estão encobertas por múltiplas camadas ideológicas que permeiam tanto a produção quanto a materialidade do espaço.

As práticas cotidianas mostram que a mobilidade é uma das expressões mais evidentes das contradições urbanas, pois demonstra a segregação pelo distanciamento físico ou econômico, que afeta diretamente o acesso aos serviços e

modifica a qualidade de vida dos moradores. A distância entre o conjunto e o centro da cidade, somada à falta de transporte público, impõe limites materiais à circulação e à integração urbana, conforme demonstram os trechos organizados no quadro 1.

Quadro 1: Trechos sobre a percepção dos moradores quanto à mobilidade e deslocamentos

ENTREVISTA	TRECHO
ENTREVISTA 01	Aaah, essa aí? É a pior parte. Pela manhã, eu costumo ir muito cedo. Aí eu volto de moto, porque o custo fica muito alto... ou você vai de moto ou volta a pé. Aí eu prefiro ir a pé. Eu saio cedo, não é? É uma caminhada boa, né? Aí eu vou mais cedo, 7 horas, e volto mais tarde... Aí é de moto, porque sempre a gente passa no mercadinho ou alguma coisa, né? Aí fica distante pra gente locomover...
ENTREVISTA 02	Pra escola era um pouco complicado, porque quando chove aqui alaga tudo. Aí a gente tinha que sair debaixo d'água para ir pra escola. [...] Eu só fui ter um carro pra mim no terceiro ano.
ENTREVISTA 05	A pé. Vou três vezes por dia na rua, todas a pé. Porque moto é muito caro. Eu não tenho transporte. Ir ao centro é longe, e pagar a moto é muito caro.
ENTREVISTA 06	Só anda a pé ou de moto aqui dentro. Às vezes meu marido me leva ao médico. Quando fazia fisioterapia, ele me levava todo dia, porque eu não tinha como ir andando.
ENTREVISTA 09	Eu tenho meu transporte, mas vejo muita dificuldade. Quem não tem dinheiro bota o capacete na mão... me dá até pena.

Organização: Ythana de Oliveira Santos, 2025. Fonte: Entrevistas realizadas com os moradores do conjunto/ Residencial Vida Nova Itaberaba entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025.

O trecho da entrevista 01 demonstra como a distância do conjunto em relação ao centro, apelidado pelos moradores como “cidade” ou “rua”, afeta o tempo de saída, os custos com transporte, o cansaço físico e a necessidade de combinar estratégias para minimizar deslocamentos até o local onde há a concentração de serviços. A própria nomenclatura utilizada pelos moradores evidencia a fragmentação-hierarquização dos espaços produzidos na cidade capitalista, logo, o distanciamento do “centro” não é apenas físico.

Segundo Lefebvre (2006), o espaço social capitalista é produzido sob uma lógica homogênea, mas é organizado a partir da fragmentação e hierarquização. A distinção simbólica entre o conjunto e “a cidade”, presente em algumas falas das

entrevistas, demonstra como a produção do espaço gera desigualdades que vão além dos aspectos físicos do que se considera “distância” - ou seja, é muito mais um distanciamento social, funcional e afetivo que reflete a posição das pessoas na lógica do capital.

A experiência de outro (a) morador(a), mais jovem, mostra como a distância e a ausência de infraestrutura adequada interferem no deslocamento escolar de crianças e adolescentes estudantes. Na mesma perspectiva, o trecho da entrevista 05, denuncia a vulnerabilidade de pessoas, sobretudo mulheres, que dependem do deslocamento a pé, mesmo com longas distâncias, pela falta de recursos financeiros. Tais afirmações reforçam o entendimento do sentido polissêmico da distância no capitalismo.

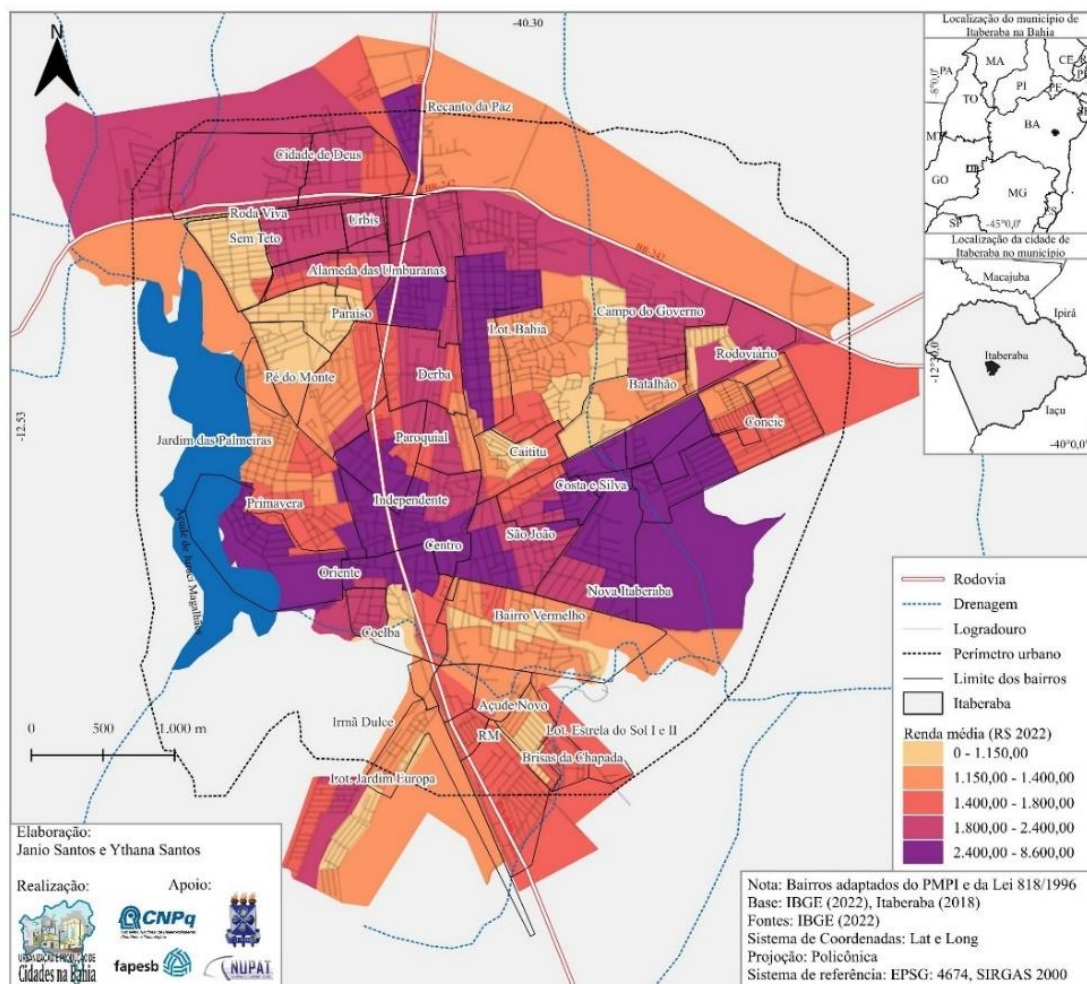
Ainda nessa entrevista, a vulnerabilidade expressada revela como o cotidiano é estruturado por determinantes econômicos que limitam o acesso à cidade. Lefebvre (1991) destaca que, no capitalismo, o cotidiano é moldado para a reprodução do sistema, e nesse contexto, a distância funciona como um instrumento de exclusão, afetando especialmente os corpos mais vulneráveis, como as mulheres, pobres, negros (as), pessoas portadoras de deficiências ou acometidas por doenças, que experienciam o espaço como barreira e opressão cotidiana.

A análise interseccional dos usos do espaço evidencia que a sua produção atinge de formas distintas os sujeitos, a depender da posição social ou funcionalidades para o capitalismo. Lefebvre (2006) argumenta que o espaço não é passivo, mas atua na reprodução das relações sociais. Assim, o direcionamento dos conjuntos a mulheres em situação de vulnerabilidade, ao mesmo tempo que observadas as problemáticas de distanciamento, expressam não apenas uma política pública, mas a perpetuação de relações estruturais de classe, gênero e raça na materialidade do espaço urbano, nas quais alguns grupos são mais explorados que outros da produção.

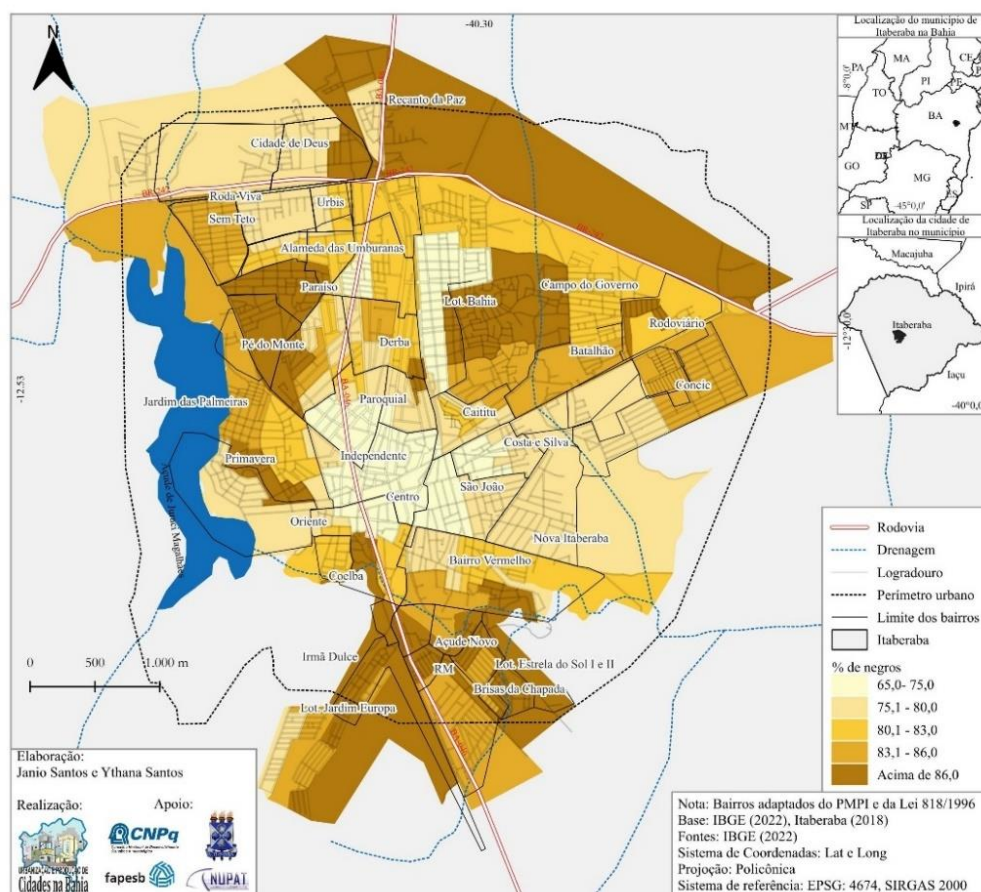
Para ilustrar ainda mais o debate e a importância da análise interseccionada em gênero, raça e classe para compreender a realidade, observa-se nos mapas 6 e 7, os setores por renda e a população autodeclarada preta e parda na cidade de Itaberaba. O que se nota é a concentração da população preta/parda nos bairros periféricos com a renda média mais baixa. Dentre eles, está o Irmã Dulce, onde está localizado o Vida Nova Itaberaba, conjunto habitacional analisado neste estudo. Ou seja, ao considerar que um dos critérios para a contemplação das casas foi o de

mulheres chefes de família, pode-se inferir que há uma grande concentração de mulheres, mães e chefes de família, pretas/pardas e, não coincidentemente, também mais pobres e desempregadas vivendo no conjunto. O que evidencia as contradições da política pública mais uma vez: parte de um sistema de seguridade habitacional ou reprodutora de um sistema que exclui os corpos mais vulneráveis?

Mapa 6: Renda nominal média do responsável pela família, Itaberaba, 2022.



Mapa 7: Percentual da população negra (preta e parda), Itaberaba, 2022.



Arelada aos dados dos mapas, a fala da entrevistada 06 revela como o espaço percebido, impõe barreiras à circulação de corpos que fogem ao padrão produtivo. A ausência de transporte público e de acessibilidade transforma deslocamentos cotidianos em obstáculos complexos, que exigem ajuda de terceiros ou pagamento de serviços particulares, os chamados “mototáxis”. Lefebvre (2006) destaca que a prática espacial é indissociada do corpo e do tempo, e, dessa maneira, a falta de infraestrutura urbana impõe limites ao direito à cidade para pessoas com maior vulnerabilidade, e deixa evidentes as pressões estruturais que organizam a cotidianidade no capitalismo.

O relato do entrevistado 09 demonstra uma das contradições centrais do espaço urbano produzido sob o capitalismo: embora a cidade seja construída como bem coletivo, o acesso a ela é regulado pelo poder de compra, logo, ela é homogênea, mas fragmentada. Ao afirmar que “quem não tem dinheiro bota o capacete na mão... me dá até pena”, o morador evidencia a desigualdade imposta pelo espaço percebido, onde o deslocamento se transforma em privilégio. Segundo Lefebvre (2006), o espaço produzido não é reduzido à sua materialidade- ele dissimula relações sociais, organiza

as práticas e determina o uso do tempo e do corpo, o que torna visível a lógica da exclusão social.

Ao mesmo tempo, o sentimento de empatia revelado na fala rompe com a alienação cotidiana. O gesto de solidariedade demonstra também uma ruptura no automatismo da cotidianidade imposta, o que sinaliza, como propõe Lefebvre (1991), que mesmo dentro do ciclo de produção-consumo, ainda há espaço para o vivido que resiste e denuncia, por meio da convivência, as limitações estruturais da cidade como produto.

Por fim, esse deslocamento cotidiano, feito predominantemente a pé, revela a falta de alternativas de transporte e os custos elevados da locomoção. Essas ausências estruturam a experiência cotidiana de precariedade e de limitação dos desejos e possibilidades, além das tendências de homogeneização-fragmentação e hierarquização do espaço. Para Lefebvre (1991), essas formam as características da cotidianidade na modernidade tardia: a padronização dos espaços e das práticas que restringem a apropriação da cidade.

O consumo também aparece como um elemento que organiza o espaço e o cotidiano dos moradores. A oferta restrita e os altos preços dos mercados nos conjuntos são recorrentes, vide quadro 2.

Quadro 2: Trechos sobre a percepção dos moradores quanto ao consumo e a oferta de serviços locais

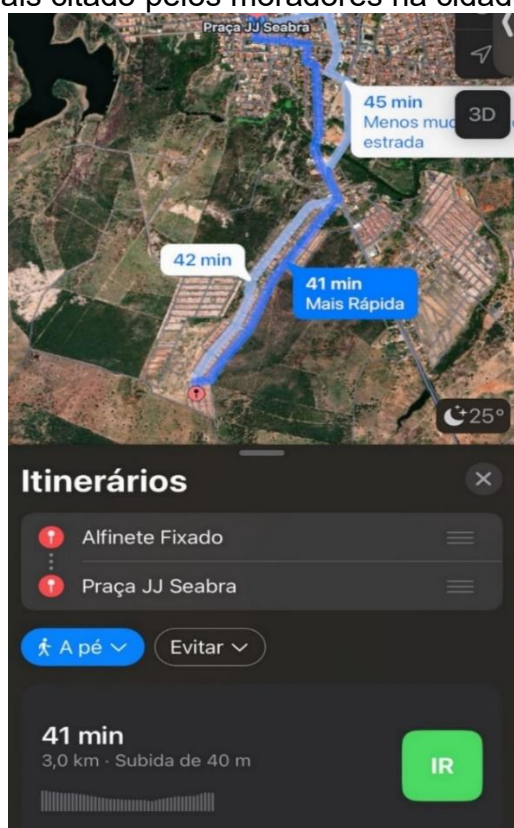
ENTREVISTA	TRECHO
ENTREVISTA 01	É só o essencial, quando falta alguma coisa aqui... no mercadinho próximo. (Silêncio) Muito caro, porque... é dentro do bairro, né? Aí não tem solução, né? A pessoa vai ter que comprar mesmo.
ENTREVISTA 05	Nunca vou em salão de beleza, mas o supermercado sim. Agora é mais ou menos, por questão de preço dos produtos.
ENTREVISTA 06	Meu marido compra alguma coisinha. Não é de fazer compra grande. Tem um salão de uma colega, na hora que quero fazer o cabelo, eu faço. Mas só dali para casa.
ENTREVISTA 09	Bom, tenho um ótimo atendimento, só os preços que “tá” lá em cima. Já poderia ter um açougue também, que nem eu vi em Salvador.

Organização: Ythana de Oliveira Santos, 2025. Fonte: Entrevistas realizadas com os moradores do conjunto/ Residencial Vida Nova Itaberaba entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025

No contexto da produção do espaço capitalista, o consumo cotidiano deixa de ser uma escolha para se tornar uma imposição. A maneira como os moradores dos conjuntos habitacionais percebe e vivencia a oferta de produtos e serviços no bairro revela a estrutura de desigualdades que atravessa o espaço urbano. Essa realidade, quando interpretada pela ótica do espaço percebido (Lefebvre, 2006), demonstra que o cotidiano é atravessado por pressões econômicas, simbólicas e territoriais.

A fala da moradora da entrevista 01 é expressa como, na ausência de infraestrutura comercial maior, o consumo se dá pela coerção, que é justificada pelos moradores, por vezes pela distância. Na figura 1, a praça JJ Seabra, que também está localizada no bairro Centro, onde se concentra a maioria dos serviços foi a referência utilizada para demonstrar a distância física entre o Residencial e a “cidade”. Os moradores são impulsionados a consumir no próprio bairro, mesmo com preços elevados, reforçando o que Lefebvre (1991) chama de pressões da cotidianidade, nas quais o espaço se organiza para garantir a reprodução do sistema capitalista, ora ao restringir as possibilidades, ora ao forjar as necessidades.

Figura 1: Trajeto a pé do Residencial Vida Nova Itaberaba para a Praça JJ Seabra, local de lazer mais citado pelos moradores na cidade, Itaberaba, 2025.



Fonte: Google Maps, 2025.

Nessa mesma perspectiva, na Entrevista 05 é possível perceber que o acesso ao consumo não é mediado pelo desejo, mas pela viabilidade econômica e pelo distanciamento, ora físico, ora do próprio imaginário dos indivíduos. Diversas falas nas entrevistas trouxeram o centro e os outros bairros como “a cidade”, o que evidencia o quanto os moradores não se sentem pertencentes e, mais que isso, revelam a segregação desse espaço. O uso do espaço é limitado por uma seletividade. A cidade capitalista, fragmentada e hierarquizada, restringe os sentidos mais amplos do habitar, essas pessoas que não se sentem moradoras, apenas “consomem a cidade” como forma de sobrevivência. A segregação não é apenas física, mas afeta a percepção dos indivíduos sobre si mesmos.

Já a entrevista 06, por outro lado, insere novas concepções possíveis. Neste caso, o consumo se relaciona a redes locais de solidariedade e à informalidade. O espaço percebido é modificado na prática por relações de vizinhança e pequenas resistências ao consumo institucionalizado. Como afirma Lefebvre (2006), o espaço social é construído, mas também vivido, e nesse viver, os indivíduos adaptam os usos do espaço à uma realidade concreta, o que pode criar brechas dentro do sistema.

E a entrevistada(do) 09 revela a comparação entre o bairro e outras partes da cidade, além de fazer referência à capital do estado, e reforça a percepção da desigualdade entre territórios. A falta de determinados equipamentos e serviços no conjunto remete à falta de serviços funcionais, mas também a uma expressão do lugar subalterno que esses bairros ocupam na lógica espacial da cidade capitalista. Lefebvre (2006) destaca que o espaço urbano é, ao mesmo tempo, condição e produto das relações sociais, e a oferta desigual de consumo é um dos modos pelos quais essa condição se manifesta.

Os relatos dos moradores evidenciam como o espaço percebido expressa a reprodução das desigualdades no cotidiano. O consumo, nesse contexto, não se configura como um ato espontâneo, mas como um comportamento condicionado pela estrutura espacial da cidade capitalista. A análise dos serviços e comércios locais no Residencial Vida Nova Itaberaba, conforme ilustrado nas fotos 11, 12 e 13, demonstra que o espaço opera como uma lógica seletiva das possibilidades de acesso, moldando o cotidiano dos moradores, todavia, não pelos interesses da mercadoria e da reprodução do capital. Mas sim, como expressões da cidade vivida pelo mínimo, uma

vez que esses moradores criam os comércios como estratégias também de sobrevivência.

Foto 11: Comércio local no Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025.



Fonte: Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025.

Foto 12: Mercado no Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025.



Fonte: Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025

Foto 13: Bar no Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025.



Fonte: Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025

Lefebvre (1991) alerta que a cotidianidade é o terreno onde as contradições sociais se manifestam e onde também podem emergir práticas de resistência e apropriação. Ao denunciar os preços elevados, a ausência de serviços e a necessidade de recorrer a redes locais, os moradores do Residencial Vida Nova Itaberaba revelam as mazelas de um espaço concebido sob a simbologia da uniformização, mas vivenciado com desigualdade e criatividade.

No conjunto habitacional, os espaços públicos e as áreas destinadas ao lazer compõem uma das facetas mais reveladoras do espaço percebido. Esses espaços, concebidos muitas vezes como instrumentos de convivência, apropriação e fruição, na prática são negligenciados, abandonados ou esvaziados de função social. As falas dos moradores do Residencial Vida Nova Itaberaba, organizadas no quadro 3, mostram como o cotidiano, longe da promessa de integração urbana, é marcado pela carência de áreas coletivas qualificadas, desvelando o contraste entre o espaço como produto e a ausência da obra, como propõe Lefebvre (2006).

Quadro 3: Trechos sobre a percepção dos moradores quanto ao uso de espaços públicos e lazer

ENTREVISTA	TRECHO
ENTREVISTA 01	Tem a quadra, mas já destruíram logo no início. Tem uma pracinha que reformou recentemente, mas não estou acostumada a ir na pracinha, não. [...] Lá no módulo 3 tem, sim, um espaço pra festa. Hoje é fechado e funciona como uma banca pras crianças que as mães não têm condição de pagar. Aí a prefeitura paga os professores pra dar banca. E lá na quadra de lá de cima também... tá toda inteirinha, né? Tem a área de lazer das crianças jogarem futebol, tem capoeira... Aqui de baixo também tinha, só que destruíram toda, hoje não tem mais nada...
ENTREVISTA 02	O que tem? Era uma pracinha que tinha bem ali. Só que eu acho que não tem mais o parquinho.
ENTREVISTA 05	Olha, praça aqui mesmo nós não temos, né? O conjunto habitacional não tem nenhuma área de lazer, né? O nosso interativo é conversar com as amigas, usar o celular, ver televisão. Para a gente ter um lazer, tem que caminhar muito longe, né?
ENTREVISTA 09	Faço caminhada, jogo bola. [...] A verdade é que a falta de espaço faz eu ficar deitado ou assistindo televisão. Se eu tivesse um espaço eu tava cuidando das minhas plantas, fazia um lazer...

Organização: Ythana de Oliveira Santos, 2025. Fonte: Entrevistas realizadas com os moradores do conjunto/ Residencial Vida Nova Itaberaba entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025

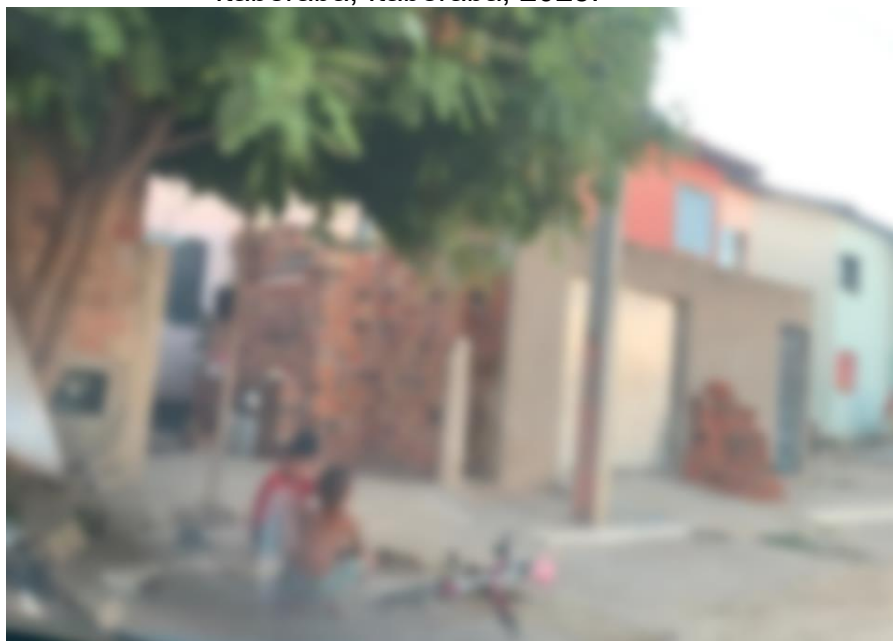
A moradora da entrevista 01 descreve um cenário de degradação do patrimônio dos espaços projetados, no entanto, o que ela não percebe é que o relato evidencia a lógica da reprodução do espaço urbano periférico. Os equipamentos são “previstos” no projeto, mas não se sustentam no tempo, porque são produtos pensados e produzidos sob a lógica hegemônica, a comunidade é “estranha” a eles. O que existe é um espaço funcional, mas não vivido como obra. Para Lefebvre (2006), a obra é aquilo que carrega sentido, afeto e singularidade, enquanto o produto é genérico e repetitivo. O que se tem aqui é a repetição de espaços vazios, que, sem manutenção ou presença social efetiva, por isso se tornam objetos dispostos no espaço, degradados, ao invés de serem efetivas possibilidades de vivenciar o acesso à direitos básicos.

Por outro lado, a moradora da entrevista 02 expressa uma sensação de perda. A praça como algo que “já teve” registra a perda da prática cotidiana de vivenciá-la

como local de encontro. A cidade percebida, nesse caso, se apresenta como espaço de desapontamento, o que desmotiva a apropriação.

A crítica torna-se ainda mais expressiva no relato da entrevista 05. A ausência das áreas de lazer reproduz a lógica da cidade capitalista que, como afirma Lefebvre (2006), hierarquiza os lugares e concentra os espaços de convivência e lazer nos centros mais valorizados, enquanto destina às periferias pobres uma espacialidade funcional, coercitiva e economicamente baixa. O lazer torna-se privilégio de quem pode se deslocar, e, com isso, o cotidiano é reduzido ao espaço doméstico ou ao isolamento digital, quando não expõe as crianças às atividades nas vias, vide fotos 14 e 15²⁵.

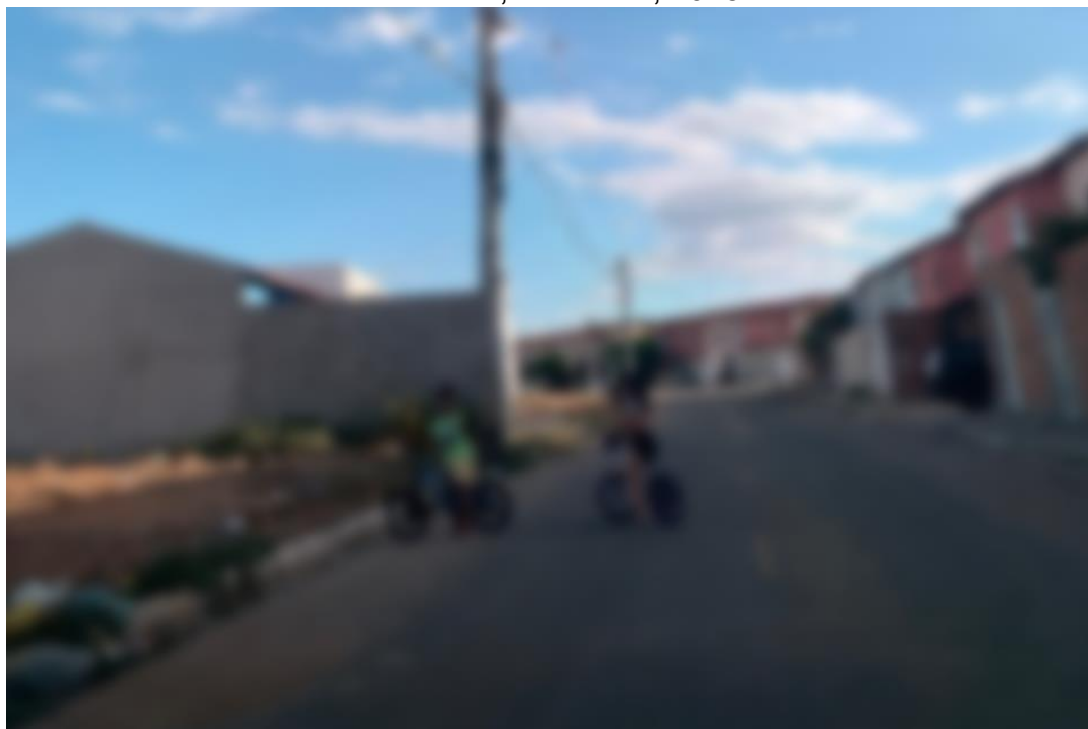
Foto 14: Crianças brincando nas vias públicas do Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025.



Fonte: Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025.

²⁵ As fotos foram borradas para preservar a imagem dos menores.

Foto 15: Crianças andando de bicicleta nas vias públicas do Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025.



Fonte: Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025

Isso fica claro nas falas de quase todos os entrevistados quando questionados sobre onde mais costumam “passar o tempo” e o que mais fazem no tempo livre: a maioria se mantém dentro de casa, utilizando os celulares ou nas calçadas, também as crianças costumam brincar nas vias públicas e a maioria relata a insegurança, por conta dos meios de transporte e o risco de atropelamentos. Quando questionados sobre as atividades de lazer, a maioria relatou que se desloca para a “cidade” aos finais de semana, quando conseguem, para a praça JJ Seabra e a recente Orla do Açude.

Essa relação entre o espaço percebido e a experiência do lazer condicionado é aprofundada no trecho da entrevista 09, na qual as afirmações do morador evidenciam o corpo como medida do espaço. As limitações estruturais impedem o desejo de praticar atividades simples, como plantar ou ter um momento de lazer fora de casa. O lazer é transformado em inatividade por falta de alternativas, esse é o cotidiano condicionado pelo espaço urbano capitalista: um tempo vazio, um corpo inerte, uma cidade que limita em vez de criar possibilidades. Lefebvre (1991) trata isso como uma forma de pressão, na qual o cotidiano é absorvido por práticas repetitivas, conformistas e induzidas pela lógica de reprodução.

As contradições entre o espaço concebido pelos planejadores e o espaço percebido pelos sujeitos são reveladas pelas percepções dos moradores quanto ao uso dos espaços públicos e às possibilidades de lazer. A ausência de equipamentos urbanos adequados, sua rápida degradação ou a distância que impõe esforço para a apropriação deles são expressões materiais da forma como o capital produz a cidade. Como não há a obra, o que sobra são os produtos vazios ou destruídos que não oferecem valor de uso. O espaço público deixa de ser uma possibilidade de apropriação e torna-se apenas degradado ou esquecido.

O cenário reforça o entendimento de que o espaço percebido não é uma dimensão neutra da vida urbana. Ele é vivido com o corpo e os sentidos e mediado pela memória, pela decepção e pelo desejo. Lefebvre (2006) aponta que, nesse espaço, as contradições do modo de produção capitalista tornam-se mais palpáveis, ainda mais nas periferias urbanas, onde a cidade enquanto possibilidade se dissolve em abandono e ausência.

4.3 CIDADE POR E PARA QUEM NELA VIVE? O VIVIDO

O espaço vivido, segundo Lefebvre (2006), é o espaço da apropriação, da dominação e das práticas cotidianas repletas de simbolismos e afetividades, mas também complexo por estar atrelado às macroescalas. Ele é o espaço do cotidiano experienciado pelas pessoas que nele vivem, constroem suas memórias e atribuem sentidos próprios, mesmo diante de condições adversas e sob determinações gerais. No Residencial Vida Nova Itaberaba, essa dimensão revela contradições, resistências e ressignificações frente às dimensões do concebido e percebido.

As ideologias e ilusões que se relacionam e se sobrepõem entre a produção e a materialidade do espaço não se esgotam. Pelo contrário, criam novas máscaras para o plano do imediato, no qual diversas escalas ideológicas permeiam a produção do espaço e, conseqüentemente, a práxis cotidiana.

Para além do projeto arquitetônico e da função prevista para cada espaço, os moradores produzem, de forma subjetiva, seu lugar no mundo. Essa construção é ambígua, marcada por sentimentos de gratidão e frustração, de pertencimento e deslocamento.

Uma moradora afirma: “Aaah, tem ‘hora’ que eu falo assim, eu vou vender que é longe, depois não, fica aqui, que é mais tranquilo...” Nesse trecho, percebe-se a ambivalência do pertencimento: Lefebvre (2006) propõe que o espaço vivido é repleto de contradições entre desejo e restrição. A moradora vive o conflito entre as limitações do espaço e a ideia de segurança que sente ali, porque “ter uma casa”, que é desejo e a necessidade impostos, mesmo que não seja nas especificações arquitetônicas que lhe possibilitassem um quintal ou a proximidade física do centro, ainda é melhor do que voltar para o aluguel.

A fala evidencia com nitidez a contradição presente no espaço vivido. A moradora revela a ambivalência de habitar o conjunto: de um lado, o distanciamento físico e simbólico do centro da cidade, o que tem como consequência isolamento e o incômodo; de outro, o sentido de refúgio encontrado não no cotidiano local, mas na segurança de “ter” uma casa.

A contradição entre vender e permanecer representa o dilema cotidiano de morar na periferia pobre: a cidade capitalista não oferece possibilidades reais de escolha, apenas adaptações resignadas. O espaço vivido, nesse sentido, não é o espaço idealizado, mas o espaço possível, carregado de sentidos tensionados entre frustração e pertença.

Em outra entrevista, um trecho mostra como a prática social que transforma o espaço: uma obra cotidiana que ressignifica o produto. O muro é proteção, é linguagem do corpo sobre o espaço, como também perpetua as condições do capitalismo na obtenção da propriedade privada. Isso ilustra a prática do espaço vivido que Lefebvre pontua: “Fiz meu muro. Me sinto mais segura, porque quando ganhamos não era murada. Foi mudando devagarzinho.”

Um fato que evidencia que para os moradores o uso do espaço é maior que o seu potencial de troca é que em nenhum dos trechos das entrevistas realizadas os moradores citaram a valorização financeira de seus espaços. Todos evidenciaram as atividades cotidianas que foram propiciadas pelo aumento das propriedades através do que chamaram de “puxadinhos”: “aqui eu posso estender minhas roupas”, “as crianças podem brincar com mais segurança”, “meu marido guarda a moto”, “me sinto mais segura, porque antes usavam essa área para usar drogas”, “eu posso criar minhas plantas”. As falas, como também as fotos 16 e 17, demonstram como o cotidiano e práxis estão relacionados à significação imediata.

Foto 16: Reforma realizada em uma unidade habitacional do residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025



Fonte: Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025.

O ato de construir o muro representa não apenas a busca por segurança, mas também a reapropriação simbólica e prática do espaço doméstico, todavia, segundo a lógica da reprodução e estratificação da propriedade privada na cidade capitalista. Para Lefebvre (2006), enquanto o espaço concebido é produzido de forma padronizada e repetitiva, a obra é única, marcada por seu uso, estética e sentidos subjetivos.

Foto 17: Prática cotidiana de estender roupas na frente das casas no residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2025



Fonte: Acervo pessoal de Ythana Santos, 2025.

Portanto, um muro, ainda que propicie uma ampliação do espaço, que poderá ser apropriado simbolicamente para as diversas atividades do cotidiano das famílias, não é uma obra, porque também evidencia a estratificação social, característica do modo de produção, mesmo entre os próprios moradores do conjunto.

Ao murar sua casa, a moradora rompe com a lógica do produto serializado, mas não cria um espaço singular, porque, o muro é também uma forma de estratificação social, ainda que inserido em um conjunto habitacional massificado. Trata-se de um gesto que ora expressa a divisão entre os que podem construir os muros e “ampliar” os seus espaços, ora como proteção, tanto física quanto simbólica,

dentro de um local que, inicialmente, não oferecia acolhimento, e, por isso, sobretudo, perpetuam a reprodução da propriedade privada capitalista, ainda que não seja perceptível entre os moradores.

Em outro trecho de entrevistas, aparece o espaço como possibilidade de autonomia e construção simbólica, e também a negação do espaço padronizado, que são os apartamentos. Ele demonstra o desejo por uma relação mais orgânica com o espaço: “Me sinto bem. Tenho vizinhos bons, amigos. Só não gosto de morar em apartamento. Gosto de casa embaixo, onde dá pra plantar, fazer minhas coisas.”

O relato evidencia a dimensão afetiva e comunitária do espaço vivido. Para além da estrutura física, o morador aponta aquilo que realmente importa em sua experiência urbana: o convívio, os laços sociais, a possibilidade de se reconectar à terra, ao cotidiano orgânico. A crítica à habitação vertical, símbolo da padronização e da homogeneização do espaço, revela o incômodo com a falta de liberdade e individualidade.

Lefebvre (2006) nos mostra que o espaço vivido é aquele onde a imaginação, a memória e o afeto são expressos nas práticas, e que o ideal da cidade não está em sua forma, mas no modo como ela é vivida, apropriada e ressignificada pelos sujeitos. O desejo de plantar, de “fazer minhas coisas”, mostra a aspiração por uma vida urbana não alienada, em que o cotidiano seja obra e não apenas rotina. Além disso, revela uma contradição ainda muito presente em cidades menores: a interdependência do modo de vida urbano e do modo de vida rural são observados com mais facilidade. As pessoas, de maneira contra hegemônica, ainda que não percebam, continuam a perpetuação dos laços comunitários e as práxis cotidianas de terem espaços para plantar, criar animais, ter opções de lazer que não as telas.

Existiram também nos relatos exemplos de obras coletivas efêmeras, que constroem o vivido no encontro. Elas demonstram que o espaço público, mesmo sem estrutura, pode ser apropriado e tornar-se lugar de produção de sentido: “Já fizemos vários eventos. Campeonato de futsal [...] Foi emocionante ver tanta gente reunida.”

O trecho revela a potência do espaço vivido enquanto obra coletiva e efêmera. Mesmo diante da precariedade e da ausência de equipamentos urbanos adequados, os moradores transformam o espaço em lugar de encontro, partilha e mobilização.

A cidade, nesse momento, ainda que emaranhado de determinações complexas, pode ser vista como uma criação e não produto. Para Lefebvre (2006), a

obra não é apenas um objeto material, mas também a ação que carrega sentido, expressão e singularidade. Os eventos organizados pela comunidade são, portanto, expressões espontâneas de apropriação simbólica, que resgatam o espaço como local de possibilidades e não apenas como cenário da sobrevivência. Essa dimensão vivida, ainda que limitada e tensionada pela lógica do capital, pode também ser vista como resistência: um “espaço outro” que emergiu na periferia pobre.

Em outra entrevista, uma moradora relata: “Eu sofri muito no barraco de lona. Ter uma casa é uma vitória.” Embora curta, essa frase pode resumir o que Lefebvre chamou de produção simbólica do espaço. A produção simbólica do espaço não se trata da casa enquanto arquitetura, mas da transformação de vida, de subjetividade e do cotidiano. Essa frase sintetiza o valor simbólico da moradia para quem viveu o extremo da precariedade.

Areladas a essa fala, ainda se destacam outras: “Senti muito. Morava de aluguel em casas ruins. No tempo de chuva, a gente não dormia, tirando água. Mas Deus me deu essa casa e agradeço muito.”; “Eu me sinto. Me sinto na minha casa. Fico à vontade.”; “Antes eu morava de aluguel, né? Então morava em qualquer lugar da cidade, onde tivesse casa barata alugando, a gente ia”. A casa, aqui, não é apenas um bem material, é a transformação da dor em conquista, da incerteza em estabilidade. E se há uma importância na política habitacional do PMCMV, com todos os entraves observados, é essa: não o que é reproduzido enquanto produto, mas a ressignificação simbólica de quem viveu na pele o que é não ter onde morar.

Por isso, na dimensão do espaço vivido, o PMCMV é também uma vitória silenciosa. Lefebvre (1991) destaca que o cotidiano, ainda que moldado pela reprodução do capital, é também o lugar onde as contradições se revelam e onde pode emergir a obra. Os pequenos trechos carregam o peso de uma vida de lutas e a dignidade conquistada na permanência. O espaço torna-se símbolo, memória e ruptura com o desamparo. Ao afirmar que ter uma casa é uma vitória, a primeira moradora resgatou o valor de uso do espaço e ressignificou o que foi entregue como produto, ela o transformou em sentido, assim como muitas outras.

Os relatos evidenciam que a vivência no conjunto habitacional não é apenas uma consequência da necessidade, mas a construção de um espaço que, mesmo com limitações, passa a ser apropriado, ressignificado e incorporado ao cotidiano. A cidade vivida, nesse sentido, não é aquela planejada para as necessidades abstratas

de mercado, mas aquela produzida nas pequenas conquistas, nos encontros na porta de casa, nas festas organizadas pelos moradores e nas formas de pertencimento que nascem da experiência direta com o lugar.

Como Lefebvre (1991) enfatiza, o espaço vivido é suporte do imaginário e da criação, e é nele que as contradições do modo de produção capitalista se tornam visíveis. O vivido não é a reprodução passiva do planejado; pelo contrário, ele carrega o potencial de transformação, ainda que limitado pelas pressões do espaço concebido e da cotidianidade imposta. É nesse entrelaçamento que reside a potência do cotidiano como campo de resistência e possibilidade.

Ao final de seu relato, a entrevistada 06, recebeu o seguinte questionamento: ‘Como que a senhora avalia suas condições de vida, as possibilidades de saúde, educação, transporte? Se a senhora pudesse fazer uma retrospectiva da sua vida, o que que a senhora acha que é sua vida hoje?’ Ao que, ela respondeu, num primeiro momento, pensativa: “A minha vida hoje...Profunda, né?” A entrevistada 06, aos 73 anos, lança um olhar para o nada...-ou melhor, para além da materialidade de que tanto tratamos quando falamos da cidade- e revela a complexidade do espaço vivido:

Essa ó, é a minha vida [...] Tive 5 filhos, lutei muito para criar os meus 5 filhos. Hoje estão todos criados, todos formados, todos vivendo. Então eu me sinto uma pessoa realizada. Eu me sinto...como mãe, como mulher, me sinto uma pessoa realizada. Como eu mesmo falei, não é? Saio daqui e vou lá no centro caminhando. Então é para mim uma grande realização, uma pessoa na minha idade hoje em dia, ter condições de sair daqui no centro andando e voltar. Eu não vou dizer que não estou cansada, mas me sinto uma pessoa realizada [...]²⁶

Neste trecho, é possível observar o espaço vivido enquanto experiência histórica, reconhecimento pessoal e corporalidade. A moradora não descreve apenas a cidade, ela a sente com o corpo, com a memória, com sua trajetória de vida. A caminhada até o centro não é apenas deslocamento: é símbolo de autonomia, resistência e apropriação do espaço urbano.

Lefebvre (2006) afirma que o espaço vivido não é apenas aquele que se percorre fisicamente, mas aquele que se realiza por meio da presença do corpo no mundo, das experiências que constituem uma “obra”, que é distinta do produto abstrato e homogêneo da cidade capitalista. A realização relatada é fruto de uma história de lutas, de maternidade, de envelhecimento, e está inscrita no chão, no

²⁶ Moradora do Vida Nova Itaberaba. Entrevista realizada em: 04 de janeiro de 2025.

tempo e no corpo. Essa percepção mostra que o espaço urbano, mesmo hostil, ainda pode permitir brechas para a existência, quando a prática social rompe com o automatismo da cotidianidade imposta.

Portanto, nesse pequeno trecho não cabe quase toda a densidade da cidade vivida, mas apresenta evidências dele: o tempo inscrito no corpo, o esforço como trajetória, o deslocamento como conquista, e o reconhecimento subjetivo da própria história, ainda que sob as determinações capitalistas, ainda que sob as mazelas que lhe foram impostas por ser quem é dentro das relações de reprodução, ainda que seu entendimento tenha tanta ambiguidade que não lhe permita pensar numa forma de se rebelar..., mas, se sentir realizada no capitalismo é uma maneira de se conformar ou uma revolução? Algumas questões, indubitavelmente, ficarão sem respostas, mas as heroínas ou sobreviventes do cotidiano, essas não de continuar contando as suas histórias, continuarão refletindo o que é esquecido, sobre o que, de fato, sobrou do “céu”.

O espaço vivido no Residencial Vida Nova revelou-se como a dimensão em que as contradições da produção do espaço urbano se expressam de forma mais nítida. Ao mesmo tempo em que os moradores enfrentam limitações estruturais, decorrentes da localização periférica, da ausência de serviços e da padronização das unidades, eles também ressignificam o conjunto habitacional a partir de suas práticas, redes de solidariedade e estratégias de apropriação do espaço. As experiências relatadas evidenciam que a habitação, mais do que um bem material, é vivida como lugar de construção de identidade, pertencimento e enfrentamento das desigualdades.

Assim, a análise do espaço concebido, percebido e vivido em Itaberaba permite responder à questão central desta pesquisa: a (re)produção do espaço urbano, no caso do Residencial Vida Nova, articula interesses políticos e econômicos que estruturam a política habitacional, mas também se concretiza no cotidiano dos moradores, que reconstroem o espaço a partir de suas necessidades e significados. Esse movimento dialético confirma que compreender a habitação social exige considerar não apenas o planejamento e a materialidade, mas, sobretudo, as práticas sociais que dão vida ao espaço, constituindo-o como produto e condição da vida urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar a (re)produção do espaço urbano em Itaberaba-BA, com ênfase no Residencial Vida Nova, a partir da tríade de Henri Lefebvre, buscando compreender como as políticas habitacionais e as práticas sociais configuram o espaço urbano. Com base na tríade analítica de Henri Lefebvre, espaço concebido, percebido e vivido, buscou-se analisar o processo de (re)produção do espaço urbano à luz das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que transforma o solo urbano em mercadoria e subordina o habitar às dinâmicas do valor de troca. Nesse contexto, o estudo foi orientado pela seguinte questão: como se dá a (re)produção do espaço urbano em Itaberaba-BA, com ênfase no Residencial Vida Nova, a partir da tríade de Henri Lefebvre, considerando as políticas habitacionais implementadas e as práticas sociais cotidianas dos moradores?

Para responder a essas questões, a dissertação foi orientada por três objetivos específicos, sendo eles: contextualizar o processo histórico de expansão urbana de Itaberaba e a inserção das políticas habitacionais, por meio do residencial Vida Nova Itaberaba do Programa Minha Casa Minha Vida; discutir a produção do espaço urbano de Itaberaba a partir da tríade lefebvriana, evidenciando as dimensões do espaço concebido, percebido e vivido; investigar as formas de apropriação e uso do espaço pelos moradores do Residencial Vida Nova, identificando práticas cotidianas e representações sociais. A partir desses eixos, o trabalho foi desenvolvido em três capítulos principais, além da introdução e da seção analítica final, que reuniram resultados que contribuíram para as considerações finais apresentadas nesta seção.

A produção da cidade capitalista e o processo histórico de urbanização em Itaberaba evidenciaram a forte articulação entre as lógicas globais de reprodução do capital e a hierarquização intra e inter-cidades, ao adquirir centralidade em seu território de identidade ao mesmo tempo em que materializa desigualdades espaciais significativas. Além disso, o crescimento urbano em Itaberaba se deu a partir da grande influência das necessidades de reprodução da capital em seus diferentes âmbitos ao longo dos anos.

No que se relaciona ao crescimento a partir da política habitacional, não foi diferente: o setor imobiliário com a mediação efetiva do poder público em favor do capital privado foram agentes expressivos. A análise da implantação do PMCMV na

cidade demonstrou que a política habitacional, como é de praxe no capitalismo, revestida de discurso social, reproduziu desigualdades e afastou os moradores beneficiados do centro da cidade e de seus principais equipamentos urbanos.

O espaço enquanto condição, meio e produto das relações sociais no modo de produção capitalista, é atravessado pela contradição entre valor de uso e valor de troca, mas também está sendo moldado sob um movimento de escalas. A tríade lefebvriana como base interpretativa para a análise da produção do espaço urbano, em articulação ao cotidiano, à ideologia e à práxis foi o caminho tensionado pela necessidade de entender a complexidade do espaço. Compreender a produção do espaço a partir da tríade é um desafio de articulação, pois as dimensões, embora didaticamente separadas para melhor apreensão de seus conteúdos, são interseccionadas e sobrepostas de modo contínuo. Isso acontece, porque o espaço não é um conteúdo ou uma materialidade acabada, mas uma totalidade em constante (re)produção.

Este trabalho, ao apresentar uma análise empírica estruturada com base na tríade lefebvriana, aplicada à realidade de um conjunto habitacional em uma cidade como Itaberaba, buscou dialogar com a teoria e ampliar o debate sobre a produção do espaço. Por meio das entrevistas com moradores, os agentes e ex-integrantes do Conselho da Cidade, da observação etnográfica e do registro fotográfico, foi possível interpretar as contradições e tensões presentes no espaço urbano produzido a partir da implementação do PMCMV.

No espaço concebido, a pesquisa evidenciou a centralidade do Estado e das empreiteiras na definição da localização, tipologia e forma de implantação do residencial. O planejamento técnico reduziu o habitar à função de consumo e priorizou a verticalização e a padronização das unidades, além de ignorar as práticas sociais e os modos de vida dos moradores. Tais resultados revelam o compromisso da política pública de habitação no capitalismo, sobretudo, em sua fase atual, que é moderna e neoliberal.

No espaço percebido, as falas dos moradores revelaram o cotidiano como espaço de ausência de infraestrutura, precariedade no transporte, dificuldades de acesso à cidade e consumo dirigido. A cidade, na percepção dos sujeitos, é um lugar distante e hierarquizado, como na teoria sobre a cidade homogeneizada-hierarquizada-fragmentada de Lefebvre, que impõe barreiras simbólicas e materiais

ao seu uso. A repetição das práticas e a fragmentação do espaço reduzem as possibilidades de apropriação, e limita o viver a experiências de isolamento e escassez de serviços básicos. A espacialidade imposta afeta a temporalidade da vida, os deslocamentos cotidianos, os corpos, os afetos e os desejos.

Por fim, no espaço vivido, foram identificadas práticas de resistência, apropriação e resignificação. Os moradores criam puxadinhos, constroem muros, ocupam os espaços públicos para realizar eventos e produzem, na adversidade, um espaço simbólico próprio. Ainda que sob a lógica do capital, essas práticas expressam a potência do cotidiano como espaço de criação, memória e identidade. O vivido é também o lugar da ambiguidade, da aceitação resignada e da gratidão pela moradia conquistada, mas também da crítica ao descaso e a frustração com a ausência de políticas públicas efetivas, muitas vezes sequer entendida pelos moradores. A cidade se torna, assim, tanto prisão quanto conquista, tanto mercadoria quanto obra, porque assume a ambiguidade expressa nas contradições.

Em síntese, o PMCMV em Itaberaba, representou mais que a política de provisão habitacional: foi um instrumento de reconfiguração do espaço urbano que aprofundou a segregação socioespacial. Sua implementação privilegiou o capital privado, instrumentalizou o Estado e relegou os moradores a áreas distantes e precarizadas. O planejamento, embora sob o discurso de inclusão social, reforçou desigualdades históricas e impôs uma nova forma de periferização. Por outro lado, a análise demonstrou também que o espaço não é neutro ou acabado, ele é vivido, apropriado e resignificado. Os moradores, com suas práticas cotidianas, transformam o que lhes foi imposto, imprimem sentidos e constroem, entrelaçados às determinações do capital, modos próprios de existência urbana.

Esta dissertação, ao adotar o referencial lefebvriano e dar centralidade ao vivido, contribui para o debate geográfico sobre as cidades não metropolitanas e sobre a necessidade de descentralizar o olhar sobre o urbano. Itaberaba, enquanto cidade sub-regional, apresenta especificidades que tensionam os modelos hegemônicos de análise e revelam a importância de se considerar o lugar, a história e os sujeitos na compreensão do espaço.

Ademais, a uma contribuição para a literatura geográfica e urbana ao aplicar criticamente o referencial lefebvriano em uma cidade sub-regional do interior nordestino, o que demonstra que as contradições espaciais do capitalismo urbano se

materializam de forma concreta e complexa também fora das metrópoles, evidenciando as tendências de homogeneização e lógicas globalizantes na produção do espaço. Mas, por outro lado, ao integrar teoria, empiria e escuta sensível dos sujeitos, a dissertação oferece uma leitura original do PMCMV como reforço da segregação socioespacial na cidade fragmentada e hierarquizada, ao revelar a partir da visão e das práticas dos moradores como se dá essa produção do espaço em suas três dimensões. Assim, o trabalho amplia o escopo analítico da geografia urbana brasileira e propõe o deslocamento epistemológico para os lugares não-metropolitanos.

Assim, o PMCMV, mais do que um programa habitacional, tornou-se, neste estudo, uma visibilidade para enxergar as contradições do Estado, do capital e da cidade. E, sobretudo, uma possibilidade de reconhecer, no cotidiano das pessoas, a luta por dignidade, pertencimento e o direito à cidade, mesmo quando tudo parece indicar que elas estão alheias, ao menos, ideologicamente, a esses conflitos.

Além dos resultados diretamente relacionados ao objeto de estudo, a pesquisa também evidenciou avanços importantes e singularidades específicas quando se trata da análise de cidades sub-regionais. No que se refere aos procedimentos metodológicos, foi possível observar que as entrevistas se desdobraram de maneira mais fluida em função da construção de laços de confiança entre pesquisadora e moradores. Em contextos urbanos menores, o reconhecimento prévio, seja pelo conhecimento direto da entrevistadora, seja pela indicação por outros moradores, emerge como elemento fundamental para o sucesso da coleta de dados qualitativos e revela os pactos de confiança enraizados nas relações cotidianas locais.

Em termos espaciais, a segregação promovida pela distância em relação ao centro da cidade mostrou-se ainda mais problemática que em grandes centros urbanos, sobretudo em razão da ausência do transporte público e da centralização quase exclusiva de serviços, comércios e ofertas de produtos de menor custo no núcleo urbano principal, materializados no bairro central em cidades menores. Essa dinâmica torna a dependência em relação ao centro ainda mais crítica, e aprofunda a exclusão territorial e econômica dos moradores dos conjuntos habitacionais. Por outro lado, no espaço vivido revelaram-se as contradições do cenário da precariedade: mesmo diante das adversidades, muitos moradores manifestaram sentimentos de pertencimento e construção de identidade com o bairro. A vivência cotidiana

reconfigura o residencial não apenas como moradia, mas como território simbólico, carregado de práticas sociais e sentidos compartilhados, que ressignificam o habitar e atestam a potência do espaço produzido e vivido sob múltiplas determinações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Viviane Luise de Jesus; FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. Entre nuances e contradições da produção da habitação social formal e informal na Região Metropolitana de Aracaju. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, Salvador/Recife, v. 48, n. 260, p. 604-630, set./dez. 2023.

BALBIM, R.; KRAUSE, C.; NETO, V. C. L. **Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: onde fica a Política Habitacional?** Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2013.

BORÓN, Atílio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D775.dir/estado2.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

BRASIL. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Seção 1**, Brasília, p. 19457, 1979.

BRASIL. Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11124&ano=2005&ato=1f5g3aE5EMRpWT60a>. Acesso em: 21 fev. 2020.

BRASIL. Portaria n.º 464, de 19 de novembro de 2018. Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial. **Diário Oficial da União: Seção 1**, Brasília, p. 34, 2018.

CARDOSO, Adauto Lúcio; LAGO, Luciana Corrêa. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 7-16.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna Ramos (org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 25-39.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. A questão da habitação na metrópole de São Paulo. **Scripta Nova: revista eletrônica de geografia e ciências sociais**, Universidad de Barcelona, v. 7, n. 146(046), p. 1-10, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. Introdução e Definir o lugar? In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **O lugar no/do mundo**. 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2007. p. 13-20.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. O espaço como condição da reprodução. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **A condição espacial**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 91-125.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. Uma leitura sobre a cidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007. p. 19-32.

HARVEY, David. As raízes urbanas das crises capitalistas. In: HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do Direito à cidade à Revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 67-133.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios, n. 17 - Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/>. Acesso em: 5 mai. 2021.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/>. Acesso em: 5 jan. 2025.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itaberaba/panorama>. Acesso em: 5 mar. 2021.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 293-299.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades (REGIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>. Acesso em: 15 mar. 2025.

IBGE. **Sidra**: Banco de Dados. Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2021.

ITABERABA. Decreto n.º 203, de 28 de outubro de 2011. Aprova o Plano de Loteamento Habitacional Vida Nova Itaberaba e dá outras providências. Disponível em: <https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=diario&query=843&c=351&m=0>. Acesso em: 3 nov. 2024.

ITABERABA. Lei Complementar n.º 11, de 16 de abril de 2008. Institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SIMHIS, o Fundo Municipal da Habitação de Interesse Social – FMHIS, o Conselho Municipal de Habitação – CMH e dá outras providências. Disponível em: <https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=diario&query=68&c=351&m=0>. Acesso em: 1 dez. 2024.

ITABERABA. Lei Municipal n.º 577, de 27 de março de 1983. Doação de área de terra para a Companhia de Habitação e Urbanização do Estado da Bahia (URBIS). **Acervo do Poder Executivo: série – leis 1983 a 1989**. Itaberaba: APE, 1983. p. 2.

ITABERABA. Lei Municipal n.º 609, de 15 de dezembro de 1986. Autoriza a contratação de empréstimos do BNH e dá outras providências. **Acervo do Poder Executivo: série – leis 1983 a 1989**. Itaberaba: APE, 1986. p. 32.

ITABERABA. Lei Municipal n.º 619, de 6 de outubro de 1987. Autoriza Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU) para fins de construção de unidades habitacionais e dispõe sobre o Fundo Rotativo de Habitação. **Acervo do Poder Executivo: série – leis 1983 a 1989**. Itaberaba: APE, 1987. p. 45.

ITABERABA. Lei Municipal n.º 621, de 5 de novembro de 1987. Autoriza convênio e contratos com a Caixa Econômica Federal e seus agentes financeiros. **Acervo do Poder Executivo: série – leis 1983 a 1989**. Itaberaba: APE, 1987. p. 45.

ITABERABA. Lei n.º 1.170, de 9 de dezembro de 2009. Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho-Gestor do FMHIS. Disponível em: <https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=diario&query=174&c=351&m=0>. Acesso em: 5 nov. 2024.

ITABERABA. Resolução n.º 02/13, de 18 de março de 2013. Dispõe sobre a aprovação dos critérios estabelecidos pelo Conselho Gestor do FMHIS para a seleção das famílias do Empreendimento Residencial do Programa Federal “Minha Casa Minha Vida” e dá outras providências. **Diário Oficial**, Itaberaba, BA. Disponível em: <https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=diario&query=1437&c=351&m=0>. Acesso em: 1 dez. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **A sociedade burocrática de consumo dirigido**. In: LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991. p. 77-119.

LEFEBVRE, Henri. **Da cidade à sociedade urbana**. In: LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 15-33.

LEFEBVRE, Henri. **Especificidade da cidade – A cidade e a obra**. In: LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. p. 51-56.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O espaço social**. In: LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira; Sérgio Martins. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006. p. 13-70.

MARICATO, E. T. M. **Indústria da construção e política habitacional**. 1983. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

MARTINS, B. X. **O Programa Minha Casa Minha Vida: a mercadoria habitação a serviço da reprodução do capital em contexto de crise**. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

PEREIRA, P. M. F. **Análise dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade de Monte Alegre de Minas-MG**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

RIBEIRO, José Lucas Costa; FAÇANHA, Antonio Cardoso. Política habitacional e a cidade: o Programa Minha Casa Minha Vida na produção do espaço urbano da cidade de Altos-PI. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 93, p. 351–366, 2023. DOI: 10.14393/RCG249364605. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/64605>. Acesso em: 20 jan. 2025.

RIBEIRO, José Lucas Costa; SANTOS, Ana Rocha dos; SANTOS, Ythana de Oliveira. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em cidades pequenas do Nordeste: um estudo sobre Altos/PI e Itaberaba/BA. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA (ENANPEGE), 15., 2023, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/93905>. Acesso em: 15 out. 2024.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R.; NAKANO, K. **Solo urbano e habitação de interesse social**: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. 2008. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/solo-urbano-e-his-rolnik-nakano-cymbalista.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

SANTOS, Ana Rocha dos. O Estado, a financeirização do mercado imobiliário e a desigualdade socioespacial: Salvador (1980/2020). In: SANTOS, Ana Rocha dos; SANFELICI, D. M.; SANTOS, J. L. J. (Orgs.). **Cidades, políticas públicas e desigualdades socioespaciais**. Aracaju: EDUFS, 2021.

SANTOS, Janio. Entre as médias e pequenas, a dinâmica das cidades sub-regionais na Bahia. **Geopauta**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 1–24, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/geop/a/4RFsfCLPRGfZ7BythjCfB6H/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SANTOS, Ythana de Oliveira; SANTOS, Janio. PMCMV e a produção de moradia em Itaberaba-BA. **Geografia**, Rio Claro, v. 48, n. 1, p. 1–24, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/16827>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. v. 1, p. 21-36.

SMITH, Neil. Para uma teoria do desenvolvimento desigual: a dialética da diferenciação e da igualização geográficas. In: SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1984. p. 149–182.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações entre o urbano e o rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 53–64.

SOUZA JÚNIOR, T. B. **“Pedra que Brilha” em uma região sertaneja: institucionalização, poder e sociedade (1850-1888)**. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

APÊNDICES

Apêndice A: Entrevista semiestruturada para os moradores



Entrevista qualitativa para os moradores

Objetivo geral: Analisar as formas de apropriação do espaço pelos moradores dos conjuntos habitacionais do PMCMV em Itaberaba-BA, a partir da tríade de Henri Lefebvre: espaço percebido, concebido e vivido.

Pesquisa de mestrado: Levantar dados relacionados à percepção dos moradores sobre o espaço em que vivem

Pesquisadora responsável: Ythana de Oliveira Santos

Orientadora: Prof. Dr Ana Rocha dos Santos

Aplicador (a): _____

Nome (opcional): _____

PERCEBIDO

- 1 Como é um dia típico para você aqui no conjunto habitacional?
- 2 Como você interage com os espaços públicos do conjunto habitacional? Você se sente confortável e bem-vindo nesses espaços?
- 3 Você notou mudanças significativas no uso dos espaços comuns desde que se mudou para cá? Quais foram essas mudanças?
- 4 Quais espaços você utiliza durante a noite? Você se sente seguro nesses espaços?
- 5 De que maneira a cultura local influencia o uso do espaço dentro do conjunto habitacional? Quais são os costumes que vocês trouxeram e quais não conseguiram manter?
- 6 Você ou seus vizinhos criaram soluções informais para melhorar o uso dos espaços?
- 7 Quais atividades você realiza ao ar livre dentro do conjunto habitacional?
- 8 Quais áreas de lazer você mais utiliza? Com que frequência?
- 9 Onde você e sua família passam mais tempo juntos dentro do conjunto habitacional?
- 10 Você costuma fazer compras em lojas ou mercados dentro do conjunto habitacional? Como você avalia esses espaços?

11 Como é seu deslocamento dentro do conjunto habitacional? Existem áreas que você evita? E fora do conjunto? Como funciona o deslocamento?

CONCEBIDO

12 Você está ciente dos planos e diretrizes que guiaram a construção deste conjunto habitacional? Você consegue explicar como as casas “chegaram” até a população?

13 Como você avalia a infraestrutura (ruas, iluminação, áreas de lazer) e os serviços (escolas, postos de saúde) disponíveis no conjunto habitacional?

14 Como você se sente em relação à segurança aqui no conjunto habitacional? Quais medidas de segurança foram implementadas e como elas afetam sua vida diária?

15 De que forma o planejamento urbano aqui presente afeta sua experiência e mobilidade dentro do conjunto habitacional? E fora dele?

16 Você acha que as construções dos lotes imobiliários no entorno dos conjuntos impactam na vida das pessoas dos conjuntos? De que maneiras?

VIVIDO

17 Há quanto tempo você mora nesse conjunto?

18 Quais áreas do conjunto habitacional você mais utiliza no seu dia a dia? Para quais finalidades?

19 Onde você costuma encontrar e interagir com seus vizinhos?

20 Onde as crianças e jovens costumam brincar ou passar o tempo dentro do conjunto habitacional?

21 Como viver aqui influenciou sua vida pessoal e familiar?

22 Você se sente pertencente a este lugar? O que faz você se sentir assim?

23 Desde que você se mudou para cá, você fez alguma alteração ou personalização em sua moradia? Como essas mudanças afetaram sua qualidade de vida?

24 Alguma memória ou história especial que você gostaria de compartilhar sobre sua vida aqui no conjunto habitacional?

25 Quais locais você mais frequenta na cidade? Por quê?

26 O que você faz durante a semana?

27 O que você faz nos fins de semana?

28 Como você avalia suas condições de vida?

Apêndice B: Entrevista semiestruturada para os agentes implementadores



Entrevistas para os integrantes do Concidade

Objetivo geral: Analisar as formas de apropriação do espaço pelos moradores dos conjuntos habitacionais do PMCMV em Itaberaba-BA, a partir da tríade de Henri Lefebvre: espaço percebido, concebido e vivido.

Pesquisa de mestrado: Levantar dados relacionados à percepção dos funcionários representantes dos agentes implementadores do Programa sobre o espaço concebido.

Pesquisadora responsável: Ythana de Oliveira Santos

Orientadora: Prof. Dr Ana Rocha dos Santos

Aplicador (a): _____

Nome (opcional): _____

1 Como se deu a participação da sua instituição na implementação do Programa Minha Casa Minha Vida em Itaberaba, especialmente nas etapas de planejamento, seleção e acompanhamento das famílias beneficiadas?

2 Quais critérios técnicos, sociais ou financeiros foram considerados prioritários durante o processo de seleção das famílias e quais foram os principais desafios enfrentados nessa etapa?

3 Na sua percepção, qual foi o papel da Caixa/Secretaria na mediação entre as diretrizes nacionais do programa e a realidade local do município? Houve espaço para adaptações ou participação da sociedade civil nesse processo?

4 De que forma a concepção dos projetos habitacionais (tipologia das casas, localização, infraestrutura) foi definida e quais foram os principais argumentos utilizados para justificar essas escolhas?